

Maria Cristina Machado de Carvalho

# HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS

OS CAZUMBÁ EM SÃO GONÇALO DOS CAMPOS/ 1870-1910



Editora UFRB



# **HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS:**

**OS CAZUMBÁ EM SÃO GONÇALO DOS CAMPOS/1870-1910**



## **REITOR**

Fábio Josué Souza dos Santos

## **VICE-REITOR**

José Pereira Mascarenhas Bisneto



Editora UFRB

## **SUPERINTENDENTE**

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

## **CONSELHO EDITORIAL**

Ana Lúcia Moreno Amor

Josival Santos Souza

Luiz Carlos Soares de Carvalho Júnior

Maurício Ferreira da Silva

Paulo Romero Guimarães Serrano de Andrade

Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (presidente)

Sirlara Donato Assunção Wandenkolk Alves

Walter Emanuel de Carvalho Mariano

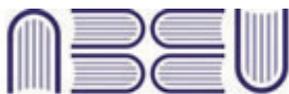
## **SUPLENTES**

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Wilson Rogério Penteado Júnior

EDITORA FILIADA À



**Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias**

Maria Cristina Machado de Carvalho

# **HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS:** **OS CAZUMBÁ EM SÃO GONÇALO DOS CAMPOS/1870-1910**



Cruz das Almas - Bahia - 2020

Copyright©2020 Maria Cristina Machado de Carvalho

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

**Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:**

Antonio Vagno Santana Cardoso

**Imagem da capa**

Quang Nguyen Dang - <https://pixabay.com/pt>

**Revisão e normatização técnica:**

Maria Cristina Machado de Carvalho

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

C331h

Carvalho, Maria Cristina Machado de  
Histórias de famílias: os Cazumbá em São Gonçalo dos  
Campos/1870-1910 / Maria Cristina Machado de Carvalho  
.\_ Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020.

200 p.; il.

ISBN 978-65-87743-05-9

1. História da Bahia. 2. Trabalho Escravo 3. São Gonçalo  
dos Campos - Bahia. I.Universidade Federal do Recôncavo da  
Bahia, Editora da UFRB. II.Título.

CDD: 981.38

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB.  
Responsável pela Elaboração - Neubler Nilo Ribeiro da Cunha (Bibliotecário - CRB5/1578)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro  
44380-000 Cruz das Almas – BA

Tel.: (75) 3621-7672

[editora@reitoria.ufrb.edu.br](mailto:editora@reitoria.ufrb.edu.br)

[www.ufrb.edu.br/editora](http://www.ufrb.edu.br/editora)

[www.facebook.com/editoraufrb](http://www.facebook.com/editoraufrb)

Dedicado à minha mãe, Cleusa, a meu pai, Expedito, e à minha avó, Djanira.



# Sumário

## **Prefácio**

Walter Fraga ..... 11

**Introdução** ..... 15

**Cazumbá – nomes e rastros** ..... 27

Etimologia do Nome ..... 29

Rastros e Redes ..... 31

**Propriedade e produção 1870/1890** ..... 49

Atividades econômicas ..... 53

Vida material ..... 64

Estrutura agrária ..... 71

Sociedade ..... 82

Arrendamento de terras na década de 1880 ..... 97

**Trajetórias entrecruzadas no pós-abolição** ..... 109

A vida cotidiana ..... 110

Alguns conflitos na região ..... 127

Família: ex-escravos e descendentes ..... 131

**Os Cazumbá no pós-abolição** ..... 155

Segunda e terceira geração dos Cazumbá ..... 162

**Considerações finais** ..... 179

**Referências** ..... 183

**Sobre a autora** ..... 199



## Prefácio

Walter Fraga<sup>1</sup>

No Brasil, foram poucas as famílias negras que ao longo das gerações mantiveram os nomes dos seus ancestrais africanos. Afinal, uma das primeiras providências dos traficantes para legalizar a propriedade sobre homens e mulheres trazidos da África era conduzi-los a uma igreja e batizá-los com nomes cristãos. Era assim que africanos e africanas passavam a ser chamados de João, Maria, Benedito, Madalena. Por seu lado, senhores inspirados na tradição greco-romana podiam chamá-los de Cícero, Ovídio, Péricles. Ou ainda, para passar a impressão de que viviam em “bom cativeiro”, davam-lhes os nomes de Esperança, Amado, Fortunato, Felicidade. Esse foi mais um dos aspectos dramáticos da maneira como se operava a escravização de homens, mulheres e crianças africanas.

O livro de Maria Cristina Machado de Carvalho, *História de Famílias: os Cazumbá em São Gonçalo dos Campos/1870-1910*, conta a intrigante história de uma família negra que não apenas manteve seu nome africano, como conseguiu transmiti-lo para muitas gerações. Bem verdade, que muitos cativos que viveram no Engenho Cazumbá, na fronteira entre Santo Amaro e Feira de Santana, passaram a se chamar com aquele nome depois que se emanciparam do cativeiro. Dessa forma, o nome guardaria não somente a marca identitária da África, mas também do passado de escravidão.

O propósito no livro é acompanhar a trajetória da família Cazumbá no decorrer do tempo, perceber suas transformações na luta para

---

1 - Doutor em História Social, atualmente é professor adjunto da UFRB. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Bahia, pobreza, escravidão, abolição e pós-abolição. Foi premiado pelos seguintes: **Uma História da Cultura Afro-brasileira**, em coautoria com Wlamyra Albuquerque, recebeu o Jabuti de melhor livro Paradidático em 2010; **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)** foi eleito o melhor livro de história da América Latina pela *American Historical Association*.

emancipar-se do cativo, conquistar a liberdade, ter acesso à terra e buscar espaços de dignidade e prestígio. Para isso, a autora utiliza o conceito de trajetória para entender como as sucessivas gerações lidaram com as escolhas, incertezas, sentimentos e percepções.

Ao longo do livro, Maria Cristina procura extrair da frieza convencional dos documentos cartoriais evidências que permitam apreender os indivíduos na sua complexidade de interesses, contradições, anseios e projetos de vida. Óbvio que nem sempre é possível seguir à risca os rastros dos indivíduos devido à natureza lacunar e mesmo opaca da documentação. No entanto, a autora, a todo momento, sugere hipóteses e aponta possíveis caminhos de interpretação.

Além da documentação escrita garimpada nos arquivos, Maria Cristina lança mão de depoimentos orais, com toda a carga de afetividade, lembranças e recordações que tais relatos consigo carregam. É essa documentação que permite refazer os fios que ligam as gerações que viveram no tempo do cativo com as dos Cazumbá nascidos após a abolição. O que emerge desses depoimentos são memórias e percepções do esforço permanente para superar a desigualdade e enfrentar o racismo.

Os relatos mais antigos sobre os Cazumbá remontam ao tempo de Lucas da Feira, o célebre salteador de estradas que atuou nos arredores de Feira de Santana e Cachoeira nas décadas de 1830 e 1840. Segundo a tradição oral, a prisão de Lucas só foi possível graças à colaboração do compadre José Ferreira Cazumbá, que revelou às autoridades o esconderijo do temido salteador. A partir da pesquisa em registros de óbitos, Maria Cristina mostra que José Ferreira Cazumbá realmente existiu. Ele morreu em 1857 na Freguesia de São José das Itaporocas e, anos depois, sua memória ainda era cultuada por familiares como um homem de prestígio por ter colaborado na prisão de Lucas.

Para este estudo, o ponto de partida para compreender a trajetória dos Cazumbá se dá em 1874, quando um certo João Cardozo

Cazumbá adquire terras na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. A autora afirma que ele morreu em 1891, aos 64 anos de idade, o que pode indicar que nasceu em fins da década de 1820. Sem dúvida, uma existência que atravessou momentos decisivos da história do Brasil, desde os tensos anos que se seguiram à independência, passando pela abolição e alcançando a primeira década do pós-abolição. Cardozo Cazumbá plantou e comercializou fumo e farinha em São Gonçalo dos Campos e, ao morrer, pôde deixar aos herdeiros uma pequena propriedade, alguns animais de criação e dinheiro.

Não se sabe, com exatidão, como Cardozo Cazumbá conseguiu ascender à condição de pequeno proprietário de terras. A autora sugere que sua ascensão se deu no contexto do crescimento da lavoura de fumo impulsionada pela implantação das fábricas de charutos no Vale do Paraguaçu depois da década de 1850. O certo é que, a um mês da abolição, ele legitimou os oito filhos tidos com Rita Gonçalves de Oliveira. Por meio da pesquisa em cartório, a autora descobre que Rita era escrava e possivelmente se alforriou depois que passou a viver com Cardozo Cazumbá. Isso significa que houve esforço do casal para a alforria de Rita e dos filhos.

Para embaralhar ainda mais a história, Cardozo Cazumbá era dono do escravo João, “preto”, comprado em 1879. Veja a situação de um homem negro livre envolvido na libertação da esposa e dos filhos das malhas da escravidão, mas, ao mesmo tempo, buscando elevar-se à condição de senhor de escravo. Conforme discute a autora, na sociedade escravista essa era uma contradição aparente, já que a posse de escravos era aspiração de muitos, tanto dos grandes como dos pequenos proprietários. Afinal, foi este um dos fatores que conferiu longevidade à escravidão.

Os legados deixados por Cardozo Cazumbá para a viúva e para os filhos não eram muito volumosos, mas foram desmembrados em vários pedaços. Era uma estratégia para garantir a sobrevivência e, ao mesmo tempo, manter a família unida em torno da propriedade.

Foi esse compromisso com a manutenção da propriedade que permitiu a Rita resistir às tentativas de invasão de suas terras logo após a morte do marido. Significativo é o fato de que após falecer o marido e pouco depois da abolição, a viúva passa a assinar como Rita Cazumbá.

De acordo com registros cartoriais, Maria Cristina demonstra que após a abolição os filhos de Rita e Cardozo Cazumbá continuaram adquirindo terras nas proximidades da fazenda dos pais. Em 1896, um dos filhos, chamado João Cardozo Cazumbá, comprou um sítio denominado “Cruz”, com terras próprias para lavoura. O curioso é que esse sítio fazia fronteira com outras propriedades pertencentes a outros Cazumbá, o que pode revelar uma estratégia para permanecerem juntos. Mudança expressiva dessa segunda geração foi o investimento em propriedades urbanas, como prova a iniciativa de Marcolino Cardozo Cazumbá ao comprar casa e fixar residência no centro urbano de São Gonçalo dos Campos poucos anos depois da abolição.

Mas a memória familiar registra também como parte dos Cazumbá sucumbiu à condição de moradores dependentes nas propriedades de grandes fazendeiros da região. É o que indica o depoimento de Maria José Ferreira Cazumbá, que ainda traz viva na memória a imagem da mãe e dos avós trabalhando como rendeiros em fazendas de fumo. Reveladora também é a fala de Teófilo Cazumbá, ao recordar da vida precária e incerta dos parentes ante a permanente ameaça de expulsão das fazendas em que viviam como moradores.

Este livro demonstra mais uma vez que é possível refazer a história das famílias negras. E mais ainda, perceber como acontecimentos mais gerais se projetam sobre suas vidas, conferindo sentidos às escolhas, percepções e expectativas. Trata-se de um caminho promissor de pesquisa e que a autora consegue trilhar com maestria. Afinal, é isso que lhe permite captar o movimento da história em sua dramaticidade, incerteza e imprevisibilidade.

## Introdução

A minha indagação sobre a família Cazumbá surgiu na tentativa de conhecer a origem do bairro denominado São João do Cazumbá, localizado na região do Centro Industrial do Subaé (CIS), entre Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos.<sup>2</sup> Comecei a investigar este bairro em 2007, quando iniciei a pesquisa como bolsista de iniciação científica no projeto *Itinerários da Memória: comunidades negras rurais e memória de quilombo no Vale do Paraguaçu*, dirigido pela professora doutora Lucilene Reginaldo, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Como o Vale do Paraguaçu compreende uma extensão ampla, decidimos recortar esses espaços para trabalhar apenas com a região que constitui minha identidade: São Gonçalo dos Campos. Principei a pesquisa a partir dos relatos da população, das histórias que ouvi em meu tempo de criança e que ainda ouço nos dias de hoje – a exemplo das narrativas que abrangiam os distritos de Afligidos, Urubu e Cruz, que seriam comunidades nascidas no período da escravidão e formadas por escravizados fugitivos que atualmente sugerem uma identidade quilombola, constituída pelas histórias de sua formação atreladas ao tempo da escravidão. Foram relatos que aguçaram meus desejos de pesquisa. Eu tinha uma relação pessoal com o lugar e queria entender como teria sido a sua instauração; assim, outras narrativas, igualmente interessantes, surgem nos itinerários da memória do Vale do Paraguaçu, que, em virtude da dimensão territorial, me conduziu a empreender um novo recorte em meu espaço de investigação.

Seguindo o método de Paul Thompson<sup>3</sup> quanto à utilização de relatos orais para escrever história, iniciei esta pesquisa a partir

---

2- CARVALHO, Maria Cristina Machado de. *Comunidades Negras Rurais e Memórias de Quilombos*. 70 f. 2008. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

3- THOMPSON, Paul. *A voz do passado* – História Oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

de narrativas concedidas pela população e das histórias que eu ouvi meus pais contarem durante minha infância, e que ainda hoje escuto. Portanto, os relatos orais foram meu ponto de partida nesta investigação. Nesse contexto, duas comunidades negras me seduziram: São João do Cazumbá, por ser uma comunidade urbana, localizada perto do bairro Tomba, ao sudoeste de Feira de Santana – BA, no Centro Industrial do Subaé (CIS), e Corredor dos Ferreiras, comunidade rural, localizada a 13 km da sede da cidade de São Gonçalo dos Campos, a qual se formou na segunda metade do século XX, especificamente em 1969, através da expulsão dos descendentes da família Ferreira da fazenda Queimadas.<sup>4</sup> Esta experiência se tornou singular por ser a trajetória de uma família de rendeiros<sup>5</sup> na condição de cor, descendentes de escravos, tornando a história do Recôncavo mais complexa e dinâmica pelas suas experiências e redes sociais, econômicas e culturais nos períodos anteriores e posteriores à abolição da escravatura.

No que concerne à família Cazumbá, tive meus primeiros contatos na escola, com aproximadamente seis anos de idade, período em que eu cursava a alfabetização. Em minha classe havia alguns colegas que carregavam o sobrenome Cazumbá. Apesar de ainda não termos entendimento sobre as questões raciais, nem mesmo conhecermos as histórias de África, tínhamos curiosidades a respeito do sobrenome referido. Achávamos a nomenclatura diferente, de pronúncia forte e intrigante, o que tornava nossos colegas singulares. Com esta concepção, relacionávamos as pessoas que possuíam este sobrenome à mesma família (Cazumbá), sendo comum a pergunta sobre o parentesco entre eles. Todos na condição de cor, sendo os pais trabalhadores rurais, que cuidavam da terra, plantavam, cruzavam os espaços das relações e as experiências dos rendeiros.

---

4 - CARVALHO, 2008.

5 - O conceito será trabalhado no decorrer do texto; contudo, adianto que representa o indivíduo livre e pobre que, não tendo como se sustentar, criava vínculo com os proprietários de terras, vivendo em suas propriedades na condição de livre, e que, em troca da moradia e do uso da terra, trabalhava um dia ou mais na semana para o dono do lugar, ou então pagava a este um valor por ele instituído.

Na graduação, ao dar os meus primeiros passos no campo da pesquisa científica, as memórias de infância vieram à tona quando do estudo sobre o bairro São João do Cazumbá. Minha orientadora à época, Lucilene Reginaldo, sugeriu que eu investigasse a origem e a trajetória dos Cazumbá; todavia, procurei inicialmente esquadrinhar a formação daquela comunidade e investigar a sua relação com a identidade remanescente de quilombo, ficando a busca da origem e da trajetória dos Cazumbá para ser averiguada durante o mestrado.

Com a investigação sobre as experiências da família Cazumbá, outras notáveis histórias de famílias descendentes de escravos foram emergindo na documentação e nas narrativas dos descendentes. Curiosamente, as lembranças sobre as histórias dos ancestrais, possivelmente do fim do século XIX e início do século XX, permaneciam como tradições transmitidas ao longo das biografias pelas gerações estabelecidas na região desde o período colonial;<sup>6</sup> como exemplo nesse aspecto, é viável citar as fazendas com diversas extensões de terra e com uma multiplicidade de atividades agrícolas alicerçadas no trabalho escravo e rebanho de indivíduos na condição de cor.<sup>7</sup>

As construções dessas fazendas variavam de acordo com os níveis de riqueza. A fazenda Dendê, pertencente a João Pinheiro de Queiroz, branco, com 300 tarefas de terras, tinha paredes largas, feitas de adobe e telhado de tábuas. Possuía quatro portas largas e altas, 10 janelas, chão de barro, com duas salas. O quintal era composto de árvores frutíferas de diversas espécies: mangueira, jaqueira, fruta-pão, tangerina, bananeira e cajueiro.<sup>8</sup> Essa descrição nos oferece uma visão aproximada das várias construções que formavam

6- Segundo Schwartz (1988), a economia em São Gonçalo dos Campos, desde o século XIX, estava associada ao trabalho familiar livre. Ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996. BARICKMAN, Bert Jude. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

7- SILVA, Narciso Amâncio. *Decadência Fumageira: São Gonçalo dos Campos. 1951-1976*. 53 f. 2001. Monografia (Especialização em História da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2001.

8- Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

as fazendas fumageiras, no início do século XX, da região de São Gonçalo dos Campos, onde podem ser percebidos os diferentes espaços de convivência entre proprietários e despossuídos de terras.

Normalmente, perto da casa de morada, existiam outras construções em ruínas, como a casa de farinha, o armazém velho e a senzala com o tronco. Ainda naquele espaço territorial, encontravam-se as plantações de fumo e de mandioca, bem como um cercado onde eram criados gados e cavalos.<sup>9</sup> Naqueles terrenos, avistavam-se casas simples de taipa e habitações de “roceiros pobres”, geralmente nas extremidades das fazendas próximas às estradas. Junto às casas, podiam ser vistas, aproximadamente, duas tarefas de terras, onde aqueles moradores produziam suas roças.<sup>10</sup>

As descrições acima foram possíveis mediante as memórias dos descendentes de escravos e de fazendeiros. Djanira<sup>11</sup> lembrou que no seu tempo de menina, na década de 1920, entre os rendeiros das fazendas fumageiras, em São Gonçalo dos Campos, encontravam-se: Antônio Farias, Felix Ferreira, Antonieta, João Machado, Antônio Gomes, Maria e Teodório, Lesbão e Amélia, Luiz Carneiro, Maria, Tibúrcio, Marcelino, Zé Baguim, Manoel Pedro, Chico Cajé e Augusto Cajé – pessoas de cor que receberam de seus pais a herança de continuarem na fazenda como rendeiros. Entretanto, essas experiências não eram inusitadas, existiam outros sujeitos e eventos que construíam as redes sociais do Recôncavo fumageiro. A história de Teodora Francisca; a fuga de Bonfim de Feira; o arrendamento de terras na Fazenda Dendê; o trabalho doméstico e o ganho nas roças; e o concubinato com o dono da fazenda em São Gonçalo no início do século XX: todos estes fatos tornam mais impressionantes as histórias contadas sobre as famílias nessa região. Agora, aqueles

---

9 - *Ibid.*

10 - Entrevistas com: Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011; Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011; e Cleusa Machado de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011.

11 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

que fizeram parte de minha trajetória e compuseram as histórias de minha infância, contadas por minha avó e por meu pai, aparecem no palco de meu interesse científico.

Verifica-se uma diversidade de experiências protagonizadas por homens e mulheres na região onde se concentravam o setor agro-exportador de tabaco, a agricultura de subsistência e a criação de gado. Nesse sentido, este livro é um esforço para compreender como os indivíduos e os grupos familiares, descendentes de escravos, uniram forças para se inserirem nas redes sociais livres em São Gonçalo dos Campos entre 1870 e 1910. Destarte, argumento como as conjunturas históricas, sociais, econômicas, demográficas, culturais e políticas estiveram entrelaçadas com as vivências, decisões, construções de redes sociais e relações familiares de ex-escravos, livres, libertos e dos seus descendentes, especialmente dos Cazumbá.

Neste estudo, discuto as relações sociais entre os diversos grupos (senhores, pequenos proprietários, trabalhadores livres e trabalhadores escravos e outros); as estratégias manipuladas pelos indivíduos egressos da escravidão com vistas a se inserirem nas redes sociais livres, notadamente por intermédio do uso das terras; e, por fim, discorro sobre as características e os laços familiares e sociais estabelecidos e mantidos por aqueles indivíduos no período correspondente.

As histórias aqui contidas se desenvolvem no espaço geográfico conhecido, historicamente, como zona de passagem do Recôncavo aos sertões – São Gonçalo dos Campos. Povoada por pequenos proprietários rurais, constitui o cenário rico de um passado evidenciado nos livros de nota, inventários, processos cíveis e numa série de documentos ainda inexplorados pelos pesquisadores. Entretanto, algumas pesquisas foram feitas, e seus resultados podem contribuir para um melhor conhecimento dos espaços de convívio, das formas de trabalho, dos modos de sobrevivências e dos valores que partilhavam os indivíduos desta região.

No ano de 1984 foi publicada a edição comemorativa do primeiro centenário do município, o livro *Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos*, de Marli Geralda Teixeira e Maria José de Sousa Andrade,<sup>12</sup> o qual muitos pesquisadores passaram a consultar como instrumento de pesquisa sobre os mais diversos assuntos. Fruto de estudos financiados pelo governo municipal, a citada obra possui conteúdo genérico; é uma compilação com dados geográficos, históricos, políticos e socioculturais do local. Nela, constam informações gerais sobre os proprietários de terras e a economia fumageira. Além disso, é um trabalho em que se pretende abordar mais de três séculos de história, com destaque para a política da região.

Localizei, ainda, textos como *A Decadência Fumageira: São Gonçalo dos Campos, 1951-1976*,<sup>13</sup> no qual o autor, Narciso Silva, faz um exame dos fatores que levaram à crise a cultura fumageira em São Gonçalo dos Campos, entre 1951 e 1976. Silva<sup>14</sup> apresenta alguns aspectos históricos desta produção. Ao se referir à mão de obra, o autor adverte que a lavoura fumageira estava centrada nas mãos dos pequenos proprietários e de um elevado número de indivíduos arrendatários de terras – aqueles utilizavam a força de trabalho de lavradores sem posses territoriais. Talvez o estudo aludido seja o primeiro trabalho a fazer uma interpretação específica da cidade no tocante à economia fumageira; ressalto, ainda, que na pesquisa citada é abordada a segunda metade do século XX.

O trabalho de Luciana Lessa,<sup>15</sup> por sua vez, apresenta uma interpretação acerca do cotidiano e das visões de mundo das integrantes da irmandade da Boa Morte, em São Gonçalo dos Campos, na primeira metade do século XX. Esta produção é a que mais se

---

12- TEIXEIRA, Marli Geralda; ANDRADA, Maria José (org.). *Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos*. São Gonçalo dos Campos. Ed. Comemorativa do 1º centenário do município, 1984.

13- SILVA, 2001.

14- *Ibid.*

15- LESSA, Luciana Falcão. *Senhoras Do Cajado: Um Estudo Sobre A Irmandade Da Boa Morte De São Gonçalo Dos Campos*. 188 f. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2005.

aproxima das experiências de liberdade efetuadas pelos agentes não brancos da região em pauta. Contudo, é notória a carência de trabalhos dedicados a compreender as expectativas e experiências de liberdade neste município.

Outras obras<sup>16</sup> vão apresentar os contornos da economia fumageira, abordando toda a região do Recôncavo, a exemplo do estudo realizado por Nardi Bastide<sup>17</sup> em torno do fumo no período colonial. Nesta narrativa, observa-se entre os produtores de fumo, gênero agrícola que adquiriu grande importância no século XVIII, pequenos agricultores (homens e mulheres), agregados e escravos. Outro trabalho sobre o tema foi realizado por Barickman:<sup>18</sup> *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. A partir da análise de inventários, censos, registros de notas, entre outras fontes, o autor centrou seus esforços no estudo comparativo das economias realizadas no Recôncavo baiano. Embora não esteja centrada na freguesia fumageira de São Gonçalo dos Campos, na pesquisa mencionada o autor faz cotejamentos que permitem visualizar a dinâmica socioeconômica do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

Neste aspecto, buscando construir minha versão a respeito da história do pós-abolição em São Gonçalo dos Campos, recorri às fontes cartoriais, às eclesiásticas e às memórias dos lavradores na perspectiva da tradição oral.<sup>19</sup> As distintas narrativas exteriorizaram a multiplicidade de experiências de pessoas de cor/raça, nos antagonismos e nas acomodações, nas casas, no armazém, na roça, na igreja, no diálogo com o outro, em suas inúmeras relações. Os documentos escritos endossaram o cruzamento dos nomes e sobrenomes, a constituição dos laços familiares, dos contatos e contratos sociais dos sujeitos.

16- NARDI, 1996. BARICKMAN, 2003. SILVA, 2001.

17- NARDI, *op. cit.*

18- BARICKMAN, *op. cit.*

19- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Martins Fontes, 2010. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989. POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Por meio desse volume de informações surgiram questionamentos, respondidos à luz das análises documentais: quem eram esses sujeitos? Como, em quais lugares, em quais momentos, em que circunstâncias teceram os fios, os caminhos e as histórias de vida? O que estes indivíduos nos dão a ver, escutar e refletir sobre a trajetória de suas vidas? Como fazem? Quais imagens, linguagens, silêncios, indícios, esquecimentos e interjeições empregam? Como trabalhar essas histórias? Como organizá-las, como trançar as suas linhas, como datar os vários tempos, as várias imagens, as memórias? Como compreender os significados dados por eles às suas experiências?

Estas questões indicam que investigar a trajetória de indivíduos e de famílias é seguir os rastros deixados pelos sujeitos no decurso da história.<sup>20</sup> As experiências constroem a identidade do grupo ao mesmo tempo em que retratam a vida de luta, de migração, deslocamento e permanência. Nesse contexto bem diversificado, as Ciências Sociais e a História se comunicam com uma afinidade transdisciplinar, adotando o modelo metodológico sugerido por Ginzburg<sup>21</sup> no âmbito da micro-história, o qual se fundamenta na relação entre os indivíduos e a sociedade. Nesse ponto, esta investigação parte da condição socioeconômica, que facilitou compreender a posição dos sujeitos e os esforços empreendidos por eles para se inserirem num dado meio social.

Percebi, assim, que o indivíduo enquanto sujeito histórico atravessa diferentes fluxos sociais. Ele é um entroncamento em que múltiplas estradas e distintas séries históricas vêm encontrar-se,

---

20- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b. LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Record, 2006.

21- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos sobre o poder simbólico e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 183-191. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 7-16, jun./dez. 2009.

multaneamente, separar-se.<sup>22</sup> Toda essa encruzilhada torna as individualidades plurais, referenciais; locais marcados por tensões, ou, como sugere Bourdieu,<sup>23</sup> o enredo de uma vida “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais”. Desta forma, a identidade de um indivíduo ancora-se no pressuposto “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva de um projeto”.<sup>24</sup> Portanto, a identidade passa por uma trajetória sinuosa. O indivíduo é o fio<sup>25</sup> condutor de uma nova abordagem social e de uma nova modalidade de reconstrução do vivido.

As direções individuais possibilitam “percorrer em múltiplos espaços e tempos as relações nas quais elas se inscrevem”.<sup>26</sup> O individual é apreendido como a decorrência da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos. Assim, a perspectiva microanalítica de seguir as trajetórias individuais, como o conceito de experiência de Thompson,<sup>27</sup> é adotada nesta análise. O conceito acima citado exhibe a multiplicidade de conjunturas em que os sujeitos estão inseridos, possibilitando a reflexão sobre as ações de homens e mulheres a partir das condições históricas dadas. Nesse segmento, a compreensão de categoria social é tomada enquanto um elemento histórico, processual e relacional.

Outro aporte teórico que me deu embasamento para a consideração do conceito de identidade – enquanto configurações relacio-

---

22- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007. p. 248.

23- BOURDIEU, 1996, p. 187.

24- *Ibid.*, p. 184.

25- GINZBURG, 1989.

26- SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. *Revista Universitária Rural: Série Ciências Humanas*. Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan./jul., 2007. p. 29-30.

27- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

nais e dinâmicas – foi o pautado em Frederick Barth.<sup>28</sup> O indivíduo, nesta visão, estabelece espaços de autonomia, delineando estratégias de acordo com seu ponto de vista individual ou coletivo. Deste modo, os estudos de Thompson<sup>29</sup> e Barth<sup>30</sup> me ajudaram a pensar a concepção de identidade social como flexível e enérgica, na qual as distintas categorias identitárias estabelecem-se e reproduzem-se consecutivamente em contextos particulares, marcados pelo cruzamento de múltiplas variáveis.<sup>31</sup> Além disto, a vida dos sujeitos sociais é marcada por rupturas, limitações e continuidades, que remodelam sem parar as representações de si.

Com isto, nota-se que a escrita da história do indivíduo é diversificada e repleta de possibilidades, inscritas nos vínculos do presente com o passado, e que, para decifrá-la, é necessária a leitura indiciária dos sinais, dos signos, das marcas, dos gestos, dos silêncios deixados pela ação dos sujeitos e relatados pelos seus testemunhos. A diminuição da escala de apreciação e a busca pelo nome de um mesmo indivíduo em diferentes fontes, além de revelarem estruturas sociais distintas, disponibilizam sugestões teóricas que contribuem para o entendimento do processo social como um todo. Neste sentido, adotei uma diversidade de versões de análises seguidas por diversos pesquisadores para que até mesmo os fatos “imponderáveis da vida real”<sup>32</sup> fossem analisados com profundidade.

A procura de indícios que possibilitassem reconstituir a experiência das famílias egressas da escravidão e de seus descendentes

28- BARTH, Frederik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

29- THOMPSON, 1998.

30- BARTH, 1998.

31- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. THOMPSON, 1998. BARTH, 1998. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

32- MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ed. Abril, 1979. p. 17-34.

propiciou a mim abranger as trajetórias de vida, o trabalho do escravizado e do livre, o acesso à terra, a tradição e a acepção de liberdade, atribuídas por aqueles que viveram a escravidão ou, então, descenderam dela. Destes movimentos, constata-se que a terra foi um importante componente de sobrevivência ligado aos diferentes significados de liberdade.

Portanto, neste livro compreende-se uma coletânea de experiências de indivíduos e famílias construídas no pós-abolição. O leitor vai acompanhar as vivências da família Cazumbá e de indivíduos que rememoraram o vivido durante a escravidão, contando suas histórias de geração a geração e deixando suas marcas através dos vestígios presentes nas documentações oficiais. A obra possibilita a reconstrução e análise sobre as relações sociais ligadas ao trabalho escravo e ao trabalho livre no Recôncavo baiano na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX.

O livro está organizado em quatro capítulos. No primeiro expõe-se ao leitor a formação do sobrenome Cazumbá em África, sua força na cultura brasileira e na literatura e memória da população de Feira de Santana. No segundo capítulo foi dado a conhecer as redes sociais em que os sujeitos protagonistas destes livros estavam inseridos. Assim, o capítulo trata sobre a cultura fumageira e de subsistência, a posse de terras e escravos, os bens dos moradores, versando, ainda, sobre a arquitetura das fazendas. No terceiro capítulo, escolhi seguir as trajetórias das famílias descendentes de escravas, em suas experiências com a terra, nas primeiras décadas do século XX. São existências remontadas através das memórias/tradições orais transmitidas sucessivamente até a quarta geração. No capítulo quatro, enfocamos o percurso da família Cazumbá, que, ao mesmo tempo, detém uma identidade marcada pelas vivências da escravidão, representa os proprietários de terras e escravizados.

Por fim, é preciso ressaltar que esta obra não poderia ser concluída sem os apoios afetivos e acadêmicos de familiares e amigos

que recebi ao longo da jornada. Cabe registrar, neste quadro, meu agradecimento às seguintes instituições: Arquivo Municipal de Feira de Santana, Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos, Arquivo Municipal de Cachoeira, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo do Fórum João Mendes (tabelionato, civil, cível) em São Gonçalo dos Campos, Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana, Arquivo Monsenhor Renato Galvão da UEFS e CEDOC, na Universidade Estadual de Feira de Santana, que me franqueou o acesso aos seus acervos. Agradeço, também, à família Cazumbá e aos meus prestigiosos informantes, que concederam entrevistas valiosas para a construção deste trabalho.

## Cazumbá – nomes e rastros

O dia 30 de junho de 1879 tornou-se um dia surpreendente na existência de João Cardozo Cazumbá. Naquela segunda-feira, Cazumbá, em companhia do seu comparte Manoel Ferreira de Cerqueira, ambos moradores da Freguesia de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira, dirigiu-se ao cartório para lavrar a escritura de compra e venda “das terras, casa e benfeitorias da fazenda, antigamente denominada Várzea, hoje, Sobrado”.<sup>33</sup> Como vendedor, esteve presente o Major Francisco Antônio de Carvalho, morador da cidade de Santo Amaro. As terras, a casa e as benfeitorias foram negociadas pela quantia de um conto e oitocentos mil réis.

As possessões teriam sido adjudicadas pelo juiz de órfãos da cidade de Santo Amaro, Joaquim [*ilegível*] de Almeida Freitas, por parte dos menores, filhos do comendador Antônio Lopes Ferreira e Souza (falecido), que era seu devedor e a quem pertencia a referida fazenda. Deste modo, assinam a escritura de compra e venda das terras, da casa e das benfeitorias da fazenda Sobrado, as quais se dividiam, ao Sul, com terras de João da Maya Machado; ao Oeste, com terras do padre Gonçalo de Souza; ao Leste e Norte, com terras de Estevão Machado. Logo depois, assinaram as testemunhas, José de Medeiros Borges e Álvaro Pereira de Cerqueira, assinando a rogo do comprador João Cardozo Cazumbá – por ele não saber escrever – Francisco da Silva Menezes. As prerrogativas legais conferiam, ao documento, legitimidade jurídica ao torná-lo público e reconhecido por seus pares e testemunhas. Ficava doravante registrado que João Cardozo Cazumbá tornara-se o mais novo proprietário de um terço da fazenda Sobrado.

A compra e a venda de terras fizeram parte do cotidiano dos proprietários de terras e de escravos na Freguesia de São Gonçalo

---

33- BAHIA, ACFJM. Escritura de Compra e Venda de Terras. 1879. Livro Tabelionato n. 2.

dos Campos do Termo da Cachoeira, na segunda metade do século XIX, naquela região. Nesse diapasão, a escritura de terras descrita acima não foi a única encontrada por mim. Todavia, sendo este documento uma declaração pública, de um negócio jurídico decisivo, irrevogável e quitado – o qual se fazia ao ser comercializada qualquer propriedade, registrada em livros notariais destinados ao lançamento de escrituras de compra e venda de terras e escravizados, escrituras de hipotecas, escrituras de doações, procurações e cartas de alforrias –, em que uma das partes tinha o sobrenome Cazumbá, é algo que aguça a nossa curiosidade. Documentos que se inserem no contexto histórico-cultural da segunda metade do século XIX, ainda que diferenciados pelos objetivos e pela função social, carregam testemunhos e histórias individuais e coletivas, sobretudo experiências de escravos e descendentes, ou sujeitos ligados a eles. Ainda que não contenham informações que julgamos importantes a respeito de quem seriam vendedores e compradores, os nomes e sobrenomes trazem pistas interessantes para melhor seguir a trajetória desses indivíduos.

Dentre os compradores, o sobrenome Cazumbá, basta observarmos o relato de compra e venda de terras com o qual inicie este capítulo, seria apenas mais uma das muitas ocorrências de compra de propriedades na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, nas décadas finais do século XIX. Entretanto, o sobrenome Cazumbá carrega um enigma a ser decifrado: quem seria João Cardozo Cazumbá? Neste âmbito, não só nos deparávamos com muitas interrogações, mas com várias respostas a cada pergunta. Semelhante à águia, que defere voo sem interdição das ruínas e do tempo, porque o investigador se apropria destes sinais, voei pelos destroços dos indícios dos documentos até a África, no incansável questionar sobre os mistérios que escondiam os Cazumbá. Deste

modo, recorrendo aos linguistas, busquei a primeira constatação que importa saber sobre a etimologia de “Cazumbá”.

## Etimologia do Nome

Lopes<sup>34</sup> ofereceu as primeiras asseverações comunicando que se trata de uma palavra de origem banto. Sua presença e significado no Brasil têm a ver com os ramos desses povos cujos membros foram trazidos da África durante o Tráfico Transatlântico de pessoas ou, então, aportaram aqui como comerciantes.

No entanto, independentemente de ser do grupo etnolinguístico Cazumbi, Zimbi, Nzumbi, originário do Kibundo Nzumbi, macro grupo etnolinguístico Bantu,<sup>35</sup> o seu conteúdo enquanto instituição sociopolítica é resultado de uma longa história de migração que se processou no centro africano a partir de 868.<sup>36</sup> Sendo assim, o entendimento da adoção do nome pela população não branca no Brasil está em estreita relação com a trajetória e a formação dos falares africanos de origem Bantu em África e a diáspora experimentada por estes povos ao longo dos três séculos de escravidão na América.<sup>37</sup>

Não obstante, as línguas africanas no Brasil encontram-se marcadas pela ruptura de sua continuidade no espaço original, no convívio de uma heterogeneidade linguística, pela presença da língua portuguesa, das línguas indígenas e de outras línguas africanas nas diferentes épocas e nos diferentes espaços geográficos. Nessa percepção, a análise dos léxicos africanos deve ser contextualizada a partir da chegada de diversos grupos negros para o trabalho esca-

34- LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003. p. 76. LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 180.

35- LODY, Raul. *Cazumbá*. Máscara e drama no boi do Maranhão. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1999. p. 6.

36- VANSINA, Jan. *A África Equatorial e Angola: migrações e o surgimento dos primeiros estados*. In: SOUSA, Ione, C.J. *História Geral da África IV*. África do século XII ao século XVI. São Paulo: Ática/UNESCO, 1988.

37- HALL, 2003.

vo, a exemplo do Cafundó,<sup>38</sup> em que o léxico de origem banto provocou o questionamento sobre a presença e a permanência de línguas africanas no Brasil, bem como a possibilidade dessas falas serem de procedência crioula.

De acordo com Queiroz,<sup>39</sup> o dialeto de Tabatinga<sup>40</sup> engloba um pequeno vocabulário de origem africana, banto (quimbundo, principalmente), possuindo muitos termos semelhantes aos do Cafundó, com morfemas derivacionais e flexionais do português brasileiro, arrolados aos prefixos de origem africana. *Ca-*, por exemplo, de *camona*, “criança”, nas línguas bantos, marca o grau diminutivo.<sup>41</sup> Para Silva,<sup>42</sup> existem famílias com sobrenome Cazumbá em África, Angola e Moçambique que possuem palavras que levam o mesmo prefixo:

Kazumbá, Kazumba ou ainda Zumba; existem nomes em Angola, no sul temos muitas pessoas com esse nome [...] a sua pergunta seria se é nome próprio ou sobrenome [...]? Em primeiro lugar os nomes e sobrenomes se confundem muito em Angola, eu tenho certeza que Zumba pode ser nome próprio ou sobrenome de alguém, o que difere em Angola por vezes [é o] grau, por exemplos: em todas línguas bantas, a palavra que leva

---

38- Cafundó é um bairro rural situado no município de Salto de Pirapora, a aproximadamente 150 km de São Paulo. Sua população, predominantemente negra, divide-se em duas parentelas: a dos Almeida Caetano e a dos Pires Pedroso. Com uma população de 80 habitantes, nem todos detêm o título legal das terras. Consta que as terras do Cafundó foram doadas a dois ancestrais escravos pelos antigos senhores e fazendeiros, pouco antes da Abolição, em 1888. Nelas, plantam milho, feijão e mandioca e, ainda, criam galinhas e porcos, apenas para atender parte de suas necessidades de subsistência. Também trabalham como diaristas, boas-frias e como empregadas domésticas. A fala do Cafundó é uma variedade do português regional, um dialeto rural, caracterizada por um léxico de origem banto, quimbundo, mormente, que representa os referidos habitantes como africanos no Brasil. O léxico contém cerca de 160 itens, com 15 verbos e 2 advérbios. No tocante aos usos ler: SLENES, Robert W. Histórias do cafundó. In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó – A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

39- QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

40- Tabatinga é um grupo de negros localizados na cidade de Bom Despacho (MG), a 140 km de Belo Horizonte. Possuem morfemas derivacionais e flexionais do português, embora seja possível identificar em diversos termos prefixos de origem africana. QUEIROZ, 1998.

41- *Ibid.*, p. 79.

42- SILVA, José Bento da. “Cazumbá: História e memória no Recôncavo Baiano (1888-1950)”. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2011. p. 3. Disponível em: [www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300871748\\_ARQUIVO\\_CazumbaartigoparaAnpuh.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300871748_ARQUIVO_CazumbaartigoparaAnpuh.pdf).

o prefixo [ka] Ka-zumba igual o grau diminutivo. O pai no caso têm o nome de Zumba grau superlativo, e essa é primeira confusão, e a segunda é de não termos regra de nomes e sobrenomes em Angola. E agora o a letra [k] foi substituída por portugueses [c] e naturalmente foi evoluída para acento. Normalmente esse nome é comum na etnia Chokwe, Ganguela e Nhema, e os chokwes são famosos nos rituais e máscaras, Zumba também está relacionado à divindade [...].<sup>43</sup>

Numa análise diacrônica do léxico Cazumbá, é possível distinguir o prefixo *Ca* de origem africana como morfema identificador de classe nominal diminutiva. Contudo, esta apreciação não deve excluir os lugares sociais, econômicos e culturais, onde as “heranças” transitam, uma vez que, transplantadas para o Brasil, as experiências dos sujeitos podem revelar traços de seu longo e intenso contato com o português – elaborações elucidativas para a compreensão do significado.

A palavra Cazumbá, de outro modo, veste-se de mito em diversos personagens no território brasileiro. Conforme Matos,<sup>44</sup> o bumba meu boi, no estado do Maranhão, faz referência à cultura africana na tradição popular brasileira. O folclore maranhense apresenta bois com um ritmo compassado, com badalo, pandeirões, chapéus bordados com penas de ema, e a presença do cazumbá. O cazumbá, nesta situação, relaciona-se em meio aos espíritos e aos humanos.

## Rastros e Redes

Para além da tradição popular no Maranhão, o mito perpassa o imaginário da população do Recôncavo e do Sertão no emblemático personagem José Ferreira Cazumbá. Durante a graduação, quando realizei a investigação sobre a origem do bairro São João do Cazumbá, escolhi a pesquisa oral numa tentativa de promover as

43- Fernando Wilson Sabonete, natural de Angola, da etnia Nhaneka-humbi. In: SILVA, 2011.

44- MATOS, Elisene Castro. *Cazumbas*: Etnografia de um personagem do *bumba-meu-boi*. 142 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010).

versões e interpretações da história local, sobretudo na perspectiva dos moradores.<sup>45</sup>

Desde os meus primeiros contatos informais com os habitantes, ouvia-os narrando fatos de um tempo passado, não vividos, mas contados pelos primeiros moradores. Nas narrativas, eles relacionavam a denominação Cazumbá ao episódio em que José Ferreira Cazumbá, cúmplice de Lucas da Feira, havia se escondido em uma árvore frondosa naquele lugar; porém, outrora amigo, Cazumbá tornou-se traidor, entregando às autoridades policiais o esconderijo que lhe era afeito.<sup>46</sup> Relacionam-se à história do bairro em questão as histórias que os habitantes ouviram contar sobre a escravidão e a abolição, acontecimentos relevantes no imaginário social feirense. A tradição oral e a memória coletiva misturam ficção e realidade. Alguns autores que tratam sobre a história de Lucas da Feira apresentam-no como ex-escravo, ex-oficial de justiça e delator do consorte.<sup>47</sup>

Enveredando em torno das pegadas deixadas nas fontes oficiais, foi possível desvendar alguns dos mistérios que envolviam a tradição oral. Encontrei jornais, publicados no século XX, que traziam notícias do século XIX. Supostamente, esses noticiários, divulgados entre 1938 e 1948 – período do governo Vargas, momento de golpe de Estado –, traziam mensagens subliminares, expondo histórias de sujeitos que viveram no século XIX. Os jornais são um poderoso instrumento de comunicação no qual segmentos da sociedade exprimem publicamente as suas opiniões. Segundo Campelo,<sup>48</sup> alguns

---

45- CARVALHO, 2008.

46- Narrativas dos moradores do bairro São João do Cazumbá. Ver: CARVALHO, *op. cit.*

47- ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro 1 – Contos Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954. MORAIS FILHO, Melo. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), 2002. MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. CAMPOS, Sabino. *Lucas o demônio negro*. Romance folclórico baiano. Rio de Janeiro, 1957. p. 136. BAHIA, AMSMG. *Jornal Folha do Norte- 28/01/1939*. Ano de referência 1848, p. 101. nº 1542. LIMA, Zélia de. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira; estudos sobre a rebelião escrava em Feira de Santana. 1807-1849*. 275 f. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

48- CAPELATO, Maria Helena. *O Controle e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 55-75, set. 1991/ago. 1992.

representantes da imprensa, entre os anos 1920 e 1940, assumiram suas posições políticas, considerando “a expressão da elite pensante do país”;<sup>49</sup> assim, tais personagens se propunham a reconstruir a sociedade brasileira.

Por outro lado, os jornais que circularam em Feira de Santana (1920-1940) não podem ser compreendidos sem o conhecimento do contexto da cidade, no período. Eles estavam de acordo com as expectativas de formar novos espaços de lazer e novas sociabilidades sob um ideal civilizador e moderno.<sup>50</sup> Traziam narrativas de “opiniões”, projetos coletivos que agregavam ideias, além de crenças e valores que se almejava disseminar a partir da palavra escrita. As construções de uma memória coletiva em torno de duas personalidades que viveram no século XIX, contexto histórico diverso ao período das publicações destes jornais, demonstravam quais cenas seriam lembradas para que “novas sensibilidades” fossem criadas.

As manifestações políticas ajuizadas nas narrativas destes jornais conjeturavam como os espaços urbanos deveriam ser ocupados/organizados. Reclamavam da existência de “vagabundo pelas ruas e pelas roças”; neste grupo, as crianças deixadas pelos pais e pela escola. Nas histórias, as crianças viviam sem uma ocupação, trilhando os caminhos do latrocínio, da bebedice, da prostituição e da valentia; conseqüentemente, mantinham rixas entre si.

O colunista registrava que nos pensamentos das crianças que viviam “vagabundando” nas ruas de Feira de Santana, possivelmente, havia imagens de Lucas e de Cazumbá.<sup>51</sup> Neste sentido, criou-se uma assertiva de que Lucas e Cazumbá, por vezes bandidos, tornaram-se espelhos para as crianças que não tinham ocupação alguma.

---

49 - *Ibid.*

50 - Sobre o assunto, existe uma vasta referência; dentre elas, é possível citar: SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. *Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)*. 162f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012. OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *“Canções da cidade amanhecente”*: memórias urbanas, silêncios e esquecimentos, Feira de Santana, 1920-1960. 298 f. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

51 - Jornal *O Município*, n. 48, 22 de maio de 1909, p. 1-3.

É pertinente sublinhar que os discursos dos jornais difundidos na sociedade feirense não apenas ilustram o projeto civilizador, como a este somam exemplos das relações que estavam sendo construídas no período pós-abolição. Naturalmente, as crianças que “viviam nas ruas” degustavam sua condição de cor – legado de seus ascendentes que, é provável, experimentaram o contexto do cativo. Estes sinais desvendam as representações que assentavam o nome Cazumbá.

O método de Zadig,<sup>52</sup> quando utilizado nas análises dos jornais e manuscritos do século XIX e começo do século XX – consultados no Arquivo Monsenhor Renato Galvão/Casa do Sertão/UEFS, em Feira de Santana –, levou-me ao registro de óbito, em 1857, documento no qual travei contato com a primeira pista dos sinais vitais de José Ferreira Cazumbá: ele morava em São José das Itapororocas e foi casado com Dona Rosa de Jesus. Foi preso por ter matado a pauladas Marcelino Lopes da Silva. Cazumbá era um ex-oficial de justiça, compadre de Lucas, padrinho de Colatino, filho do salteador.<sup>53</sup>

Tais pistas foram estímulos necessários para prosseguir com a investigação. Observei alusão, no *Jornal Vida Feirense*, à data de sua morte e ao nome de sua mulher. Isto significa que este personagem não foi apenas um mito presente no imaginário feirense. Todavia, nos jornais, bem como em quase todos os indícios, Cazumbá aparece como coadjuvante a Lucas da Feira.

O colunista do jornal *Folha do Norte*, em 20 de maio de 1939, expôs que José Ferreira Cazumbá, oficial de Justiça, em tempos longínquos, tornou-se companheiro de Lucas da Feira, e por isso conhecia os locais de esconderijo do então cúmplice. Prossegue a narrativa explanando que em diligência de justiça, Cazumbá feriu violentamente um sujeito, vindo este a óbito. O oficial foi “Submetido a processo, foi pronunciado, e então ocultou-se”.<sup>54</sup> O juiz cons. Góes incumbiu, a José Ferreira Cazumbá, “a missão de capturar Lucas, em troca de

52- CHALHOUB, 1990. GINZBURG, 1989.

53- BAHIA, AMSMG. Vide *Vida Feirense* 4/04/1942 - Livro I, Miscelânea, p. 382.

54- BAHIA, AMSMG. *Jornal Folha do Norte*, 20 de maio de 1939.

livrá-lo do crime”.<sup>55</sup> Assim, Cazumbá organizou uma expedição na qual Lucas foi apanhado. As narrativas reproduzidas acerca das experiências de vida de José Ferreira Cazumbá permitiram a compreensão de que se tratava de um homem na situação de cor, o qual, em várias circunstâncias de seu cotidiano, compartilhava momentos de sua vida com escravos fugidos, homens resistentes ao sistema escravista, considerados desertores.

Um ano após a notícia acima, o mesmo jornal<sup>56</sup> divulgou um almanaque útil que fazia referência ao período de 1865. Teria sido Cazumbá o denunciante do esconderijo e, conseqüentemente, responsável pela prisão do salteador. Segundo o almanaque, Cazumbá prosseguiu seu plano de captura guiando a polícia pelas serras e pelos matos até alcançar seu objetivo: aprisionar o bandoleiro, na Pedra do Descanso, depois de lhe desferir um tiro. Tendo executado o plano com êxito, recebeu seu prêmio de quatro contos e a absolvição dos crimes, que “não eram poucos”.<sup>57</sup>

O Jornal,<sup>58</sup> publicado em 1848, detalha os episódios precedentes à prisão de Lucas, entretanto, não reconhece a participação de José Cazumbá; pontua que o “bandido” se ocultava num rancho de palhas, apresentando ferimentos no braço, provocados pelos tiros deflagrados pelo policial Serafim; estavam em sua companhia: Benedito (cúmplice) e uma moça que raptara.

Em cortejo à delegacia – escoltado pela polícia de “baionetas”, que mantinha o povo à distância e abria espaço para os que carregavam Lucas na rede, por causa do machucado –, “indefeso, implorou a Cazumbá”, que o acompanhava ao lado dos condutores, para lhe proteger a vida. Nestas representações, observei que os jornais tentavam montar a imagem de um Cazumbá bandoleiro arrependido de seus crimes e, ao mesmo tempo, de um ex-observador da lei.

55 - BAHIA, AMSMG. *Jornal Folha do Norte*, 20 de maio de 1939.

56 - BAHIA, AMSMG. *Jornal Folha do Norte*, 1940.

57 - BAHIA, AMSMG. *Jornal Folha do Norte*, 1940.

58 - BAHIA, AMSMG. *Jornal Folha do Norte*, 1948.

Quando localizei o registro de óbito no Arquivo do Arcebispado, em Feira de Santana, outra parte do enigma foi desvelada. Se existia um registro atestando a morte de Cazumbá nos livros eclesiásticos de óbitos, este indivíduo era um ser vivente, considerando que as informações sobre a sua situação civil, raça, idade e morte confirmam fatos apresentados pelos jornais quase um século depois. José Ferreira Cazumbá, pardo, casado, faleceu com 40 anos de idade, no dia 6 de abril de 1856. O registro não informa a causa da morte, apenas o local onde foi sepultado: cemitério de São José das Itaporocas.<sup>59</sup>

Diante das reminiscências, persiste a pergunta: quem foi José Ferreira Cazumbá? Por que este nome tem tanta representatividade no cenário do Sertão e do Recôncavo baiano? Todo desenho acerca desta figura misteriosa pode ter vínculo com outras situações ou apenas com o sobrenome Cazumbá por força de sua origem etimológica? Algumas pistas revelam a presença do nome Cazumbá na Província da Bahia desde o período colonial, século XVIII. No livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira,<sup>60</sup> nos capítulos IX e X, desponta José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário de Estado e proprietário de muitos engenhos, dentre eles o Engenho Cazumbá. Ele também é citado por Schwartz<sup>61</sup> no livro *Segredos Internos*. De acordo com este historiador, os escravos do referido engenho “procuravam companheiras entre as ex-escravas e suas descendentes que viviam nas imediações do engenho”.<sup>62</sup> Valim,<sup>63</sup> em *Corporação dos Enteados*, destaca que o Engenho Cazumbá, em 1859, foi arrematado pelas religiosas do Convento da Santa Clara do Desterro da Bahia contra o devedor Baltazar de Vasconcelos Cavalcanti, pai da abadessa Catarina dos Anjos, e vendido a José Pires e à sua esposa pela quantia de

59- BAHIA, AAFS. Livro de Óbito, 1856.

60- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Feudo: A Casa da Torre de Garcia D'Ávila. Rio de Janeiro: Civil. Brasileira, 2000.

61- SCHWARTZ, 1988. p. 321.

62- *Ibid.*

63- VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjução Baiana de 1798*. 272 f. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



em Feira de Santana. Esse engenho foi relacionado no inventário do Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira. Para o autor, nele se usava a mão de obra de 101 escravos em diversas ocupações, e o seu proprietário possuía ainda fazendas de gado: Bonita, Mocambo e Ponta do Poço, em Camisão – atual Ipirá.

No Arquivo Cível do Fórum Filinto Bastos, em Feira de Santana, encontrei duas escrituras de compra e venda de escravos, de 1865. A primeira feita pelo Reverendo Vigário José da Purificação Meneses, da Freguesia de Santa Bárbara, através do procurador Reverendíssimo José Cupertino de Araújo, ao Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, da Freguesia da Purificação dos Campos. Na negociação foi comprado o escravo Eugênio, crioulo, 20 anos, natural das “Uriçangas”, do termo da Purificação, pela quantia de 1.200.00 réis.<sup>70</sup> Na segunda escritura, com o mesmo objetivo da anterior, o Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira compra o escravo Antônio, jeje, 40 anos mais ou menos, solteiro, para serviço da lavoura, pela quantia de 900.00 réis, do proprietário Salustiano Aurelyo da Silva; nas duas aquisições, os escravos foram escalados para trabalhar no Engenho Cazumbá/Purificação dos Campos.<sup>71</sup>

Observa-se que as duas escrituras indicam o Engenho Cazumbá como sendo pertencente ao Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, o mesmo citado por Freire.<sup>72</sup> Lavradas na comarca de Feira de Santana, descrevem a localização do engenho em Purificação dos Campos/Santo Amaro. No contexto étnico-racial do Recôncavo, podemos ter a compreensão de que o nome/sobrenome, em sua adoção e uso, reivindica uma afinidade com o território e a ancestralidade africana, mesmo que esse laço estivesse submerso nas relações contraídas no seio da sociedade escravagista, evento que necessita de maiores investigações, quiçá um regresso ao início do século XVIII, sobretudo, à população escravizada do engenho.

70- BAHIA, ACFFB. Escritura pública de compra e venda, Vila de Feira, 23/set./1865 – fls. 183v-184v.

71- BAHIA, ACFFB. Escritura pública de compra e venda, Vila de Feira, 25/set./1865 – fls. 186v-187v.

72- FREIRE, 2007.

Voltando ao personagem Cazumbá, no final da década de 1950 Sabino de Campos<sup>73</sup> escreveu um romance intitulado *Lucas o demônio negro*, no qual enfoca a história de Lucas da Feira, apresentando episódios que marcaram a construção da identidade coletiva sobre ele. Tais narrativas trazem, à guisa de questionamentos, reflexões a respeito do sobrenome Cazumbá, que representa a força africana no cotidiano da região. Sabino de Campos<sup>74</sup> cria uma descrição fisionômica de José Cazumbá, relatando ser ele um indivíduo alto, forte, pardo, de cabelos crespos, testa ampla e limpa, olhos penetrantes, boca, nariz e orelhas regulares, mãos e pés grandes, barba raspada,<sup>75</sup> casado pela terceira vez e sem filhos. Sujeito forte e superior a Lucas, sendo por este admirado.

O autor mencionado sublinha que, em sinal de reconhecimento, respeito e amizade, em ocasião de uma missa celebrada em São José das Itapororocas, Lucas pediu a Cazumbá que batizasse seu filho Colatino, tornando-se compadres. Esta versão traz mais informações a respeito das redes que Cazumbá formava em torno de si. Tinha um irmão por nome Gregório, antigo proprietário de Lucas. A descrição feita por Campos<sup>76</sup> avulta os traços raciais de Cazumbá, sua força física e respeito social;<sup>77</sup> até mesmo Lucas da Feira, a quem era subserviente, o admirava.

Mesmo que pareça repetitivo, é relevante retomar as informações anteriores para que a identidade de Cazumbá seja reconstituída. Os documentos indicam que José Ferreira Cazumbá era morador da Freguesia de São José das Itapororocas. Na idade de 40 anos encontrava-se casado pela terceira vez, sendo a última esposa Ana Rosa de Jesus. Em diligência ao povoado de Nagé, Feira de Santana, em companhia de Marcelino Lopes da Silva, assassinou um velho sertanejo a pauladas, sendo preso e processado. Depois de algum

---

73- CAMPOS, 1957.

74- *Ibid.*

75- *Ibid.*

76- CAMPOS, 1957.

77- BARTH, 1998.

tempo conseguiu fugir da cadeia, escondendo-se na casa do pai de sua segunda mulher, Luiz da Cunha Vieira.

Na visão de Lima,<sup>78</sup> Cazumbá, enquanto oficial de justiça, havia participado da prisão de Januário, escravo, membro do bando de Lucas. Ele foi responsável por levar a intimação, no dia 7 de janeiro de 1843, a Antônio Amorim Bezerra, proprietário de Januário, para que fosse reconhecer o cativo.<sup>79</sup> Quando o governo afixou edital, em 13 de maio de 1846, convocando a população para capturar o salteador, em troca de quatro contos de réis, Cazumbá, sendo considerado um criminoso, por causa do homicídio praticado, prevendo a absolvição, tornou-se o principal responsável pelas buscas e aprisionamento de Lucas.

Lima<sup>80</sup> destaca que antes da publicação do edital citado, outro já havia sido lançado, oferecendo um prêmio de dois contos de réis; entretanto, quase ninguém se interessou pela quantia. É possível que o aparente desinteresse fosse pertinente à dificuldade da captura e ao perigo atido à figura do bandoleiro. Ademais, nesta época, José Cazumbá ainda não necessitava de anistia, fato que provocou grande inquietação social e, provavelmente, a associação de Cazumbá ao bando, como um de seus componentes.

Assim, quando o edital foi divulgado, seu ex-sogro, Luiz da Cunha, alertou-o sobre as vantagens que ele teria se conseguisse aprisionar Lucas. Além dos quatro contos, granjearia absolvição do delito. Cazumbá, por sua vez, vai ao encontro do juiz e delegado do município de Feira, Dr. Leovegildo de Amorim Filgueiras, para lhe apresentar as propostas para apanhar o tão procurado salteador.<sup>81</sup>

Feito o acordo, Cazumbá dispõe de plano de captura e de auxiliares: Manoel Gomes, sertanejo, que odiava Lucas por este ter violentado a sua filha Ana Gomes, virgem, parda; Bendito da Tapeira, crioulo; Aprígio, pardo; José Luiz Gonzaga; Bernardino; Serafim; Cipriano de Freitas, escravo; Porfírio, escravo do coronel Pedreira;

78 - LIMA, 1990.

79 - BAHIA, APEB. Correspondência – Juízes – Feira de Santana – 1843 – 1847. Of. 02.03.1843 – Maço, 2373.

80 - LIMA, op. cit.

81 - CAMPOS, 1957, p. 136. BAHIA, AMMSG. *Jornal Folha do Norte* – 28/01/1939. Ano de referência 1848. p. 101. nº 1542.

Luciano Plácido e Marcelino.<sup>82</sup> A composição deste grupo pode ser compreendida à luz das reflexões sobre como as etnias podem ser construídas e elaboradas contextualmente, suplantando as especificidades raciais, como adverte Barth.<sup>83</sup> “O bando” constitui um grupo que envolve diferentes características raciais, não que estes traços distingam apenas a etnicidade; isto porque, talvez, o que esteja se consolidando naquele “bando” seja uma formação nos moldes étnicos, que inclui, dentre outros fatores, vários traços raciais. Nesse entendimento, os fluxos e contatos estabelecidos por José Cazumbá posicionam-no entre os sujeitos livres/libertos de cor e escravos de Feira de Santana, durante a primeira metade do século XIX.

Formando o grupo, Cazumbá, protagonista desta história, em 23 de janeiro de 1848, manhã de segunda-feira – posterior à festa da Capela e do arraial de Nossa Senhora de Humildes, filial da Paróquia de São Gonçalo dos Campos, distante três léguas de Feira de Santana, pela estrada de Santo Amaro –, foi informado, pelo escravo Cipriano de Freitas, que Lucas descansava sob a sombra de uma árvore – quixabeira – no local que ficava próximo à estrada que ligava o Mochila ao Buris, nas imediações da Pedra do Descanso, após ter comparecido à festa.<sup>84</sup> Ciente, dirigiu-se ao local, acompanhado por Manoel Gomes, onde avistou o salteador; atirando contra ele, acertou-o no braço esquerdo. Lucas, mesmo baleado, fugiu para seu rancho, na fazenda Tapera, próximo ao poço do Gurunga,<sup>85</sup> nas cercanias do Rio Jacuípe, sendo capturado em companhia de Maria Romana.

Cazumbá estudou minuciosamente o local, apreendendo armas, munições, bálsamo, capangas, algumas moedas, uma faca de ponta, outros pertences e remédios destinados ao tratamento do ferido.

---

82- LIMA, 1990. CAMPOS, *op. cit.* BAHIA, APEB. Correspondência – Polícia – 1828-1849, maço 3113; BAHIA, APEB. *Id.*, Polícia – of. 09.04.1848 – maço 6383. BAHIA, APEB. *Id.*, *Ibid.*, of. 17.04.1848 – maço 6383 – APEB.

83- BARTH, 1998.

84- CAMPOS, *op. cit.*

85- LIMA, 1990, p. 199.

mento no braço.<sup>86</sup> Neste conjunto, observa-se a identificação de itens como: árvore, estrada, poço, pedra, bálsamo – elementos que pleiteiam os espaços de crenças e saberes de origens africanas.<sup>87</sup> Com o aprisionamento de Lucas, Cazumbá recebeu o prêmio de quatro contos de réis, e o repartiu com os auxiliares, ficando com o quinhão de dois contos de réis,<sup>88</sup> além da absolvição do homicídio. Ele também voltou a ocupar o cargo de oficial de justiça, segundo Campos,<sup>89</sup> posição importante para o desaparecimento do processo no qual era considerado um criminoso.

Além de tudo que almejava, recebeu da população feirense o prestígio antes não adquirido. E fruindo a consideração dos feirenses, enfiava os grossos polegares nas cavas do colete de fusta e inchava o peito dizendo com imponência: “[...] Nada como a posição social do indivíduo!”.<sup>90</sup> Campos<sup>91</sup> constrói uma entonação diferenciada para recontar as histórias lembradas pelos moradores de Feira de Santana, após mais de um século de lembranças escritas e orais das redes sociais vivenciadas por estes personagens.

Conforme as narrativas de Campos,<sup>92</sup> as diligências e a prisão de Lucas da Feira repercutiram longe. Depois disso, Cazumbá se tornou o mais admirado dos homens da região e recebeu uma grande quantidade de donativos advindos dos comerciantes de Feira de Santana, São Gonçalo, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Santo Amaro, Salvador e de inúmeros particulares.<sup>93</sup> As honras referidas por Campos<sup>94</sup> e a proeminência conservada na memória coletiva não

---

86- CAMPOS, 1957, p. 146.

87- LESSA, 2005. BARTH, 1998. PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. PARÉS, Luís Nicolau. O Processo de Crioulização no Recôncavo (1750-1880). *Revista Afro-Ásia*, v. 33, p. 87-132, 2005. REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnica nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997.

88- LIMA, *op. cit.*, p. 200.

89- CAMPOS, *op. cit.*

90- *Ibid.*, p. 153.

91- *Ibid.*

92- *Ibid.*

93- *Ibid.*

94- CAMPOS, 1957.

aparecem nas narrativas elaboradas nos jornais. Por conseguinte, quem foi José Ferreira Cazumbá? Será que recebeu as glórias e a fama que Sabino<sup>95</sup> relata no romance? Por que os jornais trazem a representação deste homem como um réu e bandido pertencente ao bando de Lucas? Teria sido uma tentativa de associar a identidade dos sujeitos na condição social de cor à ideia de marginalização e desordem? Sobre este assunto, discutimos o tema ao tratar sobre as queixas dos jornais no começo do século XX; nas construções dos discursos que reivindicavam a modernização das ruas e o controle dos corpos e espaços ocupados por homens, mulheres e crianças que descendiam de famílias escravizadas.

No jornal *Folha do Norte*, em 1940, havia uma reclamação relacionada aos oficiais de justiça. Em resposta, o jornalista afirmou que os oficiais ocupantes do cargo em Feira de Santana chegavam de Santo Amaro, pessoas de cor, que, como de costume, transgrediam as leis.<sup>96</sup> Mesmo que não tenha citado literalmente José Cazumbá, fez uma analogia aos tempos passados e à presença de oficiais, de cor parda, que cometeram crimes. A partir dessa pista, é presumível que Cazumbá tenha nascido em Santo Amaro. É admissível, também, que seu sobrenome apresente alguma afinidade com o nome do Engenho Cazumbá, por meio da presença de escravos de origem banto no local, e que, através do processo de negociação e especialização da mão de obra,<sup>97</sup> tenha adquirido representação, algum destaque social, conquistando a liberdade e migrando para Feira de Santana, onde se tornou oficial de justiça.

Sobre o processo migratório, e a chegada de indivíduos de outras regiões, notadamente do Recôncavo, para Feira de Santana, a feira de gado foi apontada por Poppino<sup>98</sup> como importante propulsor desse movimento. De igual maneira, Fraga<sup>99</sup> adverte sobre a

---

95- SABINO, 1957.

96- Jornal *Folha do Norte*, 1940. Arquivo Monsenhor Renato Galvão (Casa do Sertão/UEFS).

97- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Edusc, 2001.

98- POPPINO, Rolíe. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1998.

99- FRAGA, 2006.

migração. Ainda que seu trabalho se atenha ao final do século XIX, é possível indicar que estes deslocamentos ocorreram bem antes, desde o desfecho do século XVIII. Ademais, o contexto das revoltas no Recôncavo, entre 1822 e 1835, favoreceu o trânsito de indivíduos,<sup>100</sup> bem como a participação de escravos nessas lutas, processo que abriu mais uma brecha à conquista da liberdade.

Entretanto, outros dados negam a chegada de Cazumbá em Feira de Santana no período denominado Recôncavo Rebelde. Em 1822, ele foi exposto no Registro de Povoação do Distrito da Vila de Santa Anna, da mesma Freguesia, como oficial de justiça, pardo, chefe de fogo, com três pessoas sob seu teto.<sup>101</sup> O documento não informa sobre sua situação civil – sabe-se que ele foi casado por três vezes, e que não possuía filhos –, tampouco apresenta indícios que identifiquem seus ascendentes ou parentes. Notadamente, na região do Recôncavo e do Sertão, as histórias e os personagens abroham ligados às identidades africanas ou miscigenadas. Não obstante, os indicativos não foram totalmente apreendidos, impedindo o estabelecimento de relações e semelhanças com o indivíduo que desponta, no início do capítulo, comprando terras em São Gonçalo dos Campos. Sem a genealogia, ou documentos que deem continuidade a sua história, José Ferreira Cazumbá oculta-se, neste momento, para reaparecer como a fênix nas memórias coletivas daqueles que mantêm o sobrenome à quinta e sexta gerações. Ao entrevistar os descendentes de João Cardozo Cazumbá, as narrativas acionam o parentesco entre José Ferreira Cazumbá, ex-oficial de justiça, de São José da Itapororocas, e João Cazumbá, proprietário de terras e escravos, da freguesia de São Gonçalo dos Campos.

Ao ser questionado sobre sua família, José Cazumbá, comissário de menores de São Gonçalo dos Campos, afirmou que não co-

---

100- REIS, João José. A tradição rebelde II: revoltas escravas na Bahia independente. In: REIS, João José. *Rebeliões Escravas no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. SILVA, Eduardo; REIS João José (org.). *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

101- Registro de Povoação do Distrito da Vila de Santa Anna e da mesma Freguesia, 1822. Arquivo Monsenhor Renato Galvão (Casa do Sertão/UEFS).

nhecia todos os parentes, pois em “São Gonçalo tinha muita gente e outros foram para a Capital”. Advertiu, também, que o ex-oficial de justiça, em Feira de Santana, José Ferreira Cazumbá,<sup>102</sup> responsável pela prisão de Lucas da Feira, era seu tio. Igualmente, Maria de Lourdes Cazumbá,<sup>103</sup> escritã do cartório civil, ativa os laços de consanguinidade, estabelecendo vínculos ancestrais com o oficial de justiça – homem de prestígio social, responsável pela prisão de Lucas da Feira.

Para o momento, as investigações esbarram na falta de pistas que me levem a aprofundar as discussões acerca da consanguinidade dos Cazumbá. Sublinho que tanto a personalidade José Ferreira Cazumbá, em São José das Itaporocas, quanto a família Cazumbá, em São Gonçalo dos Campos, têm uma forte representação social. Silva,<sup>104</sup> no artigo intitulado “Cazumbá: História e memória no Recôncavo Baiano (1888-1950)”, ressalta que na memória desta família o sobrenome é pomposo, sendo o nome, em si, uma distinção entre a família Cazumbá e os demais descendentes de africanos residentes na cidade. Neste aspecto, surgem questionamentos sobre o mistério por trás dos indivíduos de nome Cazumbá: quais as experiências que estavam inseridas? Como se formou a família em São Gonçalo dos Campos? A pesquisa segue no sentido de desvendar estes enigmas.

Deste modo, o personagem que aparece na abertura deste capítulo, João Cardozo Cazumbá, compareceu ao cartório, em 1879, consorciado a Manoel de Ferreira de Cerqueira, para comprar as terras, casa e benfeitorias da fazenda, antigamente denominada Várzea – Sobrado –, na localidade Cruz.<sup>105</sup> Sendo quitado o valor, o vendedor e seus herdeiros, em tempo algum, poderiam reclamar a venda.

Embora este seja o primeiro documento que saltou aos olhos da investigadora, esta não foi a primeira aquisição de terras realizada por Cazumbá. Anexo ao Pedido de Embargo, em 1895, estava um

102- Entrevista com José Cazumbá, Comissário de Menores, concedida em 12 de abril de 2008.

103- Entrevista com Maria de Lourdes Cazumbá, concedida em 16 de maio de 2012.

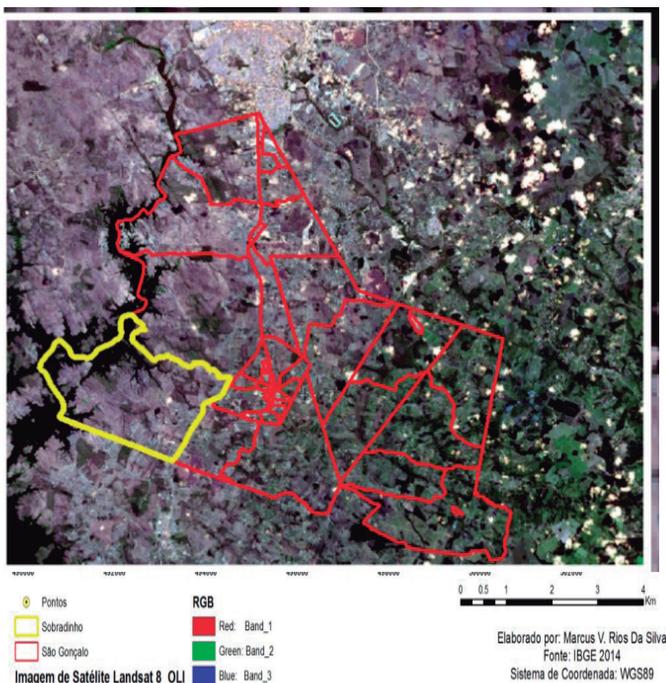
104- SILVA, 2011, p. 4.

105- BAHIA, ACFJM. Escritura de Compra e Venda de Terras. 1879. Livro Tabelionato n. 2.

translado de venda e compra de terras, de 30 de maio de 1874. No documento, Maria Joaquina da Silva, viúva de José da Silva, vendeu ao senhor João Cardozo Cazumbá 33 braças e meia de terras, da Fazenda Terra Dura, pelo valor de 300 mil réis, recebendo do comprador 250 mil réis em moeda, e o restante, 50 mil réis, a partir de dois meses da data da compra, ficando a terra penhorada.<sup>106</sup> Mediante essa compra, João Cazumbá tornou-se um proprietário de terra no local denominado Cruz, e, quatro anos mais tarde, compraria, com Manoel de Ferreira de Cerqueira, a fazenda Sobrado.

O mapa abaixo sugere a possível localização da fazenda.

Mapa 2 – São Gonçalo dos Campos.



Fonte: USGS. Serviço Geológico do Governo dos Estados Unidos. Disponível em: <http://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso em: 3 jun. 2014.

Talvez João Cardozo Cazumbá fosse mais um dos proprietários de fazenda fumageira. Sucumbindo à tentação de fazer uma análise de perto, do tipo microscópica, a fim de saber sua genealogia e experiência com a escravidão, apareceram “sinais”. Em inventários, registros de compra e venda de imóveis e na tradição oral, encontrei vestígios que versavam sobre a experiência de João Cazumbá, tal como de outros sujeitos que tiveram sua vida influenciada por diversas transformações que sucederam às últimas décadas do século XIX. Em 1884, a Freguesia foi elevada à condição de Município; em 1888, com o fim da escravidão, o direito de cidadania dos ex-escravos foi estabelecido legalmente e, um ano depois, foi implementada a ordem republicana. No entanto, as estruturas fundiárias permaneciam na mesma situação: havia concentração de terras nas mãos de alguns proprietários e a maioria da população sem posse de terras, trabalhando no plantio de fumo.

Apesar de este estudo ter como foco a discussão sobre as experiências em torno do sobrenome Cazumbá, buscando desvendar os segredos que o envolviam, outras ações e transferências, abrangendo o universo pós-abolição, podem ser observadas através dos variados fatores sociais, econômicos, materiais, afetivos, demográficos e culturais, os quais estiveram direta ou indiretamente conexos a esta trajetória.



## Propriedade e produção 1870/1890

O espaço geográfico, palco das experiências do comprador de terras João Cardozo Cazumbá, é a antiga freguesia de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira, encravada no Recôncavo baiano, numa região que, desde o século XVII, foi denominada de “Campos da Cachoeira”, por se localizar em terras consideradas planas e arenosas, favoráveis ao cultivo do fumo, gênero de grande importância para o comércio agroexportador.<sup>107</sup> Além do fumo, cultivavam-se os mais diversos itens de subsistência – farinha de mandioca, feijão, milho e produtos destinados ao mercado local. Fora as atividades agrícolas, destaca-se a criação de gado.<sup>108</sup>

A região era passagem regular de viajantes que partiam do porto de Cachoeira, seguindo o caminho da “Estrada Real”,<sup>109</sup> em direção à cidade de Feira de Santana e ao sertão. Tais deslocamentos contribuíam para a abertura de novos percursos e para a averiguação da Província.<sup>110</sup> Pesquisas apontam que a penetração inicial se deu no século XVII por bandeirantes<sup>111</sup> que exploravam metais preciosos e trabalho escravo indígena. De acordo com o memorialista Geraldo Alves Pereira,<sup>112</sup> em uma entrevista cedida em 2005, o povoamento de São Gonçalo dos Campos se deu em decorrência do pouso de um bandeirante português devoto do santo São Gonçalo Amarante. O memorialista contou que a região era zona de transição dos viajantes portugueses que seguiam de Cachoeira (Cidade Portuária do Recôncavo da Bahia) a Jacobina (região da Chapada Diamantina onde se garimpava prata).

---

107- NARDI, 1996. BARICKMAN, 2003. SILVA, 2011.

108- TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 43.

109- FREIRE, 2007, p. 45.

110- TEIXEIRA; ANDRADA, op. cit., p. 26.

111- *Enciclopédias dos municípios*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 21 mai. 2011, p. 333.

112- Entrevista com o memorialista Geraldo Alves Pereira, 92 anos, em 17 de fevereiro de 2005.

Alguns viajantes portugueses aportaram nestes solos arenosos com o fito de seguir em busca de prata, em Jacobina. Como de costume, em uma época de transportes rústicos (muares), os viajantes decidiram parar por ali a fim de repousarem durante a noite e, no dia seguinte, prosseguirem sua jornada com as forças restabelecidas.

Naquela noite, Gonçalo avistou um índio passeando nas redondezas daquelas matas. Ao vê-lo, o português temeu ser devorado e, tomado pelo medo, segurou com firmeza em uma árvore alcunhada Gonçalinho, implorando ao Santo de mesmo nome que lhe protegesse. Quando o índio se afastou, Gonçalo atribuiu a “proteção” ao Santo português, decidindo que parte da prata explorada em Jacobina seria utilizada para a construção de uma bela igreja, naquele local, em devoção ao Santo São Gonçalo do Amarante, a quem ele devia a proteção contra o índio naquela noite esfumada. Como sinal de que a sua promessa seria cumprida, antes de seguir seu caminho, fincou uma cruz e deixou uma imagem de São Gonçalo, marcando, assim, o lugar onde seria construída a capela.

Ao retornar, a imagem não estava mais no local outrora deixada, surgindo repentinamente à beira de uma fonte de água, há algumas léguas de distância: fato que se repetia muitas vezes de maneira miraculosa. Gonçalo, como um homem de fé, logo entendeu que o Santo queria que a igreja, em sua homenagem, fosse construída perto daquela fonte que foi alcunhada de fonte da Gameleira.

Outra narrativa sobre o povoamento foi encontrada no jornal *A Verdade*, de 1937: nesta versão, o homem que construiu a capela em tributo ao Santo foi um abastado proprietário de terras que, antes de propagar a devoção a São Gonçalo, “instalou uma casa de negócios, com açougues e outras dependências comerciais, a qual atraía os viajantes que demandavam ao sul”.<sup>113</sup> Nesta narrativa, desde o século XVII, na região, existia um considerável número de pessoas “que

---

113- *Jornal A Verdade*, ano I. Cidade de São Gonçalo dos Campos (Baía), 13 de fevereiro de 1937.

lutavam com a vida para vencer a sorte, facilitando o povoamento do arraial que se chamaria Cruz [...]”.<sup>114</sup>

Na narrativa de Caldas,<sup>115</sup> a origem da freguesia de São Gonçalo pode ser contada a partir da instalação das primeiras casas e do arraial erigido ao redor do engenho das irmãs Izabel e Maria Pereira Lobato, nos arredores da capela de Nossa Senhora das Mercês. Mais tarde, a capela das Mercês foi incorporada à freguesia. Para as historiadoras Marli Geralda Teixeira e Maria José Andrada,<sup>116</sup> através da construção da capela em reverência ao Santo São Gonçalo do Amarante, pelos jesuítas do seminário de Belém, entre os anos de 1687 e 1690,<sup>117</sup> originou-se o núcleo populacional, bem como pela contribuição da produção de fumo, que se tornou a principal atividade econômica do lugar.

Na década de 1690, o arraial de São Gonçalo foi elevado à categoria de freguesia, pertencente à Vila de Cachoeira; portanto, a capela de São Gonçalo do Amarante estava submetida à autoridade político-administrativa da comarca de Cachoeira como uma de suas freguesias.<sup>118</sup> Em termos de definição histórica e geográfica,

[...] Os campos da Cachoeira finalmente definem-se como uma região de 5 mil quilômetros quadrados que se dividia em dois setores. O primeiro, situado a oeste e a sul dos rios Paraguaçu e Jacuípe, reuniu em quarto das fazendas e as freguesias de Outeiro Redondo, São Pedro da Muritiba, Santo Estêvão do Jacuípe e parte de São José das Itaporocas. O segundo setor, situado a leste e nordeste dos mesmos rios, representava 75% das fazendas e incluía a totalidade das freguesias da Cachoeira, São Gonçalo dos Campos e a maior parte da de São José das Itaporocas.<sup>119</sup>

De acordo com a citação, os Campos da Cachoeira, definidos acima – a configuração existente é de aproximadamente 1835 –, ba-

114 - *Ibid.*

115 - CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. Fac-similar, s. c. p., 1925. p. 13.

116 - TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 26.

117 - CALDAS, *op. cit.*, p. 13.

118 - TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 27.

119 - NARDI, 1996, p. 40-41.

seavam-se em um fragmento da zona fumageira, localizado no transcurso dos rios Paraguaçu e Jacuípe, com sentido ao Sertão. Neste longo território, foram identificadas as freguesias de São Gonçalo e São José das Itapororocas, as quais se destacavam como importantes campos econômicos para produção de fumo e criação de gado.<sup>120</sup> Carlos Ott<sup>121</sup> identifica, compondo os Campos da Cachoeira, entre 1774 e 1830, a Vila da Cachoeira e as freguesias de São José das Itapororocas, São Gonçalo dos Campos, Santo Estêvão do Jacuípe, Outeiro Redondo, São Pedro da Muritiba e Santiago do Iguape. Ana Paula de Albuquerque Silva<sup>122</sup> observa esta mesma extensão, exce- tuando Santiago do Iguape.

São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira, na segunda metade do século XIX, englobava as capelas de São Gonçalo, Gameleira e Mercês<sup>123</sup> e as seguintes regiões: Vila, Afligidos, Mercês, Varge, Jacaré, Magalhães, Santana do Itaquari, Sergi, Cruz, Sobradinho, Tapera, Flores, Tabua e as áreas próximas ao Rio Pindoba, povoadas com diversas fazendas, terras e sítios voltados ao cultivo do fumo, da farinha de mandioca, do feijão, do milho, de produtos destinados ao mercado e à criação de gado.<sup>124</sup>

A constituição da região deu-se no contexto da colonização portuguesa empreitada no Brasil, quando os colonizadores, sob o desígnio de exploração das novas terras, adentraram sertão afora, conforme relatam os textos históricos e a memória do lugar. Assim, localizada às laterais do Paraguaçu e Jacuípe, fazia a ligação entre a zona de entreposto do Recôncavo ao Sertão, sendo uma região de produção fumageira, na qual era utilizada mão de obra escravizada adjunta à mão de obra livre de agregados.

120- POPPINO, 1998. NARDI, *op. cit.* BARICKMAN, 2003. TEIXEIRA; ANDRADA, *op. cit.*

121- OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-1888*. v. 1. Salvador: Bi- graf, 1996. p. 28.

122- SILVA, Ana Paula de Albuquerque. *Produção fumageira: fazendas e lavradores no Re- côncavo da Bahia 1774-1830*. 121 f. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

123- TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 26-28.

124 - *Ibid.*, p. 43.

## Atividades econômicas

Tratando-se da principal atividade econômica, as informações a respeito da produção de fumo servem para entendermos as relações sociais que se estabeleceram no local nos anos posteriores à abolição. Contudo, as fontes consultadas não apresentaram de maneira específica a quantidade do fumo cultivado, nem quantas safras as fazendas estavam produzindo no final do século XIX. Igualmente, não informam as categorias de cor dos proprietários de terras e dos lavradores livres. As descrições estavam vinculadas aos acessórios e bens utilizados no processo produtivo.

Alguns autores realçam a fumicultura como economia de pobres, que empregavam majoritariamente a mão de obra familiar. Contrários a esta argumentação, nos inventários encontrei sinais do cultivo de fumo realizado por grandes proprietários de escravos.<sup>125</sup> A inferência citada se deu por meio de registros de armazéns de fumo entre os bens dos proprietários de terras: Maria Jerônima da Trindade, em 1829-1862; Maria Lucia de Souza, em 1868-1871; Maria Joaquina da Trindade, em 1846-1866; Francisca Alves de Almeida, em 1882; Egídio Lopes de Almeida, em 1868-1871; e Maria Carolina do Amor Divino, em 1869-1876.<sup>126</sup> Todos estes proprietários utilizaram mão de obra escrava para produção fumageira.

As fontes evidenciam que a produção fumageira beneficiava os proprietários, que usavam a mão de obra escrava, não podendo descartar, entretanto, os pequenos lavradores sem posse de terras entre os produtores. Provavelmente, isso ocorreu porque, diferentemente do cultivo de açúcar, a fumicultura não requeria grandes pre-

---

125- De acordo com Barickman (2003), o cultivo do fumo em São Gonçalo, em 1835, podia ser realizado por famílias de camponeses lado a lado com um ou dois escravos que às famílias pertenciam.

126- Inventários de Maria Jerônima de Trindade, 1829-1862, de Maria Lucia de Souza, 1868-1871, de Maria Joaquina da Trindade, 1846-1866, Maria Carolina do Amor Divino, 1869-1876, Francisca Alves de Almeida, 1882, de Egídio Lopes de Almeida, 1868-1871, BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixas 198 e 218.

paros técnicos, tampouco amplas extensões territoriais,<sup>127</sup> além de ser uma economia de grande relevância por seu caráter exportador. O fabrico (que no presente estudo será caracterizado por distintas categorias) era realizado através da utilização da mão de obra escrava consorciada à mão de obra livre.

A presença de armazéns nos inventários verificados retrata que, assim como em outras regiões do Brasil, a produção de fumo, neste local, foi destinada aos armazéns do Recôncavo e vinculou-se ao tráfico de escravos no comércio transatlântico escravista,<sup>128</sup> propiciando uma relação com o mercado internacional: europeu, asiático, africano e ao norte da América; e com o mercado interno, especialmente nas zonas de mineração.<sup>129</sup>

Embora tenha sofrido considerável queda na comercialização, na segunda metade do século XIX, cujas causas estavam, supostamente, ligadas à independência, em 1822, e ao fim do tráfico, em 1850,<sup>130</sup> a produção fumageira não sofreu consequências drásticas, tendo em vista que o fumo já havia encontrado outros pontos mercadológicos.<sup>131</sup> Como assinalou Andrade,<sup>132</sup> a decadência pela qual passa, em 1850, foi apenas do refugio, pois o melhor fumo continuava a encontrar extenso mercado nos diversos comércios mundiais e mesmo no comércio interno. Ratifica esta assertiva o fato de a fumicultura, no final do século XIX, ter se tornado tradicional, lavrada em todo o território da Província, especificamente nas regiões exportadoras situadas próximas ao litoral.<sup>133</sup> O mapa abaixo (3) representa os locais em que a produção de fumo se concentrava:

---

127 - BARICKMAN, *op. cit.*, p. 293.

128 - VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: o tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

129 - SILVA, *op. cit.*

130 - MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. VERGER, *op. cit.*, NARDI, *op. cit.*

131 - SILVA, *op. cit.*

132 - BORBA, Silva Fraga. *Industrialização e exportação de fumo na Bahia*. 328 f. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975. p. 4-5.

133 - As zonas foram Cachoeira, São Miguel das Matas, Nazaré, Maragogipe, São Félix, Cruz das Almas, São Felipe, Santo Antônio de Jesus e todo o Recôncavo sul. MATTOSO, 1998, p. 462.

**Mapa 3** – Áreas de plantio de fumo do Recôncavo da Bahia.



Fonte: Azevedo.<sup>134</sup>

Essa região se apresentava como uma importante produtora de fumo.<sup>135</sup> De acordo com Sonnevile,<sup>136</sup> de 1872 até 1880, o fumo ocupava o primeiro lugar na pauta dos exportadores baianos, sobretudo para a Alemanha. Sonnevile<sup>137</sup> frisa que, em 1859/1860, a exportação do fumo na Província perfazia 30,9% do total de exportações, tomando a dianteira neste item, ficando, inclusive, à frente do açúcar, que somava 26,6%. No ano de 1862/1863, em virtude da guerra de Secessão, a exportação de fumo se expandiu extraordinariamente, extrapolando a marca do milhão de arrobas comercializadas pelo Brasil. O fumo permaneceu ocupando o lugar principal no rol das exportações baianas nos anos de 1872/1873 e de 1875 a 1880.<sup>138</sup>

134 - Reproduzido por AZEVEDO, Aroldo de. Regiões e paisagens do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo; SANTOS, Milton (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Jorge Amado/ Academia de Letras da Bahia/ Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 33.

135 - Dados da Junta Comercial da Bahia para o século XIX. Ver: *Invenção da Bahia na Evolução Nacional*. 1ª etapa: 1850-1889. Comércio V3T2 SEPLANTEC. CPE. Salvador, 1980. p. 121 a 134.

136 - SONNEVILLE, Jacques Jules. *Os lavradores de fumo: Sapeaçu-BA. 1850-1940*. 1982. (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

137 - *Ibid.*

138 - SONNEVILLE, 1982, p. 53.

Em 1877, a Bahia enviou para fora 500.000 fardos de fumo.<sup>139</sup> Neste período, estabeleceram-se as firmas Costa Ferreira & Penna; Stender & Cia; Dannemann; Suerdieck; e Vieira de Mello, no Recôncavo, o que tornou a produção fumageira a atividade econômica mais significativa da Província,<sup>140</sup> abrindo “espaço para produtores ainda mais modestos, uma vez que não necessitavam das instalações de beneficiamento do tabaco em rolo, condicionando maior participação de produtores domésticos nesta lavoura”.<sup>141</sup>

Nos últimos anos do século XIX, a lavoura de fumo se constituía o artigo basilar de exportação, e, ao raiar do século XX, já contando com a instalação das fábricas de charutos, contribuiu com as rendas auferidas pela exportação na economia da Bahia, sendo o Recôncavo o maior fornecedor de fumo e derivados de todo o estado.<sup>142</sup> Por intermédio de Vilhena,<sup>143</sup> é possível compreender que, antes deste período, no século XVIII, havia, “nesta Capitania, diferentes paragens, onde se lavra tabaco; os sítios, porém, onde há mais fazendas dele, são com preferência a todos do Brasil, os Campos da Cachoeira”. Além disso, Mattoso<sup>144</sup> adverte que na despedida deste mesmo século, somente no distrito de Cachoeira, havia oito mil plantadores de fumo, sendo a maioria rendeiros. Essa singularidade dos

---

139- TEIXEIRA, 2011, p. 52.

140- LEIPNITZ, Guinter Tlajja. Contratos, preços e possibilidades: arrendamentos e mercantilização da terra na fronteira sul do Brasil, segunda metade do século XIX. *Topoi*, Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 43-59, jan./jun. 2012. Disponível em: [www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/topoi17/topoi\\_17\\_-\\_artigo3\\_-\\_sistemas\\_agr%C3%A1rios\\_na.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi17/topoi_17_-_artigo3_-_sistemas_agr%C3%A1rios_na.pdf). Acesso em: 28 jan. 2013.

141- LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial, *Revista MNEME*, v. 5, n. 12, out./nov. 2004. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em: 21 abr. 2012. p. 6. Ver: SANTOS, 2012.

142- BORBA, 1975, p. 10. ALMEIDA, Rômulo. Traços da História Econômica da Bahia no último Século e Meio. (1.º Conferência de um Curso de Economia promovido pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia, em 7/11/1949). Salvador (BA.): junho de 1951, n. 2. p. 8-9.

143- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. v. 1. Bahia. Itapuã. 1969. p. 199.

144- MATTOSO, 1982, p. 463.

plantadores de fumo, a partir de então, criou uma espécie de tradição em torno da atividade e um tecido social territorialmente diferenciado.

Neste sentido, vamos encontrar, no encerramento do século XIX e princípio do XX, uma conjuntura de produtores na qual se comportavam, além dos médios, os pequenos, como, os rendeiros – principalmente. Portanto, o fumo não era uma “economia de pobre”: o investimento do governo, no século XVIII, por exemplo, já sinaliza a ampla importância do gênero referido para a economia agroexportadora da Província. Não era, nesses moldes, um “cultivo de pobre”, mas uma abertura de possibilidades para que pequenos lavradores dele participassem.

A economia fumageira movimentava a vida social da freguesia com a aquisição de terras e as relações de mão de obra escrava e livre, promovendo novas oportunidades de trabalho, de acúmulo de riquezas e de mobilidade.<sup>145</sup> A obtenção de terras representava a conquista da posse de uma propriedade para o cultivo do gênero e, em simultâneo, a possibilidade de se ter uma teia de trabalhadores rendeiros produzindo sem receber o básico pela atividade desempenhada.

Esse quadro perdurou até 1888, com a abolição da escravatura e, principalmente, com a produção de fumo em corda, que, depois do ano citado, passou a ser fabricado em folha,<sup>146</sup> forma intensificada antes da abolição. Essa tendência demonstra que, em contradição à crise da escravidão, que anunciava o trabalho livre, a produção fumageira permanecia em contínua expansão, alicerçada, portanto, nos regimes de mão de obra escrava e livre, contextos que podem ser apresentados como o palco de uma diversificada rede social no Recôncavo.<sup>147</sup>

145- MATTOSO, 1982. BARICKMAN, 2003. POPPINO, 1998.

146- SANTOS, Milton. In: BRANDÃO, 1998, p. 33.

147- BARICKMAN, *op. cit.* SILVA, 2011. MATTOSO, *op. cit.* Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

Figura 1 – O processo de secagem do fumo por famílias de lavradores.



Fonte: NUDOC. Secagem de fumo em um sítio na área rural de São Félix, provavelmente Outeiro Redondo. É possível que esta imagem represente o início do século XX.

A imagem acima (Figura 1) apresenta a secagem do fumo realizada por uma família de plantadores, o que confirma que as experiências em torno da agricultura fumageira eram diversificadas. A imagem demonstra também, que a secagem acontecia na parede da frente da casa onde morava a família produtora, paredes de taipa, conforme são descritas nos inventários da segunda metade do século XIX. No processo de secagem das folhas, as famílias escolhiam as estratégias que viessem trazer melhor qualidade. O local escolhido, igualmente, deveria conter proteção contra a chuva e contra a incidência direta dos raios solares sobre as folhas, o que garantia o cheiro forte e a qualidade. Nota-se a presença de indivíduos de cor, homens e mulheres, participando do mesmo processo produtivo. Logo, é possível sugerir que, na imagem abordada, a família produtora está representada pelos indivíduos de cor e que, pelas condições da construção, são pessoas sem posse de terras, provavelmente rendeiros que, através da produção fumageira, conseguiam os recursos necessários à sua subsistência.

Observa-se que o espaço, no qual os indivíduos mantêm suas atividades relacionadas à terra, à roça, à produção de farinha e de fumo e à criação de gado, vai gradualmente expondo a configuração das experiências de sujeitos que foram escravos, livres e libertos, na relação do trabalho agrícola nas fazendas fumageiras no final do

século XIX e começo do século XX. Assim, o cultivo da mandioca revela o horizonte de sobrevivência comum às gerações das famílias da região até a década de 1910. As realidades apontadas por Barickman,<sup>148</sup> para o Recôncavo, proporcionam interessantes aspectos da dinâmica vivenciada por aqueles que se mantinham graças à produção do fumo e da farinha de mandioca. Um destes aspectos é o consórcio entre a agricultura voltada para a exportação, como no Recôncavo e no litoral baiano, a cultura de subsistência e a criação de gado, a exemplo de Feira de Santana.<sup>149</sup>

Os armazéns e as casas de farinha atravessaram a segunda metade do século XIX como elementos presentes entre os bens dos inventariados. Podemos citar a família de Maria Carolina do Amor Divino, a qual declarou, entre os bens, um armazém de fumo, uma casa de farinha, os acessórios para fazer a farinha, além de uma quantidade de pés de café. A fazenda ora aludida comportava os diversos bens de produção, sendo responsável pela produção de fumo, farinha e café.<sup>150</sup>

Cito, também, Domingos Rodrigues Vieira, que exhibe, entre as suas possessões, um armazém e uma gangorra de torcer fumo.<sup>151</sup> Outra situação foi a de Maria Joaquina de Jesus, 1879, que inventariou, entre os espólios de Francisco Rodrigues Vilarinho, uma casa de farinha, um armazém de fumo e acessórios.<sup>152</sup> Com base nas informações relatadas, pude observar que os sítios cultivavam gêneros variados, prevalecendo a fomicultura associada à produção de mandioca.

A farinha de mandioca era um gênero importante por ser um alimento básico na dieta dos moradores da freguesia,<sup>153</sup> sobretudo dos escravizados e da população pobre. O cultivo de roças de fumo e de mandioca oferecia, aos escravos e ex-escravos, a possibilida-

---

148 - BARICKMAN, 2003, p. 248-252.

149 - POPPINO, 1998. FREIRE, 2011.

150 - Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

151 - Inventário de Domingos Rodrigues Vieira, 1846-1863, BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

152 - Inventário de Francisco Rodrigues Vilarinho, 1879, BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

153 - BARICKMAN, 2003.

de de eles lançarem mão de reduzidas quantidades de terras, nelas produzirem suas pequenas roças para subsistência,<sup>154</sup> e, ao mesmo tempo, comercializarem o excedente nas feiras locais. Tal produção, ao longo do período de 1850 a 1870, do ponto de vista de Ribeiro e de Barickman,<sup>155</sup> subsidiava a cultura de cana-de-açúcar brasileira, bem como os plantios de fumo e de café, fornecendo, ainda, mantimento ao mercado interno. Junto com a carne-seca, “a mandioca, para o cultivo da farinha, era de longe a lavoura de subsistência mais amplamente cultivada no Recôncavo, e a farinha era um componente indispensável do regime alimentar baiano”.<sup>156</sup>

A litografia de Victor Frond (Figura 2) mostra o processo de produção da farinha de mandioca feita por escravos.

Figura 2 – Escravos fazendo farinha.



Fonte: Litografia de Victor Frond. In: FREIRE.<sup>157</sup>

Fazendo a leitura da imagem, partindo da direita para a esquerda, inicia-se o processo com os escravizados do sexo masculino fazendo a roda girar para que a bola com as lâminas que rala a

154 - Barickman (2003), retrata esse fato na primeira metade do século XIX. De acordo com o autor, houve no recorte temporal em questão um considerável número de escravos que possuíam suas próprias roças nas fazendas de fumo e de mandioca.

155 - RIBEIRO, Ellen. *Abastecimento de farinha da cidade do Salvador: aspectos históricos*. 181 f. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982. p. 20-21, 36-94. SONNEVILLE, 1982, p. 17. SILVA, Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 11-12. BARICKMAN, *op. cit.*, p. 89.

156 - “A farinha de mandioca – ‘o pão da terra’ – e seu mercado”. In: BARICKMAN, *op. cit.*, p. 89.

157 - FREIRE, 2007, p. 83.

mandioca se movimente. Nota-se o esforço dos escravos para gerar o movimento da bola. Um homem com chapéu, mestiço, observando os escravos girarem a roda, parece ser um feitor do serviço, possivelmente, um pequeno proprietário, que supervisionava as tarefas desenvolvidas pelos escravos. A baixa estatura do escravo que deposita a raiz de mandioca para ser ralada torna possível sugerir que seja uma criança, muito provável, entre doze e quatorze anos de idade. As mulheres, na imagem, tinham a função de ralar a mandioca e retirar a massa para ser depositada na prensa, com o intuito de retirar a água. No chão, utensílios utilizados para o depósito da mandioca rapada: cestos e “paiôs” espalhados. O ambiente em que o trabalho está sendo realizado parece ser em frente a um armazém, provavelmente de fumo.

Semelhante à representação feita por Victor Frond, para Feira de Santana, é possível sugeri-la para o contexto social e de trabalho escravo em São Gonçalo dos Campos. Se pintássemos uma imagem da conjuntura social do final do século XIX naquela freguesia, tendo como base as informações dos inventários, o resultado seria bem parecido. Sob esta ótica, a imagem muito se aproxima ao aspecto produtivo da mandioca consorciada ao cultivo do fumo, narrado por Barickman<sup>158</sup> e contemplado nos inventários pesquisados.

Além do plantio da mandioca e do fumo, a produção de café aparece em pequenas quantidades nos inventários. Vale lembrar, que não identifiquei fazendas que se dedicassem exclusivamente à plantação de café ou de outro gênero agrícola. O espaço era compartilhado entre muitos deles. Na fazenda de Maria Jerônima de Trindade, por exemplo, a produção agrícola estava relacionada ao plantio do fumo, da farinha e do café.<sup>159</sup> Essa produção equivalia de 7 a 100

158- BARICKMAN, 2003. Inventários de Maria Jerônima de Trindade, 1829-1862, Maria Lucia de Souza, 1868-1871, Maria Joaquina da Trindade, 1846-1866, Maria Carolina do Amor Divino, 1869-1876, Francisca Alves de Almeida, 1882, Egídio Lopes de Almeida, 1868-1871, BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixas 198 e 218.

159- Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

pés de café. Na fazenda Limoeiro, Ana Francisca da Trindade inventariou 40 pés de café.<sup>160</sup> Esse cafezal, entre outros, manifesta que os produtores rurais em São Gonçalo dos Campos tentaram unir-se à demanda da produção cafeeira no sudeste do País, associando a cultura agrícola da região ao cultivo do café.<sup>161</sup>

Sobre a comercialização deste gênero, não obtive informações. Todavia, desde a primeira metade do século XIX, “o açúcar, fumo e café podiam render excelentes lucros para os comerciantes de Salvador e para os senhores de engenho e lavradores do Recôncavo”.<sup>162</sup> Desse modo, os cultivos dos gêneros mencionados, relacionados ao cotidiano rural nas fazendas inventariadas, estabeleceram um ambiente de tradição, no qual os espaços, costumes, expectativas e estratégias de sobrevivência foram (e vêm) sendo definidos e partilhados no transcurso das gerações existentes nas fazendas locais através do trabalho escravo, familiar e rendeiro.

A criação de pequenas quantidades de gado *vacum* se constituiu como outra fonte de renda básica dos moradores, contida nos inventários. A pecuária voltada ao gado bovino se fez presente em pelo menos 76,5% dos inventários levantados nesta pesquisa; o gado era classificado como *vacum* e bois de carro, usados como tração. Tal rebanho correspondia entre 4 e 120 cabeças de gado e representava proprietários de rebanhos muito pequenos. Os proprietários que detinham de 100 a 200 cabeças de gado possuíam maiores extensões de terras, maior quantidade de escravos e mais de uma propriedade fundiária. Neste sentido, Maria Jerônima de Trindade possuía doze cabeças de gado na Fazenda Moreira, sete na Fazenda Arengas, 100 na Fazenda Limoeiro, 140 na Fazenda Retiro, 152 na Fazenda Serra e 200 na Fazenda Prazeres. Nas Fazendas Paixão ou Tabuleiro e Lapa não foram declarados gados entre os seus bens.<sup>163</sup>

---

160 - Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixas 198 e 218.

161 - VIOTTI, Emília. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

162 - BARICKMAN, *op. cit.*, p. 89. TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 43.

163 - BAHIA, APMC. Inventário de Maria Jerônima de Trindade, 1829/1862. Provincial, Inventários, Caixa 218.

Outros proprietários, cuja produção era semelhante à de Maria Carolina do Amor Divino, possuíam bens ligados à atividade agrícola e à criação de animais, como foram declarados os quatro cavalos, três burros, 92 cabeças de gado vacum, quatro bois de carro, 25 bezerros, 20 cabeças de ovelhas e 20 cabras.<sup>164</sup> É relevante ressaltar a ligação entre a pecuária e a cultura fumageira, uma vez que o estume do gado servia para adubar o solo onde seria plantado o fumo, melhorando, assim, a sua produção.<sup>165</sup>

O gado cavalariço e o muar também estavam presentes na maioria das propriedades. Os fazendeiros possuíam de 1 a 10 cavalos e muares em suas fazendas; estes animais, porém, não representavam os bens mais valiosos. A criação de gado, nesse segmento, foi outra atividade que me permitiu abranger os níveis de propriedades e de patrimônios na freguesia. Para Freire,<sup>166</sup> na freguesia de Feira de Santana, estes animais eram indispensáveis ao funcionamento da fazenda, servindo como meio de transporte de pessoas e de cargas. Assim, os gados cavallares e muares, concernentes às famílias proprietárias, estavam conexos à referida finalidade.

Além do que foi demonstrado, evidenciei a agiotagem nos inventários. Francisco Pereira Adorno, com fortuna avaliada em 26.485.160 réis (vinte e seis contos, quatrocentos e oitenta e cinco e cento e sessenta réis), havia emprestado 22.560.160 réis (vinte e dois contos, quinhentos e sessenta mil e cento e sessenta réis) a Juventino, Manoel Marques de Almeida, Mateus Alves de Jesus e Manoel Alves dos Santos.<sup>167</sup> Luís Alves Adorno, com uma fortuna calculada em 12.721.530 réis (doze contos, setecentos e vinte e um mil e qui-

164 - BAHIA, APMC. Inventário de Maria Carolina do Amor Divino, 1869 - 1874. Provincial, Inventários, Cx. 198.

165 - SILVA, Francisco Carlos T. da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil - Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp, 2002. POPPINO, 1998. SILVA, 2002. TEIXEIRA; ANDRADA, 1984.

166 - FREIRE, 2011, p. 53.

167 - BAHIA, APMC. Francisco Pereira Adorno, Provincial, Inventários, Cx. 218.

nhentos e trinta réis), declarou que havia emprestado 4.139.260 réis (quatro contos, cento e trinta e nove mil e duzentos e sessenta réis).<sup>168</sup>

A agiotagem consistia em emprestar uma parcela de dinheiro a alguém mediante o estabelecimento de juro, previamente firmado entre as partes, com o pagamento em tempo determinado pelo agiota. Aliadas à economia de subsistência e ao cultivo de fumo, notam-se as complexas relações, nem sempre amistosas, do dia a dia da freguesia.

Em virtude das informações contidas nos inventários, foi possível constatar a variedade socioeconômica entre os fazendeiros. Da mesma forma, por meio da leitura da bibliografia, já mencionada neste estudo, das escrituras, do censo, entre outras fontes, identifiquei a presença de indivíduos sem propriedades. Não obstante, para melhor percepção da sociedade na freguesia fumageira do Recôncavo, na segunda metade do século XIX, descrevo, de maneira pormenorizada, os inventários, buscando apreender a distribuição dos bens, as diferenças e os valores das propriedades.

## **Vida material**

Uma característica do grupo inventariado nesta pesquisa é o número de filhos por casal; embora diga respeito apenas ao segmento dos proprietários dos 35 espólios da segunda metade do século XIX, constatei que as famílias eram compostas por 1 entre 10 filhos. Alguns proprietários deixaram seus bens para marido, esposa e irmão, constituindo a maioria dos herdeiros o(a) viúvo(a) com seus filhos. Esse contexto se refere a um grupo social com tradição de famílias numerosas bem próximas ao modelo dos engenhos.<sup>169</sup> Ainda nos documentos, notei a presença de mulheres como chefes de fogos e proprietárias de terras e escravos; ao mesmo tempo, os maiores índices de mortalidade são entre elas.

---

168- BAHIA, APMC. O inventário de Francisco Pereira Adorno, de 1862. Provincial, Inventários, Cx. 218.

169- BARICKMAN, 2003.

Embora os dados disponíveis nos inventários não sejam ricos em detalhes a respeito do cotidiano nas fazendas fumageiras do Recôncavo, por meio deles pude garimpar informações sobre os escravos, famílias, propriedades e atividades produtivas – elementos que tornaram possível revelar o contexto da época estudada. Assim, observei que os proprietários de terras não tinham o mesmo nível de riquezas. Os documentos cartoriais, eclesiásticos e censos atestam uma diversidade de fortunas e de trabalhadores não proprietários no local. Os indivíduos que detinham um cabedal inferior a 400.000 (quatrocentos mil) réis eram titulares de pouquíssimas posses; no geral, escravos ou terras. Exemplificando, encaixa-se nesse contexto Bernardino Moreira de Almeida, morador da Fazenda Tapera, homem pobre, que tinha o monte mor no valor de 400.000 réis, equivalente à sua escrava Bárbara, crioula, 60 anos, serviço da lavoura.<sup>170</sup>

Nos 35 inventários analisados, verifica-se que os espólios das famílias expunham rendas dentro da faixa que variava entre 400.000 réis e 26.485.160 (vinte e seis contos, quatrocentos e oitenta e cinco mil e cento e sessenta) réis. Apesar das variações indicando a desigualdade socioeconômica, os sujeitos adquiriam meios e possibilidades de sobreviver nesta sociedade desigual, sendo eles livres, escravos ou libertos despossuídos de propriedades fundiárias.

Dessa maneira, no caso de Bernardino Moreira de Almeida, os dados indicam que ele não possuía terra ou moradia própria, uma vez que no inventário não foram declarados casa, terras, bens de raiz, gado e móveis, apenas a escrava, empregada nos serviços da lavoura. Sem propriedade fundiária, Bernardino, além de utilizar a mão de obra de sua escrava, contava com a ajuda de sua mulher, Maria Epifânia de Jesus, e de seus filhos José Moreira de Freitas e Ana Maria Sacramento.<sup>171</sup> A análise detalhada dos arranjos do traba-

170- Inventário de Bernardino Moreira de Almeida, 1856-1869. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198, p. 24.

171- *Ibid.*, p. 24.

lho, no mesmo período, em outros documentos e em outras pesquisas, insinua uma clara analogia desta família com a experiência de rendeiros na freguesia.<sup>172</sup>

Igualmente a Bernardino Moreira de Almeida, diferentes indivíduos possuíam pequenas fortunas, arrolando entre seus bens propriedades rurais não extensas, sendo “casa de morar”,<sup>173</sup> ou, então, breves faixas de terras na sede da freguesia. Esse foi o caso de João Pinto do Nascimento, que, em 1857, registra no Livro de Recenseamento Eclesiástico de Terras, uma casa na Rua São Benedito, em frente à Igreja Matriz, sede do arraial da freguesia de São Gonçalo dos Campos. A forma de aquisição foi a compra do imóvel ao proprietário José Ricardo Gomes de Carvalho. Junto da casa, João Pinto declarou que possuía um terreno com a extensão de quatro braças, dois palmos de largura, 16 braças e dois palmos de comprimento. Registrou também uma casa, com meia braça de largura e com os fundos até a rua oposta, localizada na mesma rua. A casa, comprada a Rodrigo Antônio Barcelos.<sup>174</sup> Essas pequenas faixas de terras eram insuficientes para garantir a subsistência da família de lavradores que arrendavam terras nas fazendas vizinhas, utilizando a força de trabalho familiar e a mão de obra cativa quando a possuíam.

O inventário de Manoel Pereira de Almeida (1862/1875) e partes, Maria Angélica do Coração de Jesus e Maria Angélica do Livramento, da Fazenda Salvador, ostenta como os bens de maior valor seus cinco escravos, do serviço da lavoura, na quantia de dois contos de réis, e as terras, que somam 600 mil réis. Os outros bens que aparecem no inventário são: uma moenda de capim com a casa de farinha, 200 mil réis e os acessórios de fazer farinha, avaliadas em 10 mil réis.<sup>175</sup>

---

172- Vários documentos da Freguesia de São Gonçalo, na segunda metade do século XIX, apresentam, entre os moradores da sociedade sangonçalense, rendeiros, agregados, posseiros e domésticos. Categorias tratadas neste trabalho.

173- Inventário de Maria do Carmo das Virgens, 1869. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

174 - BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

175 - Inventário de Manoel Pereira de Almeida, 1862-1875. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198, fl. 39.

Com uma fortuna mais sólida, o espólio de Maria Carolina do Amor Divino, casada com José Domingos Gonçalves, inventariante, com quem teve cinco filhos, todos moradores da Fazenda Canabrava, Freguesia de São Gonçalo dos Campos, equivalia a 18.923.000 (dezoito contos e novecentos e vinte e três mil) réis.<sup>176</sup> Entre os bens estão arroladas três fazendas: Canabrava, Luca e Brejos; e dois sítios: Jambeiro e Jenipapeiro, além de escravos, casas, casa de farinha, armazéns, animais, arvoredos e benfeitorias.

Outra considerada grande proprietária rural, em comparação aos demais proprietários, é Maria Jerônima de Trindade: possuía o monte mor de 23.482.844 (vinte e três contos, quatrocentos e oitenta e dois e oitocentos e quarenta e quatro mil) réis. Neste inventário, o juiz Manoel Messias de Souza registrou oito propriedades fundiárias, sendo elas: Fazenda Moreira; Fazenda Lapa; Fazenda Serra; Fazenda Prazeres; Fazenda Paixão e o sítio Arengas, na freguesia de São Gonçalo dos Campos; a Fazenda Limoeiro e a Fazenda Retiro, localizadas no termo de Camisão (atual município de Ipirá). Tais propriedades foram repartidas entre seus herdeiros, João Ferreira da Cruz e Maria Alexandrina de Gusmão.<sup>177</sup> No inventário em questão, aparecem três casas próximas à estrada no valor de 30 mil réis cada, em que moram os agregados (rendeiros) da fazenda Moreira. Observando as informações contidas no inventário, é possível inferir que a proprietária pertencia ao grupo daqueles que possuíam as maiores fortunas.

Com exceção das grandes fazendas, o viver da maioria dos moradores era simples. Os móveis e os utensílios domésticos que pudessem oferecer maior conforto ou bem-estar pessoal, ou mesmo que significassem uma forma de diferenciação social, foram acessíveis a poucos. Desta maneira, os objetos exibidos nos inventários limitam-se aos móveis: catre, mesa, arca de vinhático, marquesa de jacarandá,

176 - Inventário de Maria Carolina do Amor Divino, 1869-1974. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198.

177 - Inventário de Maria Jerônima de Trindade, 1829-1862. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

cadeiras, utensílios, balança, espada de ferro, cajado, espora, sela, acessórios para a produção de farinha e para o cultivo de fumo, tacho de cobre, espingarda, enxada, machado, foice, banca com gaveta, camas de jacarandá, bancos de encosto, cadeiras de encosto, cofres, caixas de madeira, além de pratos, colheres e garfos de prata.<sup>178</sup>

Certamente, o visitante não encontraria esta variedade de móveis na maioria das casas dos moradores desta freguesia. Conforme relato do viajante Henry Koster,<sup>179</sup> quando de sua passagem pelo Nordeste, durante o século XIX, no tocante ao uso de móveis nas fazendas pecuaristas, este pode ser comparado às fumageiras. O viajante descreve que algumas residências tinham mesas, mas, pelo costume, as famílias faziam as refeições ao redor de uma esteira, com as tigelas, cabaças e travessas no centro. Facas e garfos não eram utensílios conhecidos, e as famílias mais pobres deles não faziam uso.<sup>180</sup> No caso dos inventários dos proprietários de São Gonçalo dos Campos, foram raros os que relataram o uso de móveis e utensílios mais sofisticados, denotando distinção social entre eles.

Além dos móveis e instrumentos domésticos, os oratórios com imagens de santos, de Deus menino, do Senhor Crucificado e de São José,<sup>181</sup> um artefato pouco recorrente entre as possessões dos pequenos proprietários, indicam, simultaneamente, a hierarquia social daquelas pessoas e sua religiosidade católica.

---

178 - Inventário de Manoel Pereira de Almeida, 1862-1875. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198, fl. 39. Inventário de Maria Carolina do Amor Divino, 1869-1974. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198. Inventário de Maria Jerônima de Trindade, 1829-1862. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

179 - KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. In: FREIRE, 2011.

180 - KOSTER, 1942, p. 187. In: FREIRE, 2011, p. 114.

181 - Inventário de Francisco Pereira Adorno, 1854. Partilha Amigável de Alvino Isaías da Costa Almeida, 1877. Partilha Amigável de Francisca Alves de Almeida, 1882. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198. Inventário de Maria Camila de Sousa, 1873-1875. Inventário de Maria Lucia de Souza, 1968-1871. Ana Francisca da Trindade, 1855. Maria Joaquina da Trindade, 1846-1866. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

Do mesmo modo, as joias e a prata, metais de valor, referenciadas nos inventários separam as famílias monetariamente; uma vez que, apenas as pessoas possuidoras de maior patrimônio ostentavam o uso de joias. Na partilha amigável de Luís Alves Adorno torna-se visível o emprego de parte do dinheiro deste em joias: rosetas de diamante, alfinete de peito com pedra de diamante, pulseira bordada, ouro em cordão, brinco, pelicário, dente de besouro, anel de ouro e pedras preciosas como o diamante.<sup>182</sup> A presença das joias nos inventários de maiores fortunas fornece indícios de distinção social. Foi percebido também, nas vestimentas declaradas pelos proprietários mais abastados, o uso de jaqueta, calça, colete, chapéu e barrete de ferro.<sup>183</sup> O jeito de se vestir demonstra o estilo de vida, evidenciando a economia agrícola de São Gonçalo dos Campos.

Além dos móveis, vestimentas e utensílios, na década de 1870, as construções das fazendas desvendam o cotidiano e costumes das famílias na freguesia, diferenciando os indivíduos de maior poder aquisitivo. Assim, as especificações a respeito das construções na fazenda Domingos Rodrigues Vieira, por exemplo, de “uma casa sobre esteios cobertos com telhas, de taipa, tendo uma parte rebocada, com duas salas e quatro quartos, com sete janelas e oito portas”,<sup>184</sup> confirma uma edificação sofisticada. Indicações de que a casa era coberta de telha e que comportava um quintal servem para diferenciá-la das demais moradias da Freguesia, bem como para revelar a influência que o proprietário tinha sobre a vida cotidiana dos agricultores e de outros moradores. Vale destacar, que os armazéns e as casas de fazer farinha eram cobertas com telhas, confirmando a riqueza dos lavradores, uma vez que nem todos os inventariantes possuíam entre as suas possessões.

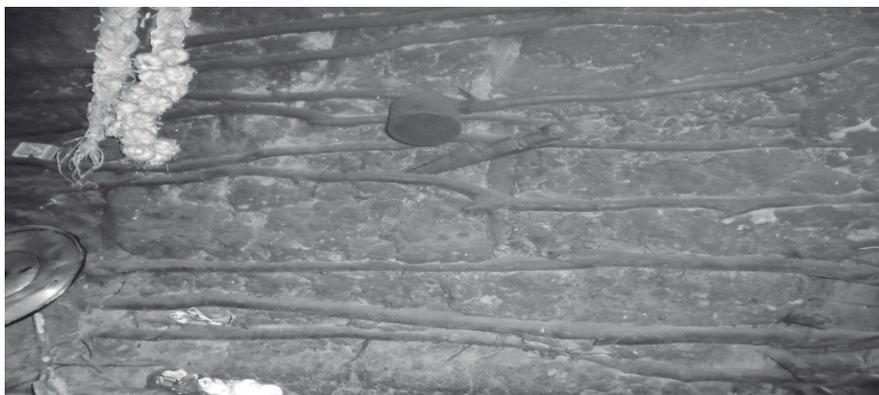
182 - Partilha Amigável de Luís Alves Adorno, 1862. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198.

183 - *Ibid.*

184 - Domingos Rodrigues Vieira. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 198.

Contrastando as descrições dos inventários da década de 1870, ressalto que nas habitações dos menos afortunados, a aparência era rústica com uma definição de construções arruinadas. Predominava nesse cenário uma arquitetura de adobe ou taipa com pau a pique e varas cruzadas amarradas com cipós para conter o barro batido. Eram comuns as edificações mistas, com partes externas de adobes e as divisórias de enchimento ou um núcleo de adobes com anexos de taipa. Nas coberturas utilizavam-se telhas.<sup>185</sup>

Figura 3 – Parede de construção de taipa.



Fonte: arquivo pessoal. Foto tirada em dezembro de 2012.

A imagem acima aparece como exemplo típico das construções das moradias dos pequenos proprietários na freguesia. As casas de taipa eram comuns nas arquiteturas das famílias mais pobres, especialmente nas habitações das famílias de rendeiros.

O quintal das fazendas possuía plantas de diferentes tipos, tais como laranjeiras, jaqueiras, bananeiras, coqueiros e cajueiros.<sup>186</sup> Parece que os agricultores desta região apreciavam em seus quintais diversas árvores frutíferas, mesmo que em reduzida quantidade, em alguns casos, renda complementar ao sustento da família. Os

185- Inventário de Maria Lucía de Souza. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

186- Inventário de Maria Carolina do Amor Divino, 1869-1874. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa. 198.

proprietários deram a conhecer, entre as benfeitorias das fazendas, cercas construídas de madeira de “candica”.<sup>187</sup>

Por conseguinte, convém lembrar que a região de São Gonçalo dos Campos, no período analisado, já estava com suas terras ocupadas; porém, as informações contidas nos inventários, pertinentes à dimensão dessas terras, são de difícil compreensão. Vistos mais de perto, os dados evidenciam o costume da época e resvalam, continuamente, na vivência de situações não experimentadas pelo pesquisador. Todavia, analisá-los contribui para o entendimento das antigas conjunturas históricas, sociais, econômicas, demográficas, culturais e políticas que influenciaram as decisões, experiências, construções de redes sociais e relações familiares de ex-escravos, livres, libertos e dos seus descendentes e dos instrumentos que lançaram mão para conquistar a sobrevivência no seio da sociedade escravocrata e agroexportadora.

### **Estrutura agrária**

Nesta conjuntura, destaca-se Januária Maria da Conceição, proprietária da Fazenda Amarela, em Jacuípe, com seus filhos – José Cândido Martins, Basílio Martins de Oliveira, Manoel Martins de Oliveira, Hipólito Martins de Oliveira, José Felix Damasceno e Margarida Contrim de Jesus,<sup>188</sup> em 1857 –, na paróquia de São Gonçalo do Amarante, registrando suas terras com 200 braças de largura e 1000 braças de fundo, herança do seu marido Francisco Pereira de Oliveira.

Januária Maria da Conceição não foi a única proprietária de terras a se deslocar até as sedes eclesiásticas, na década de 1850, para registrar suas possessões. De 1857 a 1863, o padre Vicente Ferreira Gomes arrolou 886 registros de terras, os quais, em linhas

---

187 - Sobre a palavra “candica” não encontrei informações. Escrevi, nesse aspecto, conforme encontrei nos inventários. Imagino que se refira à madeira de árvores próprias da região em pauta utilizada nas estacas das cercas das fazendas de fumo. In: Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixas 198 e 218.

188 - Quadro indicado nos registros eclesiásticos e, também, nos assentamentos cartoriais no final do século XIX.

genéricas, contêm o nome dos proprietários e o do local das propriedades, a data, os declarantes, o tipo de propriedade, a freguesia onde estavam situadas, a forma de aquisição e os limites, sendo encontrado, ainda, o valor das áreas e, em alguns episódios, a sugestão do estado civil dos proprietários, uma vez que era registrada a posse com a esposa, fato observado no caso acima.

Quanto aos limites dos domínios, os registros não expõem com literalidade a localização. Os marcos ou pontos de referência são transitórios, indicados por rios, riachos, ou alguma “pedra de rumo”, não havendo maiores possibilidades para a identificação destes elementos atualmente, mesmo em se tratando de um trabalho de reconstrução das áreas ocupadas. Tais expressões realçam o imaginário de seu tempo, representando o costume que se difundia entre a população do período.<sup>189</sup> Observa-se, desta maneira, em muitas ocasiões, a lógica vigente entre proprietários nos diversos registros de terras, como em escrituras de compra e venda, hipotecas e até mesmo em litígios judiciais acarretados por invasão e destruição das matas da fazenda Cruz, por exemplo, de propriedade de Rita Cazumbá, em 1898.

Nesta perspectiva, Thompson<sup>190</sup> colabora com a apreciação das identificações e demarcações utilizadas pelos donos de propriedades. Em comunidades de pequenos agricultores, a exemplo das que existiram na Inglaterra do século XVIII, estudadas pelo autor, geralmente, os trabalhadores, em via de mudanças, utilizam determinados costumes, compreendidos pelo estudioso enquanto motivações racionais, autônomas e coerentes, práticas que, embora antigas, são constantemente repensadas e reformuladas a partir da experiência.

No contexto deste estudo, a Lei de Terras esbarrava no costume dos proprietários de não demarcar com exatidão, e pontos fixos, suas possessões. Consequentemente, este caráter limita o poder do Estado no controle sobre as denominadas terras devolutas, bem

---

189- THOMPSON, 1998.

190- *Ibid.*

como restringe o acesso à terra apenas àqueles que desfrutavam a condição de proprietários ou tinham recursos financeiros disponíveis para adquiri-las. Deste modo, em contradição ao aprisionamento das terras, pela lei, em 1850, muitos libertos e pobres livres, em troca do trabalho, tornaram-se posseiros, arrendatários e rendeiros, povoando os domínios não demarcados das fazendas.

O inventário de Antônio Machado da Silva,<sup>191</sup> neste segmento, registra que a fazenda se dividia pelo poente com 100 braças<sup>192</sup> de largura, fazendo a frente para a Estrada Real, que vinha de Cachoeira para a Vila de Feira de Sant'Anna dos Olhos D'Água, confrontando com a fazenda denominada Murici, de Fernando Machado da Silva, e com os fundos para o nascente, dividida com as terras da fazenda alcunhada Bananeiras, pertencente ao Capitão José Alves de Cerqueira; ao Sul, deparava-se com terras da fazenda de Manoel Cerqueira de Araújo.<sup>193</sup> Neste sentido, a análise encontra-se circunscrita às linhas demarcatórias descritas nos documentos sem embrenhar, literalmente, as áreas contíguas, não doadas ou devolutas.

A escritura de compra e venda de uma “parte de terras”, cuja possuidora era D. Maria Joaquina da Pureza, residente em Salvador, e vendida a Manoel Veríssimo de Queiroz, em 16 de agosto de 1877 – morador na Freguesia de São Gonçalo dos Campos –, feita mediante procuração por Manoel Cerqueira Daltro –, delimita a propriedade da maneira seguinte:

pelo lado norte principia n'uma lagoazinha, a quem do centro de Teresa Maria de Jesus, rendeira no mesmo terreno, estrada direita até dividir com João Paulo de Queiroz, seus terrenos pela nascente com o mesmo João Paulo de Queiroz por uma estrada que vai para a casa de Victorino Telles, e d'esta estrada em direção

191 - Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 198.

192 - *Braça* – Unidade de medida agrária correspondente a 2,20 metros. A *braça quadrada* confere 4,84 m<sup>2</sup>. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 435 f. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. FREIRE, 2007.

193 - BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

ao sul, divide-se com Jacintho Machado, dividindo do rumo, de uma cerca de pau a pique do rendeiro João Baptista, pelo sul com terras da Fazenda do Magalhães e pelo nascente com Martinho Suzarte, servindo de divisão a mesma lagoazinha donde tem princípio a mesma divisão de norte ao sul.<sup>194</sup>

Verifica-se, na declaração de Maria Joaquina da Pureza, o caráter costumeiro de demarcação das terras entre os proprietários dos limites apresentados, excetuando-se as terras da fazenda Magalhães. É inviável a identificação da lagoa, das fronteiras com outros terrenos e da estrada, que sequer foi nomeada. Não houve qualquer referência à forma de aquisição das terras; até mesmo a expressão utilizada para a identificação do imóvel, “parte de terras”, não traduz as dimensões e as características da propriedade. Por sua vez, estas terras localizavam a Estrada Real, aproximadamente, a 5 km da cidade de Feira de Santana e a 10 km da sede da vila de São Gonçalo dos Campos.

Temos também os rumos da Fazenda Carlota, de Antônio Alves Rodrigues, 1857, os quais foram expostos do seguinte modo: pela parte nascente com a estrada que vai da Capela de Santa Anna do Itaquari; pelo Sul, parte pelo resto do valado, a partir das terras da fazenda de Felipe Neri de Sousa, até o fim do mesmo valado, onde se acha encravada uma pedra, e dela seguirá rumo abaixo à procura de outra pedra. Segue a lagoa de Paulino Ferreira da Costa, onde faz uma pequena subida na beira da estrada que vem da Cachoeira para a Capela de Santa Anna do Itaquari.<sup>195</sup> Nesta, ressalta-se a localização da estada Capela de Santa Anna do Itaquari até Cachoeira. Com este limite, especialmente com a denominação da capela do Itacari, é possível sugerir que a fazenda se situa no sentido Leste da vila da Freguesia.

No traslado de compra e venda da fazenda Terra Dura consta a quantidade de terras, o valor e as demarcações, sendo elas: pela

194 - Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 1, p. 8.

195 - BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

nascente com a estrada Real,<sup>196</sup> pelo Sul com terras de Antônio Gonçalves de Oliveira, pelo poente com o Rio Jacuípe e, ao Norte, com a fazenda de Helena Maria da Cruz. O mesmo ocorre com a descrição da Fazenda Sobrado, comprada por João Cardozo Cazumbá e Manoel Ferreira de Cerqueira.<sup>197</sup> A escritura apresenta maiores informações a respeito da localização e do valor das terras, no período, sem, contudo, destacar o tamanho da propriedade. Seguindo o mesmo estilo de coordenadas, como as utilizadas por Antônio Machado da Silva, Maria Joaquina da Pureza, Antônio Alves Rodrigues e João Cardozo Cazumbá, outros proprietários definiram os contornos de suas propriedades utilizando rios, riachos, terras dos vizinhos, pedras, estradas, paus ou arvoredos que circundavam os terrenos e referências às cercas, impossibilitando-nos de qualquer localização exata das propriedades.

Nesta área, as terras eram mais baratas,<sup>198</sup> sendo a medição da área feita em braças. O valor em braças quadradas variava entre 1.000 e 3.000 réis. Encontrei, nos registros de terras e assentamentos cartoriais, fazendas de extensões diversas: a Fazenda do Saquinho, de D. Maria Rita do Amor Divino, inventariada em 1 de agosto de 1858, por Felipe Machado da Silva, possuía 90 braças de terras, principiando na Estrada Real, no valor de 5.000 réis cada braça, e todos por 450.000 réis.<sup>199</sup>

Ainda foram inventariadas as terras da fazenda Saco, da mesma proprietária, com 154 braças de largura, com fundo principiado na Estrada Real que vai de Feira de Sant'Anna até o Riacho Caburu, tirando-se 200 braças da estrada para o fundo com a mesma largura.<sup>200</sup> Tais informações contribuem para percebermos a multiplicidade das extensões das propriedades em São Gonçalo dos Campos e das regiões produtoras de cana-de-açúcar, também pertencentes à co-

196 - Ato de Embargo, 1895. Arquivo Cartorial. Fórum João Mendes. São Gonçalo dos Campos.

197 - Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro do Tabelionato, n. 2.

198 - Freire aponta que nas áreas açucareiras as terras eram mais caras do que nas regiões de economia agropecuária. Ver: FREIRE, 2011. BARICKMAN, 2003.

199 - Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 198.

200 - *Ibid.*

marca da Cachoeira.<sup>201</sup> Com base nos dados expostos por Nardi,<sup>202</sup> pontua-se que, até meados do XIX, os Campos da Cachoeira – as chamadas fazendas ou sítios de tabaco – apresentavam, entre proprietários, cerca de 30% de arrendatários, quase 55% de pequenas propriedades, em média, com 4,2 tarefas, ou seja, menos de 2 hectares de terra. Estes dados também foram encontrados na escritura de venda e compra da Fazenda Mungo, do Coronel Antônio Carlos da Silva, com 175 braças e meia de extensão de terras, vendida, a Firmino da Silva Daltro, por 200 mil réis, em 30 de maio de 1888.<sup>203</sup>

Outro ponto que serve para verificar a diversidade das possessões fundiárias são as variadas expressões usadas para identificá-las nos documentos. As identificações, em grande parte, são: *um sítio de terras, um pedaço de terras, parte de terras, uma sorte, porção*; havendo, ainda, termos como *fazenda e lote de terras*. Estas expressões sugerem distinção quanto ao tamanho, ao valor, aos cultivos e às benfeitorias das propriedades; entretanto, ao analisar os documentos, notei que tais expressões igualmente seguiam opções pessoais de cada proprietário, sem, contudo, expressar diferenças entre as propriedades. Neste caso, Antônio Machado da Silva vai registrar, em 1857, ao Vigário Vicente Ferreira Gomes, *as terras*, com frente de 100 braças de largura, próximas à Estrada Real.<sup>204</sup> O comprimento segue uma extensão alcançando a fazenda denominada Murici, de Fernando Machado da Silva. Os fundos localizam-se no sentido Leste, sendo limítrofe às terras da Fazenda Bananeiras, pertencentes ao Capitão José Alves de Cerqueira. Ao Sul, tais terras, divisam com a área da fazenda de Manoel Cerqueira de Araújo.<sup>205</sup>

---

201 - BARICKMAN, *op. cit.*

202 - NARDI, 1996, p. 37-69. O autor expõe estes dados a partir de uma estimativa indireta embasada na razão entre a produção e produtividade por tarefa e o número de lavradores de fumo.

203 - Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 198.

204 - Que vem da Cachoeira para a Villa de Feira de Sant'Anna dos Olhos D'Água.

205 - BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

Apesar dessa descrição, não possuo informações pormenorizadas que me permitam conjecturar se o termo *terras* foi empregado para diferenciar a propriedade dos sítios e das fazendas. Provavelmente, tal termo servia para identificar domínios fundiários com grande extensão de terra sem benfeitorias e instalações específicas das fazendas e sítios, como casas de farinha, armazéns de fumo, senzalas e outros acessórios, comuns às fazendas e a alguns sítios da região que desenvolviam uma agricultura multifacetada.

Outra identificação encontrada nos inventários são os sítios. Distinto do que imaginei, a respeito de seu tamanho ser diferenciado do das fazendas, constatei nos registros variadas dimensões. Alguns registros exemplificam tal fato, como o do Sítio Campestre, em 1857, pertencente a Manoel Araújo Dantas, com 102 braças; o da Fazenda Borges, de Antônio Joaquim de Cerqueira e José Moreira de Freitas, com 150 braças, em 1857; Fazenda Pedreira, de Manoel José de Oliveira Pinto, com 106 braças, registrada em 30 de maio de 1857.<sup>206</sup>

Pela extensão de cada propriedade, nota-se que não existiam diferenças acentuadas entre ambas as designações, diversamente do que Schwartz<sup>207</sup> observou no tocante às propriedades açucareiras do Recôncavo colonial, apresentando, assim, a variação entre as fazendas e os sítios. As fazendas eram utilizadas para múltiplas atividades, indo da pecuária ao cultivo de gêneros alimentícios e, eventualmente, de cana-de-açúcar. O termo *sítio* era preferido para designar as plantações de fumo, apesar de não ser usado apenas nessa acepção.

Neste ponto, Schwartz<sup>208</sup> expõe a distinção das possíveis denominações de acordo às atividades produtivas de cada propriedade; porém, os registros cartoriais vão apontar que nos domínios fundiários, na freguesia de São Gonçalo dos Campos, havia diversidade de produ-

---

206 - *Ibid.*

207 - SCHWARTZ, 1988, p. 362.

208 - *Ibid.*

ção. Alves<sup>209</sup> adverte que o termo *sítio* se refere ao *status* ou ao caráter de propriedade adquirido após a Lei de Terras de 1850. Entretanto, é importante compreender que esse assunto é muito complexo, devido às visões diferenciadas, principalmente quanto à relação de posse no contexto da economia agroexportadora e do sistema escravista.

A categoria *fazenda*, ao mesmo tempo em que representava uma propriedade com grande extensão de terra, era utilizada para localizar o território registrado ou adquirido em uma compra. Havia fazenda com extensões de terras menores do que as dos sítios. É o caso da fazenda Mato Grosso, em Jacuípe, de José da Costa Queiroz, também de 1857, com a largura de 62 braças de terras. Segundo as divisões, têm-se as seguintes especificações: frente para o poente partindo com as terras denominadas Broba; fundo para o nascente até o rio Jacuípe; Norte com terras da fazenda do Magalhães; e Sul com terras de Joaquim da Silva.<sup>210</sup> Já a fazenda Murundu, cujo proprietário é Manoel Amaro Lopes, tem a extensão de 60 braças, apresentando menor dimensão do que o sítio Campestre. Com maior extensão é a Fazenda Jenipapo, de Leandro Rodrigo de Lima, Antônia Maria de Lima e Maria Inácia de Jesus, com 700 braças de largura e uma légua de comprimento.<sup>211</sup>

Tais fazendas não podiam ser comparadas aos engenhos, que exigiam maior quantidade de terras. Na acepção de Barickman,<sup>212</sup> a caracterização de uma propriedade como grande ou pequena é evidenciada através do gênero produzido – pelo domínio agrícola e pelas tecnologias usadas no cultivo e beneficiamento. A maioria dos inventários dá conta do uso de enxada, foices e outras ferramentas, sendo, portanto, inadequada qualquer referência para diferenciá-los, pois todos usam os mesmos utensílios e apresentam o mesmo gênero produtivo.

209- ALVES, Isaías de Almeida. *Matas do Sertão de Baixo*. Bahia: Reper, 1967.

210- BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

211 - *Ibid.*

212- BARICKMAN, 2003.

Entre os inventários, as escrituras de venda e compra de terrenos e as escrituras de arrendamento, observou-se a presença de registros de moradores sem a propriedade fundiária. Simultaneamente, tais dados podem ser verificados nas escrituras de venda e compra a partir de 1877, nas quais foram vendidas casas construídas em terrenos foreiros.<sup>213</sup> Os registros indicam uma faixa de moradores que possuíam micropropriedades.

Outras identificações de propriedades, como *pedaço de terras* e *parte de terras*, existentes nos registros eclesiásticos da região e nas declarações realizadas quando da avaliação dos bens, podem significar um conjunto de terras adquiridas por ocasião das partilhas e dos arrolamentos. Exemplo de *pedaço de terras*, é o localizado na Fazenda Mato Grosso, em Jacuípe, de Manoel Pedreira Lopes, com 200 braças de terras e meia légua de comprimento;<sup>214</sup> e as terras na Fazenda Tabuleiro do Gandu, de José Borges Falcão, que a adquiriu por causa do dote e da parte comprada de José Gonçalves de Oliveira.<sup>215</sup> A escritura de compra e venda feita por José Assunção Cardozo e sua mulher, D. Maria Frandolina de Jesus, em 1877, das “terras” e casas da Fazenda Bom Jardim pela quantia de 1.000.000 réis a José Joaquim de Cerqueira Leal, também configura um exemplo neste cenário. Nota-se, pelo valor atribuído, que era uma grande extensão territorial; logo, não posso definir que tais termos indiquem apenas uma quantidade e categoria de terra.

Essas expressões, simultaneamente, podem indicar a presença de posseiros que declaram o controle da posse de terras encravadas em terrenos de fazendas. Como exemplos, aparecem as terras na Fazenda Coqueiro, pertencentes a Davi Pereira d’Almeida; e as 550 braças de terras na Fazenda Mocó, de Manoel Joaquim Rodrigues. Francisco Manoel Ribeiro alega que possuía terras na fazenda Brotas.

213 - Terrenos foreiros: aqueles que o proprietário da casa não tinha a posse. Muitas escrituras foram lavradas, no final do século XIX, no tabelionato de São Gonçalo, como terrenos foreiros.

214 - BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

215 - Ibid.

Consegui catalogar 25 registros de terras em que os proprietários expunham suas propriedades como *terras na fazenda*. Igualmente, afirmam Teixeira e Andrada<sup>216</sup> sobre as expressões *terras*. De acordo com as autoras, fincadas ou não em propriedades maiores, poderiam ter sido ocupadas pelo sistema de apossamento e só foram legalizadas, posteriormente, nos cartórios, mediante as compras e vendas.

Voltando às designações para identificar as propriedades fundiárias, aparece a expressão *sorte de terras*. Contradizendo a interpretação da expressão por alguns historiadores,<sup>217</sup> esta nomenclatura, no inventário, indica uma larga expansão de terra. Assim, a *sorte*<sup>218</sup> de terra da fazenda Moreira, cuja propriedade inicia “sua extensão pela Estrada Real, e vai até o Rio Jacuípe”, representa uma ampla extensão territorial. Para Vilhena,<sup>219</sup> a expressão *sorte de terras* era usada nos engenhos para distinguir as terras lavradas dos matos, cujo dono separava a maior *sorte* para sua cultura – a produção de cana-de-açúcar; as demais, chamava de fazenda e arrendava a diversos lavradores, tendo ainda uma porção de mato que seria utilizado em suas abegoarias e na criação de algum gado. Ao mesmo tempo em que o termo tinha um sentido para designar terras aproveitadas para a pecuária, os documentos vão revelando que também significava uma vasta extensão territorial.

Nos documentos, observei uma variedade de expressões que não indicam, com rigorosidade, o tamanho das propriedades na freguesia; entretanto, entre as expressões, constatei a preponderância de *sítios*, *fazendas* e *partes de terras*. Tais termos, com suas devidas descrições, assinalam a concentração de pequenas e médias propriedades, medindo, aproximadamente, de 0 a 100 ha.<sup>220</sup> Uma parce-

216- TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 48.

217- SCHWARTZ, 1998; BARICKMAN, 2003.

218- Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

219- VILHENA, 1969, p. 180.

220- BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863). TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 46.

la, cerca de 20%<sup>221</sup> das propriedades de terras, estava localizada na sede da Freguesia.

Quanto à maneira de aquisição e origem das propriedades, verifiquei o predomínio da sucessão hereditária, seguida de compras e, em terceiro, sem suas origens identificadas. Dos 65 registros eclesiásticos analisados, 24 apontam a aquisição de terras por compras e 18 haviam sido herdadas; outras foram adquiridas por dotes ou meação. O Sítio Coqueiro, de João Rodrigues Vieira Geraldês, foi comprado a Martinho Domingues Pereira; Terras na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, pertencentes a Izidoro Correia da Silva, compradas a Ana Joaquina Gomes do Espírito Santo. A casa na Rua da Conceição, de Rosalina de Maria Sacramento, vendida por José Lopes de Oliveira; terras da Fazenda Cruzes, por compra que o proprietário José Félix do Nascimento fez a José Marcelino Ribeiro. A Fazenda Pedreira, de Manoel José de Oliveira Pinto, foi herdada de seus pais; a Fazenda Abreu, pertencente a Manoel Campelo d'Afonseca, foi herança do sogro, Thomas Pereira de Oliveira; as terras da fazenda Teixeira foram obtidas, em parte, por Manoel Pereira da Silva por meio de dote, a outra parcela, por compra.<sup>222</sup>

Os inventários analisados oferecem uma ideia geral da economia, da cultura e das relações sociais da segunda metade do século XIX. A maioria dessas famílias era possuidora de pequenas quantidades de terras; porém, na freguesia existia a acumulação de propriedades entre os fazendeiros, mesmo que em diminutas extensões. Talvez, essa acumulação tenha se dado em razão da promulgação da Lei de Terras, nº 601, de 1850, cujo nascimento é conexo ao inevitável esfacelamento do sistema escravista, renunciando a grande crise na oferta de mão de obra, a qual se imporia aos proprietários abastados, além, é claro, da manutenção do meio de produção (a terra) nas mãos dos mesmos privilegiados. Nesta feição, escravos

---

221 - BAHIA, *op. cit.*

222 - BARICKMAN, 2003, p. 179.

libertos seriam obrigados a constituir a força de trabalho necessária aos estabelecimentos agrícolas pelo obstáculo da obtenção das terras por compra.<sup>223</sup> Deste modo, os diversos elementos analisados, como o estilo de vida dos moradores, a importância da fumiicultura para São Gonçalo dos Campos, a existência de variadas culturas agrícolas, a criação de gado e as distintas extensões de terras, sugerem que os proprietários aderiram o uso da mão de obra escravizada.

## Sociedade

Outro dado que sobressai nos inventários é a presença de escravos entre os bens das famílias. João Coelho de Almeida, em sua fazenda, em 1882, plantava tabaco associado a outras produções: mandioca, café e a criação de gado, utilizando para isso o trabalho de 14 escravos, todos do serviço da lavoura<sup>224</sup> – seu monte-mor de 5.330.00 (cinco contos e trezentos e trinta mil) réis, não o fazia ser considerado um proprietário abastado; ele, entretanto, utilizava uma significativa mão de obra escrava. Os produtores livres que cultivavam pequenas propriedades representavam a maioria dos agricultores, com uma média de 4 a 6 escravos por fazenda.<sup>225</sup>

Estes números são diferentes nas fazendas de maior extensão de terras e naquelas que concentram em sua produção todas as atividades econômicas citadas anteriormente, chegando à média aproximada de 15 a 20 cativos por propriedade.<sup>226</sup> Para se ter uma

223 - ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Ideologia da Decadência*: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. São Luís: IPES, 1983. p. 131. SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Efeitos da Lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 124.

224 - Inventário de João Coelho de Almeida, 1882. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

225 - Dados obtidos por meio da análise de inventários entre as décadas 1860 a 1880. Também foi a mesma estimativa empreendida por Nardi. Este autor se baseou na razão entre a produção e produtividade por tarefa e o número de lavradores de fumo e entre o número de escravos do Recôncavo não ocupados na produção açucareira e o número de sítios: NARDI, 1996, p. 60-61.

226 - BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixas. 198 e 218. Ver ainda: TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 48.

ideia, Maria Francisca do Amor Divino, na oportunidade, possuía 23 escravos dentre seu espólio, e Maria Jerônima de Trindade, que cultivava tabaco, mandioca, café e criava gado, usava, para tanto, 43 escravos. Deste modo, as proprietárias referidas detinham um número expressivo de escravos utilizados nas atividades agrícolas e na pecuária. O mesmo foi observado por Freire<sup>227</sup> nas fazendas pecuaristas em Feira de Santana, no período correspondente.

O número de escravizados diverge em diversos espólios. Helena Maria da Cruz, então viúva, moradora da fazenda Cruz, inventariou os bens deixados por seu marido, Antônio Lourenço Almeida, declarando 13 escravos do serviço da lavoura, avaliados em 6.040.000 réis.<sup>228</sup> No inventário de Ana Francisca da Trindade, entre os bens, foram mencionados 13 escravos no valor de 7.250.000 réis.<sup>229</sup>

Outros proprietários também executavam todas essas atividades econômicas contando com a mão de obra de até 7 escravos; contudo, a extensão de terras e a produção eram menores. Como exemplo nessa esfera, é plausível citar Francisco Rodrigues Vilarinho, que, na ocasião de sua morte, possuía a Fazenda Ilha, com casa de morar e casa do fabrico da farinha, armazém de fumo, acessórios, arvoredos, cercas, valados, uma casa de morar no terreno foreiro na sede da Vila e sete escravos.<sup>230</sup> No caso deste exemplo, é possível sugerir que o trabalho na unidade produtiva em questão era associado à mão de obra de natureza doméstica.<sup>231</sup> Isto porque a lavoura da fumicultura tinha um caráter 'híbrido',<sup>232</sup> com a combinação de mão de obra escrava e familiar.<sup>233</sup>

Algumas famílias possuíam um menor número de cativos e extensão de terras. Outras, vivendo de maneira modesta, provavel-

---

227 - FREIRE, 2007, p. 60.

228 - Inventário de Ana Teodora das Virgens, 1950-1859. BAHIA, *op. cit.*, Caixa 198.

229 - Inventário de Ana Francisca da Trindade, 1855. BAHIA, *op. cit.*, Cx. 218.

230 - Inventário de Francisco Rodrigues Vilarinho, 1879. *Ibid.*

231 - BARICKMAN, 2003.

232 - GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988. p. 11, 77-78.

233 - NARDI, 1996, p. 85-86.

mente da renda das terras, trabalhavam em suas roças de fumo e de mandioca, sendo o preparo e beneficiamento feitos nas propriedades dos fazendeiros mais abastados. Essa malha de trabalhadores nem mesmo confeccionou inventários para que tivéssemos uma noção do tamanho dos seus bens. Diferentemente destes, Maria Camila de Souza deixou quatro escravos de serviço da lavoura no valor de 2.700.000 réis para seus herdeiros, Estevão Nery de Souza, marido, e seus filhos, Ana Joaquina de São José e Manoel André Rodrigues de Souza, em 1873-1875.<sup>234</sup>

João Cardozo Cazumbá – “solteiro”, proprietário de terras na fazenda Sobrado, local denominado Cruz, teve oito filhos com Rita Gonçalves de Oliveira, solteira, escrava de Antônio Gonçalves de Oliveira –<sup>235</sup> comprou para si o escravo João, preto, da idade de 19 anos, mais ou menos, do serviço da lavoura, solteiro, natural da Freguesia, pelo valor de 300.000 réis, a D. Anna Joaquina Ferreira de Cerqueira.<sup>236</sup> Daí, nota-se a pequena fortuna que ele obtinha em 1879.

Os dados evidenciam que a distribuição da posse de escravos não era análoga entre os proprietários. Um reduzido número de proprietários detinha grande parte da população escrava. Todavia, a cultura escravagista também estava disseminada entre pequenos e médios proprietários. O exemplo da compra do escravo João, por João Cazumbá, demonstra como a posse de escravos traduzia a intenção de sustentar a condição de livre e de senhor de seu destino.<sup>237</sup> Em outras palavras, mesmo que João Cazumbá nunca tivesse experimentado a categoria de escravo diretamente, vivenciava-a indiretamente, em seu relacionamento afetivo com a escrava Rita Gonçalves Oliveira, com quem teve oito filhos – considerados, socialmente, escravos.

234 - Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 198.

235 - Escritura de compra e venda de João Cardozo Cazumbá, 1879. BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro do Tabelaionato n. 8, 1887 a 1891. p. 29.

236 - Escritura de perfilhação João Cardozo Cazumbá, 1879. BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro do Tabelaionato, n. 4. p. 74.

237 - Sobre este assunto consultar: FREIRE, 2007. MATTOSO, 1982. NARDI, *op. cit.* BARIKMAN, *op. cit.* SCHWARTZ, 1998.

Além dos pequenos proprietários, agricultores, de escravos, que utilizavam a mão de obra nas suas plantações de fumo, os moradores na sede da Vila possuíam escravos do serviço da lavoura. Sem propriedades de terras para a produção agrícola, pequenos proprietários, nos períodos de colheitas e maiores produções, alugavam os escravos declarados nos inventários. No arrolamento de Maria do Carmo das Virgens, lavradora, em 1869, na Fazenda Tabua Grande, arraial da freguesia, consta que esta era dona de duas casas no lugar e quatro braças de terras, na localidade denominada Capela do Amparo, onde possuía uma casa arruinada. Pelas extensões declaradas, infere-se que as terras de Maria do Carmo não eram suficientes para qualquer atividade agrícola, servindo apenas como casa de morada; entretanto, essa proprietária declarou entre seus bens seis escravos do serviço da lavoura.<sup>238</sup> Igualmente, Norberto de Assis Freitas, morador no arraial da freguesia, ao inventariar o patrimônio deixado por Maria Úrsula das Virgens, declarou possuir quatro escravos do serviço agrícola.<sup>239</sup> É possível que Maria do Carmo e Norberto de Assis usassem cativos de aluguel ou então fossem negociantes de escravos. Dentre as alternativas, sugiro que houve uma prática entre os proprietários menos abastados que consistia em possuírem o maior número possível de escravos para que fossem alugados nos diversos serviços agrícolas ou mesmo nas atividades urbanas e domésticas. Não descartamos, no entanto, a possibilidade do comércio, já que na segunda metade do século XIX muitos proprietários da freguesia usaram suas escravas para ter filhos e assim aumentar suas comunidades escravas e comercializar com outras regiões do Império. Nesse raciocínio, a proximidade entre as roças e a vila faci-

238 - Inventário de Maria do Carmo das Virgens, 1869. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 198.

239 - Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 198.

litou a locomoção dos escravos nos serviços agrícolas nas fazendas vizinhas como cativos de ganho.<sup>240</sup>

Os dados encontrados não demonstram a realidade escravista que comumente é debatida por pesquisadores desta região,<sup>241</sup> quando afirmam a escassa presença de escravos nas fazendas de fumo. Porém, a localização geográfica que privilegiou a diversidade econômica permitiu que se instalassem unidades policultoras com o uso da mão de obra cativa em pequena e em larga escala. A tabela abaixo apresenta a composição da população, conforme consta no censo de 1872:

Tabela 1 – Cor, condição e sexo no censo de 1872 na vila de São Gonçalo dos Campos.

Condição social/sexo	Branco(a)	Pardo(a)	Preto(a)	Caboclo(a)	Total
<b>Mulheres livres</b>	465	1.320	782	329	2.896
<b>Homens livres</b>	1.013	2.723	2.667	558	6.961
<b>Homens escravizados</b>	-	800	1.062	-	1.862
<b>Mulheres escravizadas</b>	-	228	293	-	521
<b>Total</b>	1.478	5.971	4.804	897	12.240

Fonte: IBGE. *Recenseamento do Brasil de 1872*. Bahia. p. 97.

Em 1872, o censo apresentou 12.240 habitantes divididos em 8.783 homens e 3.375 mulheres vivendo em 2007 fogos.<sup>242</sup> Havia 1.862 escravos e 521 escravas. Não foi registrado o número de libertos; contudo, há uma elevada parcela de pessoas de cor, sendo

240- Maria José Andrade apresenta o negro como trabalhador em Salvador, desempenhando variadas funções nas atividades econômicas urbanas: alfaiate, carpinteiro, ourives, sapateiro, torneiro, além do chamado escravo de ganho, sendo que estes e os domésticos tinham certos privilégios em comparação aos demais escravos. Mattoso também apresenta, dentre as categorias sociais da Bahia, o escravo de ganho. Ver mais sobre em: MATTOSO, Katia. *Ser Escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. ANDRADE, José Maria. *A Bahia no século XIX: os escravos na sociedade baiana*. São Paulo: Editora Corrupio, 1988. SCHWARTZ, 2001. COSTA, Emília V. da. *Da senzala à Colônia*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982. COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. GORENDER, 1978. CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

241- NARDI, 1996. BARICKMAN, 2003. MATTOSO, 1998. SCHWARTZ, 1998. TEIXEIRA; ANDRADA, 1984.

242- Unidades domésticas, que podiam ser também unidades econômicas, chefiadas por indivíduos.

38,81% pretos e 41,78% pardos, enquanto o contingente de brancos ficou em torno de 12% e os descendentes de índios, os caboclos, corresponderam a 7,39% da população da freguesia. De acordo com os dados coletados nas certidões de nascimento, de 1876 a 1881 a população de São Gonçalo se reconhecia racialmente em: 66% parda, 11% cabra, 10% branca, 0,6% crioula, 0,2% preta e 0,5% não declarou cor.<sup>243</sup> Esses dados ilustram que o perfil da população escrava na primeira metade do século XIX tinha um número de escravos do sexo masculino e do feminino equilibrado,<sup>244</sup> enquanto em 1872, por exemplo, as mulheres equivaleram a um terço dos homens.

Foram listados no censo aludido 2.383 escravos; deles, foram especificadas as profissões seguintes: nove costureiras, cinco sapateiros, três carpinteiros, oito escravos classificados como do tecido – fazendo trabalhos como a fiação de tecidos em teares –,<sup>245</sup> três alfaiates, cinco sapateiros, 1.652 lavradores (1.348 do sexo masculino e 304 do feminino), um criado, sete criadas, 452 escravos domésticos, 160 escravas domésticas e outros sem profissão (50 escravos e 33 escravas).<sup>246</sup> Segundo o recenseamento, existia um número reduzido de escravos especialistas desenvolvendo atividades econômicas urbanas diversas. Muitos desses cativos citadinos trabalhavam nas casas de seus senhores, atendendo a quem necessitasse da especialidade de seu trabalho. Não nos esqueçamos dos escravos de ganho, que podiam executar tarefas específicas ou atividades agrícolas, como vimos anteriormente. Esses trabalhos davam aos cativos mais chances de acumularem dinheiro, o que tornava real a possibilidade de comprarem sua carta de alforria, tornando-se livres.

Nos inventários, a maioria dos escravos era do serviço da lavoura, que representava uma pequena parcela do serviço doméstico.

243 - BAHIA, AAFS. Livros de Batismo de 1876 e 1881.

244 - BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863). BARICKMAN, 2003.

245 - Tipo de atividade realizada por moradores e escravos de Feira de Santana na segunda metade do século XIX. Ver: FREIRE, 2007, p. 114.

246 - BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamento do Brasil de 1872. Bahia. p. 97.

Alguns detinham a especialidade de engomar, de bordar e de coser. Os escravos do serviço da lavoura dedicavam-se ao cuidado dos animais (vaqueiros),<sup>247</sup> à plantação da mandioca e ao fabrico da farinha. Destarte, a distribuição e a posse de escravos estavam relacionadas ao uso da terra na região, como seria de se esperar na zona de cultivo de fumo e em uma agricultura de subsistência caracterizada por pequenos espólios.

Ademais, percebe-se que nas atividades fumageiras o trabalho escravo era empregado sobretudo em serviços da lavoura – cavar, plantar e capinar –, o que significa afirmar que os chamados "negros mestres" –<sup>248</sup> que, na perspectiva de Antonil,<sup>249</sup> realizavam tarefas de "torcer" ou "enrolar", "juntar" e "passar" as cordas de tabaco e colocá-las em hastes de madeira – eram os mesmos que faziam o plantio e a colheita do gênero.

A faixa etária da população escrava, na década de 1870, de acordo com o censo em evidência, era de 4 a 90 anos, sendo a idade entre 20 e 50 anos a de maior número de indivíduos.<sup>250</sup> Não aparecem no censo os escravos que apresentavam algum tipo de moléstia, diferentemente do que consta nos inventários. Na Fazenda Moreira, por exemplo, 14 cativos foram declarados com enfermidades, a exemplo de Antônio, idoso, crioulo, comprado com um problema na virilha esquerda, apresentava, ainda, na ocasião, o braço “desmentido”<sup>251</sup>. Luís, de “boa idade”<sup>252</sup>, crioulo, do serviço da enxada, tinha uma cicatriz nos lábios,<sup>253</sup> ocorrência frequente em outros inventários

247 - Dos 273 escravos listados nos 35 inventários, apenas um foi declarado como vaqueiro, na fazenda Limoeiro, de Maria Jerônima da Trindade. Ver: Inventário de Maria Jerônima da Trindade, 1829-1862. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

248 - ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1948. p. 151-154.

249 - LOPES, 2004, p. 6. MARQUEZE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.

250 - BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento do Brasil de 1872*. Bahia. p. 97.

251 - Expressão utilizada pelo inventariante para dizer que o braço do escravo estava quebrado.

252 - Expressão utilizada pelo inventariante para conferir uma idade média entre os 30 e os 45 anos.

253 - Inventário de Maria Jerônima da Trindade, 1829-1862. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

e escrituras de compras e vendas de escravos. Pelos tipos de moléstias expressados, pontuamos que podem estar relacionados às tarefas executadas ou a algum castigo sofrido.

Portanto, entre 1870 e 1888, a mão de obra, tanto masculina quanto feminina, em São Gonçalo dos Campos, estava fixada na lavoura destinada à policultura, encabeçada pela produção de fumo.<sup>254</sup> No censo de 1872, homens e mulheres escravizados correspondiam a, aproximadamente, 18% da população total da freguesia; já homens e mulheres pretos(as) e pardos(as) livres totalizavam 67% da população.<sup>255</sup> Dados estes que ratificam que a maior parte dos trabalhadores rurais do período era composta de homens e mulheres livres e de cor.

Como afirmei, no século XIX a posse de terras e escravos conferia prestígio a quem a detivesse e, muitas vezes, esses elementos formavam a base da riqueza de muitos. Entretanto, havia nos documentos a ocorrência de proprietários de terras sem posse de escravos. No inventário de Antônio Isaías da Costa, de 1877, as herdeiras D. Maria Alexandrina da Costa e Almeida e D. Francisca Maria da Costa e Almeida, irmãs do inventariante, na propriedade denominada Orobó, declararam três casas de morar, uma malhada<sup>256</sup> de feijão, nove animais – não consta a raça –, três cavalos, um burro “velho” e uma mula “nova”. Antônio Isaías da Costa possuía a renda de 1:175 mil réis. Tais proprietários não inventariaram escravos, evidenciando, com isso, que não os possuíam entre seus bens. Esse contexto foi observado, em 1835, por Barickman.<sup>257</sup> Segundo o autor, na freguesia de São Gonçalo dos Campos, famosa pelo plantio de fumo, quase dois terços (64,5%) dos fogos não possuíam escravos. O estudioso constata o crescimento da camada mais pobre da população livre dos/são produtores de fumo, a partir de meados da década de 1840. Em 1850, prossegue, a cultura fumageira foi vinculada à produção

---

254 - TEIXEIRA; ANDRADA, 1984.

255 - BRASIL, 1872, p. 97.

256 - Os autores que trabalham com história material não apresentaram a medida para Malhada.

257 - BARICKMAN, 2003, p. 245.

camponesa, o que conferiu ao tabaco a reputação de “lavoura de pobre” ou “lavoura de quintal”.

As considerações feitas por Barickman<sup>258</sup> acerca da economia fumageira contribuem para percebermos a malha de lavradores pobres e sem posse de terras e/ou escravos que desenvolviam esta atividade. Outros pesquisadores<sup>259</sup> também verificaram que em terras que não configuravam pequenas propriedades trabalhavam grandes e pequenos, homens e mulheres e feitores, além dos escravos;<sup>260</sup> de igual modo, a população da Freguesia de São Gonçalo dos Campos incluía produtores de fumo rendeiros (foreiros e arrendatários).<sup>261</sup>

A fazenda Moreira, em 1863, possuía moradores em suas terras, indivíduos que manifestaram, como benfeitorias, três casas pequenas – muito velhas, cobertas de telhas danificadas –, localizadas próximas à estrada. Nelas residiam vários agregados. Como bem salienta Samara,<sup>262</sup> a constituição de agregados, enquanto categoria social, está vinculada à concentração fundiária, que possibilitou e condicionou a existência de homens destituídos da propriedade e dos meios de produção,<sup>263</sup> sendo este o mesmo critério estabelecido pela primeira lei que versa diretamente sobre a “emancipação” do trabalho escravo para o trabalho livre, a Lei nº 2.040, conhecida como Lei Rio Branco, ou como Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871.<sup>264</sup>

---

258 - *Ibid.*

259 - FREIRE, 2007. MATTOSO, 1982. NARDI, 1996. BARICKMAN, *op. cit.* SCHWARTZ, 1998.

260 - BORBA, 1975, p. 14. TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 48. ANTONIL, 1948, p. 181.

261 - Na assertiva de Samara, o que caracteriza esses elementos é o fato de não possuírem sequer uma pequena porção de terra ou casa própria, tendo, portanto, que se ajusta aos proprietários das áreas rurais ou urbanas dentro dos mais diversos tipos de relações. No caso de moverem um pedaço de chão cedido pelo dono, constroem então uma casa ou habitam em alguma lá existente, em geral, de taipa e pau a pique. Apesar das escassas informações, a situação desses indivíduos parece ter variado de acordo com as mudanças ocorridas em São Gonçalo e no contexto econômico de cada região. Consultar: SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 58.

262 - *Ibid.*

263 - Ver: FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. p. 95.

264 - Lei nº 2.040, de 28/09/1871. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871, Tomo XXXI, Parte I (Rio de Janeiro, 1871). p. 147-151 (referências tiradas de CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1975, apêndice II. p. 366-369).

Dos livros cartoriais considerados, no período de 1877 a 1888, foi registrada uma pequena quantidade de cartas de alforria, ocorrência oposta aos assentamentos de escrituras de compra e venda de escravos e de terras, os quais aparecem com maior frequência. Por isso, considereei sensato trazer à baila algumas alforrias para entender os contratos, arranjos, indícios e práticas usadas por cativos e senhores, práticas estas que contribuíram para tornar os escravizados livres dos vínculos da escravidão. Em outubro de 1879, Maria, parda, de “trinta e tantos anos<sup>265</sup>”, recebeu sua manumissão do seu senhor capitão, José Lopes de Menezes Filho, pela quantia de 500 mil réis. A escrava Faustina, crioula, 25 anos, granjeou sua alforria pela quantia de 700 mil réis, paga à sua senhora, Eustachia de Cerqueira Magalhães, em agosto de 1879. Ressalvando os aspectos nestas alforrias, advirto que as justificativas para o gesto dizem respeito ao fato de terem recebido em moeda corrente o valor adequado à manumissão.

É provável que o acúmulo do pecúlio pelo cativo para comprar sua alforria tenha ocorrido através dos trabalhos desempenhados em torno da produção fumageira. Como frisou Reis,<sup>266</sup> muitos escravos notaram que as roças abriam portas para a liberdade, uma vez que tornavam aceitável o acúmulo de pecúlio. O cativo podia contratar seus serviços, como provavelmente aconteceu entre os escravos das ocupações da lavoura que residiam na vila, ou, então, faziam suas roças durante os feriados e domingos para adquirirem seu sustento, como bem pontuou Barickman,<sup>267</sup> especialmente nas economias da mandioca e do fumo na primeira metade do século XIX. Outros autores sugerem que os cativos produziam seus alimentos, e que o excedente desta produção era comercializado nas feiras locais; afirmam

---

265 - Expressão utilizada na fonte.

266 - REIS, João José. Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 362-365.

267 - BARICKMAN, 2003.

ainda que alguns vendiam seus serviços na Vila, episódio que incidiu no termo de Feira de Santana nas décadas de 1860-1880.<sup>268</sup>

Diferente a manumissão de Inácio cabra, com idade de 14 anos mais ou menos, em 1 de agosto de 1877, conferida por seus senhores, Manoel Alves Ferreira e sua mulher D. Anna Joaquina de Sant'Anna, que estava sob a condição de servir os donos enquanto fossem vivos.<sup>269</sup> Outras duas, Izidora, cabra, 50 anos de idade, foram adquiridas pelos bons serviços prestados à “benfeitora”, a qual conferiu a alforria da cativa na qualidade de inventariante do falecido marido Manoel Carvalho Cunha.

A carta de alforria da escrava Isabel, preta, 20 anos, foi a única registrada em 1887. Nesta, a senhora, Maria Carolina de Jesus, outorga a liberdade de Isabel em gratidão aos bons serviços por ela prestados, “nos tempos de seu marido, como em sua viuvez”.<sup>270</sup> Como em outros locais, os perfis senhoriais são semelhantes: usavam justificativas e expressavam uma manifestação de controle sobre os seus escravos, tornando visível e contundente ao cativo e à sociedade que lhes é facultativo reconhecer as qualidades e os serviços proporcionados, em sinal de reconhecimento, gratidão, vontade e poder, concedendo, como um prêmio, a tão sonhada liberdade.<sup>271</sup>

Não obstante, a maioria das cartas de alforria era paga.<sup>272</sup> Os escravos tinham que ajuntar uma quantia para comprar dos senhores a

---

268- NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. *Viver por si: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista* (Feira de Santana, 1850-1888). 199 f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. POPPINO, 1998. FREIRE, 2011, p. 76. Para Salvador, Mattoso ponderou a possibilidade de os cativos acumularem pecúlio nos espaços da Cidade, nos diversos trabalhos urbanos. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX*. Itinerários de uma Historiadora. Salvador: Corrupio, 2004. p. 303.

269- Arquivo do Fórum Ministro João Mendes. São Gonçalo dos Campos. Tabelaionato, Livro 1. p. 10.

270- *Ibid.*, Livro 7.

271- NASCIMENTO, *op. cit.*

272- De acordo com Flaviane Ribeiro Nascimento, as cartas de alforria pagas foram aquelas que os escravos compravam por meio de um pecúlio. Existiam outros tipos de cartas, como a onerosa; estas impunham certas condições aos cativos para que pudessem lograr a liberdade, mesmo depois de receberem suas manumissões. Ver: NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 84.

liberdade. Mas isso não significa que tenham rompido os laços que os prendiam ao ex-senhor, uma vez que tais escravos, do serviço da lavoura, sem acesso à terra, permaneciam nas imediações das fazendas como trabalhadores livres.<sup>273</sup> Esta constatação serve para pensar como a economia fumageira, a produção de gêneros alimentícios e o cuidado com o gado – presentes numa região com cultura fundiária diversificada –, ofereceram mecanismos e estratégias<sup>274</sup> utilizadas pelos dois grupos sociais para o alcance de seus intentos: de um lado, a liberdade do cativo; do outro, a manutenção da força de trabalho em suas adjacências, como também a posse de meios de subsistência pelos libertos.

Na acepção de Nascimento,<sup>275</sup> nos anos de 1860-1870, em Feira de Santana e em seus arredores, a maioria das alforrias foi paga e incondicional, apontando, para essas ocorrências, a conjuntura da crise pela qual passou a Província da Bahia, com secas e epidemias, tornando, é provável, difícil, aos pequenos proprietários, a manutenção dos cativos.<sup>276</sup> Na região de economia açucareira, os senhores concederam alforrias coletivas aos seus escravos, quando a abolição já era uma certeza, como bem salienta Fraga,<sup>277</sup> atentando que, em 1887, os senhores, precavendo-se das fugas em grande número e da recusa dos trabalhos nos canaviais, concederam aos escravizados a alforria em grupo sob condições ou gratuitamente.

Não foi possível verificar os prováveis conflitos entre escravos, libertos e proprietários rurais na freguesia, uma vez que, não encontrei documentos que fizessem referências a essas experiên-

---

273- TEIXEIRA; ANDRADA, 1984.

274- Pensamos estratégias conforme o proposto por Thompson, em que cada grupo social procura maximizar suas vantagens sobre o outro. Ademais, pensamos no conceito de *habitus*, de Bourdieu, que se refere a uma tradição cultural que explica a dinâmica social através das relações e associações por intermédio das quais os indivíduos legitimam seus direitos sociais, independentemente de quais forem. No caso, o senhor tentava proteger o próprio patrimônio, e o escravo, sua liberdade. THOMPSON, 1998, p. 90. BOURDIEU, 2004, p. 21.

275- NASCIMENTO, 2012, p. 84-85.

276- Ribeiro apresenta a análise de Maria de Fátima, para Rio de Contas, a qual afirma que entre os anos de 1870-1888 as cartas de alforria estavam distribuídas em 33% pagas, 28% recebidas incondicionalmente e 39 % de modo condicional à prestação de serviços. RIBEIRO, 1982.

277- FRAGA, 2006, p. 104.

cias; entretanto, é aceitável presumir que houve conflitos neste local, assim como sucedeu em outras partes do Recôncavo. Conforme realçou Fraga,<sup>278</sup> a respeito da recusa dos escravos de trabalhar nos canaviais, estes entraram em embates com os senhores de engenhos e pessoas livres também por causa dos danos provocados pelo gado destes às suas lavouras. Segundo o autor referido, estes fatos poderiam maximizar a outorga da liberdade.

Deste modo, as alforrias em São Gonçalo, no mesmo período, foram proporcionalmente menores, considerando os números das negociações de compras e vendas de escravos, feitas pelos mesmos proprietários. É possível alegar ainda, que parte da comunidade escrava trabalhava nas suas pequenas roças para a subsistência, sem gerar muitas despesas aos seus senhores.<sup>279</sup> Neste sentido, o reduzido número de alforrias, em São Gonçalo, deve-se ao fato de que a condição de cativo gerava a este alguma vantagem, já que libertos continuavam com vínculos com seus antigos senhores, cenário em que a posse de terrenos para o alforriado era um sonho pouco imaginável depois da Lei de Terras.

Acrescenta-se, ao fato aludido, o âmbito de transferência de tráfico do Atlântico para o interprovincial, situação que induziu a mão de obra escravizada da Bahia às fazendas de café no Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão, contexto em que, de 1850 até 1870, provavelmente, 24 mil escravos foram exportados.<sup>280</sup> Uma parcela de escrituras de venda de escravos e de procuração<sup>281</sup> menciona que os cativos poderiam ser vendidos no Rio de Janeiro. Realidade retratada na procuração feita por Bernardino Alves Barreiros, morador da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, em Feira de Santana, que, em 7 de julho de 1877, compareceu ao cartório da Freguesia

---

278 - *Ibid.*, p. 171.

279 - Ver: BARICKMAN, 2003.

280 - *Ibid.*, p. 230. Ver também: PARÉS, 2005.

281 - Este era um documento lavrado em cartório em que um proprietário de escravos conferia poder a uma pessoa para que esta, em seu nome, pudesse vender seu cativo em qualquer região do Império.

de São Gonçalo dos Campos, comarca de Cachoeira, para instituir como seus bastantes procuradores nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro em geral, Silva Moreira de Senna, João Maria Miranda, Leone Antônio Gomes de Mendonça e José Moreira Villúdo, dando-lhes poderes, principalmente, para vender a sua escrava Geralda, preta, de 16 anos, mais ou menos, solteira, da lavoura, nascida na Freguesia dos Remédios, filha natural de Maria, escrava herdada de sua mãe<sup>282</sup> por sua mulher Carlota Joaquina Ribeiro.

Outro exemplo nesse universo, é a procuração feita por João Alves da Silva, morador Freguesia de São Gonçalo dos Campos, aos seus procuradores, o Capitão Antônio Cerqueira de Araújo e Manoel Pedreira de Coutinho, na cidade de Cachoeira, em 7 de setembro de 1877, para vender sua escrava Luiza, cabrinha, da idade de sete anos, mais ou menos, da lavoura, nascida nesta freguesia, filha natural da cativa Florzinha, liberta por Manoel Alves e sua mulher.<sup>283</sup> Conforme sublinhou Barickman,<sup>284</sup> “o tráfico interprovincial acelerou o declínio da escravidão na Bahia e deu início a uma longa e penosa transição para o trabalho livre”. Através das procurações, compreende-se que os senhores e as senhoras instituíam representantes para vender seus escravos e escravas, “podendo embarcar o escravo para qualquer ponto do Império”.<sup>285</sup> Vale ressaltar, que a província da Bahia, em 1872-1873, tinha a terceira maior população cativa do Brasil.<sup>286</sup>

Mais um ponto que merece destaque é a elevação do preço dos escravos em Feira de Santana – bem como em outras partes da Província, por causa do tráfico interno, como advertiu Nascimento<sup>287</sup> –, mulheres e homens,<sup>288</sup> no período citado no final do parágrafo aci-

282- Arquivo do Fórum Ministro João Mendes. São Gonçalo dos Campos. Tabelionato, Livro 1. p. 1.

283- Arquivo do Fórum Ministro João Mendes. São Gonçalo dos Campos. Tabelionato, Livro 1. p. 14.

284- BARICKMAN, 2003, p. 230.

285- Arquivo do Fórum Ministro João Mendes. São Gonçalo dos Campos. Tabelionato, Livro 1. p. 11.

286- BARICKMAN, *op. cit.*, p. 231.

287- NASCIMENTO, 2012.

288- Arquivo do Fórum Ministro João Mendes. São Gonçalo dos Campos. Tabelionato, Livro de 1 a 7. Consultar: RIBEIRO, 2012, p. 68.

ma. Barickman<sup>289</sup> ressalva que o escravizado do serviço da enxada, que no começo de 1850 valia 400.00 réis, pôde ser encontrado, em 1870, na quantia de 1.000.00 conto de réis. Tarifa paga na compra do cativo Januário, preto, 22 anos, solteiro, em 17 de junho de 1879, ao vendedor Tenente Coronel Antônio Carlos da Silva pelo comprador Capitão José Lopes Menezes Filho.<sup>290</sup> Observa-se, ainda nestes registros, que os sujeitos envolvidos nas transações comerciais possuíam alta patente, o que sinaliza a presença de proprietários abastados, dado contraditório às indicações da crise que afetava especialmente os pequenos lavradores que tinham posse de escravos.<sup>291</sup>

Os altos preços constam igualmente na escritura de compra e venda da escrava Maria, crioula, 16 anos, vendida por Antônia da Conceição ao comprador José da Silva Maxado, em 24 de fevereiro de 1866, pela quantia de 900.00 réis. Outro exemplo nessa esfera refere-se à cativa Marcelina, crioulinha, 28 anos, vendida por Antônio Germano Dias, morador da Freguesia de Humildes, a Januário Alves de Souza, residente na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, em 15 de março de 1866, pelo valor de 800.00 réis.<sup>292</sup> Segundo Slenes,<sup>293</sup> a queda do mercado interno de cativos só ocorreu entre os anos 1881-1883; contudo, as escrituras sinalizam que no período de 1870-1888, às vésperas da abolição, aconteceu um elevado número de compra e venda de escravos em São Gonçalo dos Campos. Tais ocorrências sugerem que a conjuntura do período – leis abolicionistas, aumento do tráfico interno, elevação dos preços dos cativos, ascensão da economia fumageira na Província – não diferenciava São Gonçalo dos Campos do padrão exposto por Barickman<sup>294</sup> para as regiões açucareiras.

---

289- BARICKMAN, *op. cit.*, p. 231.

290- Arquivo do Fórum Ministro João Mendes. São Gonçalo dos Campos. Tabelionato, Livro 6.  
291- Sobre o assunto ver: NASCIMENTO, 2012. POPPINO, 1998. FREIRE, 2011.

292- Arquivo Municipal de Cachoeira, São Gonçalo dos Campos, Livro de Notas de 1866-1867.  
293- SLENES, 2005, p. 357.

294- BARICKMAN, 2003.

## Arrendamento de terras na década de 1880

Os dados do censo de 1872 realçam que apenas 32%<sup>295</sup> dos moradores de São Gonçalo dos Campos eram proprietários de imóveis. Excetuando a população escrava, de 29%,<sup>296</sup> existia outra parcela, de 39%,<sup>297</sup> que não possuía propriedade de terras. Esses dados comprovam a presença de trabalhadores rendeiros<sup>298</sup> na freguesia, os quais apareceram apontados nas escrituras de venda e compra de terras, nos registros de arrendamento, em 1881, e, ainda, nos inventários post mortem – uma clara evidência de que o trabalho rendeiro na região de São Gonçalo dos Campos esteve em plena vigência na segunda metade do século XIX. Evidência verificada igualmente na primeira década do século XX.<sup>299</sup>

Um sítio de terras na Fazenda Coqueiro foi arrendado por Dona Maria Carolina de Cerqueira Pedreira, em 30 de agosto de 1881, para José Ciríaco de Oliveira, por 200 mil réis anuais. Não são do nosso conhecimento o tamanho e a localização da propriedade; porém, o documento frisa que o rendeiro já havia se estabelecido no sítio antes de lavrar a escritura em cartório. Não foi possível também, mensurar a importância dessas transações sobre os substabelecimentos de escrituras de arrendamentos; antes importa afirmar, que, através delas, os arrendatários e rendeiros, em troca de uma compensação, assumiam contratos que, concomitantemente, davam direito ao rendeiro, morador do sítio, fazer as benfeitorias que desejasse, e limitavam os benefícios, que não deveriam exceder o valor da renda.

---

295 - BRASIL, 1872, p. 97-99.

296 - *Ibid.*, p. 97-99.

297 - *Ibid.*, p. 97-99.

298 - Os rendeiros eram plantadores de fumo no distrito de Cachoeira, porém não eram proprietários de terras. Sobre o assunto consultar: ANDRADE, 1975, p. 4-5. MATTOSO, 1998. SCHWARTZ, 1988. SANTANA, Charles D'Almeida. *Fatura e Ventura Camponesas*: trabalho, cotidiano em migrações. Bahia. 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

299 - Dados verificáveis nos assentamentos cartoriais de terras e nas narrativas orais dos moradores do município.

Do mesmo modo, foram arrendadas as terras da fazenda Chapada, do Capitão Firmino da Silva Daltro. O rendeiro, João Severino dos Santos, morador no fundo da fazenda, já “possuía” as terras, por nelas ter se instalado. Neste documento fica explícito que o rendeiro deveria plantar suas lavouras de subsistência, criar animais, cercar as terras e fazer as benfeitorias que fossem necessárias; entretanto, tais benfeitorias não podiam extrapolar o valor do arrendamento, 200 mil réis anuais.<sup>300</sup>

No arrendamento feito por João Severino dos Santos, como por outros, não constam informações importantes para esta análise, como o tamanho da propriedade arrendada e o tempo que o rendeiro permaneceria nas terras. Todavia, no contrato é pontuado que na saída das terras arrendadas, as benfeitorias eram avaliadas pelos donos do local. É possível que esta avaliação fosse uma medida para inibir que rendeiros fizessem benfeitorias excedentes ao valor estipulado. Essa foi a exigência feita aos rendeiros Antônio Carlos da Silva e Manoel Casimiro de Cerqueira; assim, ao deixarem a Fazenda Jacaré, deveriam aguardar a avaliação das terras, da casa e das benfeitorias ali realizadas.<sup>301</sup>

Os proprietários tentaram impedir a possível posse de suas terras pelos rendeiros, uma vez que, a terra representava parte significativa dos bens. A posse de terra dava ao proprietário algum controle sobre a mão de obra, manipulando o acordo com trabalhadores livres. Para a família dos rendeiros os acordos de arrendamentos das terras asseguravam a subsistência, já que em qualquer lote poderiam plantar roça de mandioca, feijão e milho. Em contrapartida, os proprietários que pretendiam arrendar suas terras, objetivavam, com isso, adquirir melhores rendimentos. Teixeira e Andrada<sup>302</sup> apontam que:

Não tendo condições de tornar produtiva toda a área, o proprietário mantinha ao seu redor certo número de

---

300- Arquivo do Fórum Ministro João Mendes. Livro de Notas de Escrituras 1881-1883/São Gonçalo dos Campos.

301- *Ibid.*

302- TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 44.

arrendatários e meeiros, que residiam em áreas periféricas da propriedade, dedicando-se à produção de gêneros de subsistência ou às denominadas culturas menores. A do fumo é um dos exemplos mais evidentes. Daí concluir-se que algumas das denominadas “pequenas propriedades” onde o fumo era produzido, eram na verdade pedaços de terra arrendadas dentro de propriedades maiores no regime de meia. Arrendamento esse feito por homens livres, pobres ou ex-escravos. A presença dessa clientela em torno do grande proprietário conferia-lhe poder e prestígio social.

Terra e escravos eram os bens mais valiosos durante o período estudado. Para uma sociedade marcadamente rural, a posse denotava, além de riqueza material, reconhecimento social, capaz de diferenciar aqueles que detinham tais bens de outros,<sup>303</sup> controlando-se assim os meios de produção que representavam a camada dominante da freguesia. Neste sentido, a aquisição de terra é um componente vital para se compreender o sistema econômico na freguesia, dado que, após a abolição as estratégias de sobrevivência dos ex-escravos vão ser realizadas em torno da posse e do trabalho rural, como também as heranças e casamentos vão sendo firmados por meio das posses de terras.

Ainda podem ser citadas as terras, as casas e as benfeitorias da Fazenda Recreio, de Felipe Pedreira Daltro e sua mulher, Dona Ana Carolina Pedreira. O rendeiro Manoel Romualdo Pedreira foi autorizado pelos proprietários a ampliar as benfeitorias apenas no quintal da fazenda, cuidando das cercas e das árvores frutíferas. Neste caso, nota-se que os proprietários ofereceram maiores restrições ao rendeiro.

Os arrendamentos das terras eram feitos por marido e mulher, como também apenas pelo homem ou pela mulher. Já na categoria

---

303- Mascarenhas, estudando a riqueza em Salvador na segunda metade do século XVIII, afirmou que ter escravo qualificava o indivíduo como proprietário e lhe dava *status* social. Neste campo, não precisava ser detentor de terras ou de outros bens para o sujeito ser servido. Dessa maneira, possuir escravos era um elemento de homogeneização de um grupo e de diferenciação dentro dele, já que a quantidade de cativos e a capacidade de manutenção e reposição destes indicavam níveis diversos de riqueza. MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador (1760-1808)*. 386 f. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

de reдеiros, somente os homens faziam o acordo com os proprietários. Os registros não informam se os arrendadores possuíam ou não famílias.

Outro ponto relevante para abranger o processo de arrendamento é a finalidade descrita nos registros. A maioria deles informava que os reдеiros podiam usar as terras para o plantio de sua subsistência. Alguns sinalizavam a criação de gado – como foi o caso da Fazenda Boqueirão, na Freguesia de Serra Preta. O proprietário, Coronel Antônio Carlos da Silva, morador na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, com o reдеiro José Leonardo Gomes, também morador nesta freguesia, arrendou um sítio de terras denominado Lachedo, na Fazenda Boqueirão, para criar gado.<sup>304</sup> Parece comum que os proprietários fundiários da freguesia de São Gonçalo dos Campos possuam terras e fazendas em outras freguesias; igualmente, alguns lavradores reдеiros migravam para arrendar terras.

Os arrendamentos foram meios comuns de acesso à terra na segunda metade do século XIX, já que a Lei de Terras proibia o acesso por outros títulos, a não ser pela compra. Hebe de Castro<sup>305</sup> destaca a Lei de Terras ressaltando que esta norma “buscava criar as condições para o surgimento do mercado livre para a grande lavoura e aumentar os índices de mercantilização das terras com vistas a que viessem substituir a renda capitalizada no escravo”. Ou seja, o referido normativo foi uma tentativa de que os proprietários fundiários mantivessem seu potencial econômico-social frente à promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que extinguiu o Tráfico Negreiro, desviando aos poucos o valor mercantil dos cativos para os terrenos.

Por outro lado, a Lei de Terras representou um marco legal que objetivava impedir a apropriação de terras pelos libertos e livres pobres, obrigando-os a permanecer trabalhando nas fazendas em

---

304 - Livro de Notas de Escrituras 1881-1883/São Gonçalo dos Campos. Arquivo do Fórum Ministro João Mendes.

305 - CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 123.

que eram escravos.<sup>306</sup> Fato que pode ser comprovado a partir das narrativas de descendentes de escravos, ao rememorarem as experiências de indivíduos e famílias que, depois de 1888, continuaram nas fazendas fumageiras de seus antigos senhores (na relação de coronelismo), obrigados a oferecer a mão de obra em troca de moradia e terras para aquisição de meios suficientes à subsistência da família. Contudo, no ponto de vista de Costa Porto,<sup>307</sup> a Lei em questão protegia os posseiros e sesmeiros irregulares quando estes iam à paróquia para legitimar a posse das terras adquiridas pelo domínio delas.

Entretanto, os registros eclesiásticos pontuam que as demarcações determinadas no artigo 14 da Lei 601 permaneceram no mesmo costume de outrora no tocante à não delimitação literal dos limites, fronteiras e marcos das fazendas ocupadas por particulares. Nessa perspectiva, José Murilo de Carvalho<sup>308</sup> salienta que a Lei de Terras não se consolidou, e, em 1870, o ministro não se via em condições de fornecer dados gerais sobre a execução da lei aludida, afirmando que posseiros julgavam que os agentes do governo os queriam espoliar de suas propriedades. Tal determinação foi estendida dos governos estaduais para atender aos anseios das oligarquias regionais.<sup>309</sup> Neste sentido, na Bahia, a Lei nº 198 permitiu que os posseiros legitimassem suas terras até 2 de julho de 1891.<sup>310</sup>

Vale lembrar que a categoria de posseiro pode ser igualmente relacionada à de rendeiro, uma vez que, pagantes da renda pela moradia e uso da terra nas fazendas, ambas dizem respeito a uma conjuntura econômico-social em que estão inseridas e, portanto, à definição da estrutura geral desta formação. Seu cerne consiste no

306- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.

307- PORTO, Costa. *Estudo Sobre o Sistema Sesmarial*. Recife: UFPE, 1965. p. 83.

308- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 314.

309- SILVA, 1996, p. 249.

310- BAHIA. *Leis de Terra do Estado da Bahia*. SEPLANTEC./CAR-INTERBA. Mestrado em Direito Econômico da UFBA. Salvador, 1985. p. 30-37 e 60-62. Ver também: CARVALHO, *op. cit.*, p. 313.

acesso estável à terra, na produção familiar (com recurso eventual à mão de obra externa à família) e de subsistência (ainda que com alguma ligação com o mercado) e com certo grau de autonomia na gestão da parcela de terra arrendada.

Diante disto, é relevante observar, por intermédio das fontes cartoriais, que o processo de arrendamento expressava, de fato, um flagrante da realidade vivenciada na região. Em Feira de Santana, encontram-se registradas no Livro de Notas de 1881 50 escrituras de arrendamentos de terras. Geralmente, os proprietários (arrendatários) residentes na Freguesia de Sant'Anna pertenciam à mesma Comarca, e os rendeiros eram moradores na freguesia de Umburanas<sup>311</sup>, da Comarca de Cachoeira. Salvo o caso do capitão Affonso Pedreira de Cerqueira e sua mulher, Dona Maria Pedreira de Cerqueira, residentes na Freguesia das Umburanas, que foram ao termo de Feira de Sant'Anna, em 27 de julho de 1881, onde legalmente escrituraram o arrendamento da fazenda Mucambo, no termo de Camisão, ao rendeiro Viriato Magalhães de Figueiredo, morador na cidade de Feira de Sant'Anna.<sup>312</sup> Este teria que pagar aos proprietários, pelo uso da terra, 200 mil réis ao mês, no período de três anos, sendo permitido plantar e criar, exceto fazer benfeitorias na propriedade.

Os mesmos proprietários, em 27 de julho de 1881 – a Luiz da França e ao Sr. Tiago, nascidos na cidade de Feira de Sant'Anna –, fazem arrendamento das “terras na fazenda denominada Todos os Santos, sita na Freguesia do Rosário do Orobó, termo do Camisão, para lavoura e criação pelo tempo de três anos, a pagar duzentos mil réis ao ano”,<sup>313</sup> sendo negada a autorização para fazer melhoramentos na propriedade. Do mesmo modo, o capitão Affonso e sua mulher

311 - Umburanas podia ser Santo Estêvão ou Antônio Cardoso, que teve o nome de Tiguatiba no início do século XX, passando a ser chamada, posteriormente, de Antônio Cardoso, local pertencente a São Gonçalo dos Campos. Camisão era uma freguesia de Feira de Sant'Anna. Os proprietários eram moradores da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, em Feira de Sant'Anna.

312 - Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/Nº Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana, p. 1.

313 - *Ibid.*, p. 38.

fizeram o arrendamento de suas posses, na fazenda denominada Todos os Santos, a José Vaz de Ataíde, pelo tempo de três anos, por duzentos mil réis anuais.

Muitas escrituras aparecem em nome do casal; por conseguinte, eram titulares de grandes extensões de terras em Feira de Sant'Anna e Umburanas. Ao que parece, estes possuidores tentavam garantir o domínio e uso das terras improdutivas e evitar a ocupação por escravos fugidos que chegavam à região.<sup>314</sup> Portanto, das 50 escrituras localizadas no Livro de Notas em pauta, 31 delas foram registradas pelo Capitão Affonso e sua mulher a diferentes rendeiros. Na ocasião das notas não foram mencionadas idade, situação civil ou cor dos indivíduos; consta apenas a moradia de ambos, sendo, neste caso, a maioria deles residente na Freguesia de Umburanas.

Diogo Augusto Vieira Falcão, residente na Freguesia dos Remédios, arrendou a Manoel Estevão Gonçalves, morador da Freguesia de Umburanas, em 13 de agosto de 1881, uma posse de terra em sua Fazenda Crumathai, situada na Freguesia das Umburanas, por um período de três anos, pelo valor de duzentos mil réis anuais.<sup>315</sup> No dia 16 do mesmo mês e ano, Diogo retorna ao cartório para escriturar a locação de outra porção de terra na mesma fazenda, a Antônio Rodrigues do Bonfim, também residente na Freguesia das Umburanas. As escrituras trazem uma importante questão vivenciada na zona rural de São Gonçalo e Feira de Sant'Anna: o acesso à terra. As combinações realizadas, entre aqueles que possuíam o terreno e aqueles que objetivavam o acesso, estabeleciam uma relação de mão dupla, em que ambos seriam favorecidos de formas muito distintas.

Em outro registro, João Ribeiro de Oliveira, habitante na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, arrendou a João Alves de Oliveira, morador na Freguesia das Umburanas, uma posse de terra na Fazenda Lagoa, situada na Freguesia das Umburanas, por um período

---

314 - FRAGA, 2006.

315 - Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/Nª Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana, p. 39.

do de três anos, pela quantia de 200 mil réis anuais. João Ribeiro de Oliveira também locou, a João Baptista de Magalhães, residente na Freguesia das Umburanas, uma propriedade na Fazenda Lagoa – os dois contratos foram firmados em 17 de agosto de 1881.

Sabino José de Carvalho e sua mulher, Cecília de Carvalho, em 13 de agosto de 1881, dão em arrendamento uma parte das terras de sua fazenda Cajazeira a Manoel Pinheiro do Nascimento, todos moradores de Umburanas, por igual tempo e valor dos contratos mencionados acima. Em 18 de agosto de 1881, o mesmo casal arrenda a possessão de terras, na Fazenda Cajazeira, a Adolpho Porfírio de Cerqueira, residente em Umburanas. Outras duas escrituras foram efetivadas pelo casal: uma a Thomé Alves Barreto e a outra a Joaquim Cardozo de Sant'Anna, ambas na propriedade de Cajazeira, em Umburanas.

É provável que tenha havido, por parte dos proprietários, uma inquietação referente à exclusividade da posse da terra e ao controle da mão de obra livre sem prejuízos financeiros. Neste sentido, os rendeiros, que recebiam uma parte da terra do fazendeiro para que pudessem trabalhar, deviam pagar anualmente pelo arrendamento uma quantia estipulada entre 200\$000 e 250\$000 réis. Deviam também, zelar e fazer benfeitorias, sem deixar de pagar aquilo que competia pelo arrendamento das terras. Nesse cenário, é possível citar o rendeiro Manoel Casimiro de Cerqueira. Na escritura de arrendamento fica claro que o rendeiro deveria, obrigatoriamente, fazer benfeitorias nas possessões de Antônio Carlos da Silva; porém, ao finalizar o período do arrendamento (não é especificado na escritura), tais benefícios não seriam incluídos na avaliação.<sup>316</sup> Isto significa afirmar que o acordo é unilateral, com o intuito de privilegiar o proprietário da terra. De igual maneira, José Porceiro da Silva concordou com Sérgio Pedreira Daltro que faria os melhoramentos necessários na Fazenda

---

316- Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/N<sup>a</sup> Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana.

Pau Seco, como consertar as cercas externas das matas, entretanto, estes não seriam introduzidos na avaliação.<sup>317</sup>

No contrato de Capitão Firmino da Silva Daltro, seu rendeiro João Severino dos Santos responsabilizava-se pela roça, cuidava frequentemente de pequenos animais – como aves e porcos, os quais supriam as necessidades familiares e poderiam ser vendidos na vizinhança e na feira livre, garantindo uma pequena renda sobre o conjunto familiar – e realizava as benfeitorias indispensáveis no sítio de terras no fundo da fazenda Chapada; todavia, o valor dos melhoramentos não devia superar o arrendamento de 200 mil réis. Os indícios na escritura sinalizam que o registro de 1881 veio legalizar a relação consuetudinária entre João Severino e o Capitão Firmino Daltro, já que existia uma combinação anterior, afiançada na palavra. Tal vínculo constitui parte do universo de variadas relações por meio das quais os sujeitos reapropriavam contextos em que inscreviam os jogos sociais, estabelecendo experiências encarnadas nas tradições.<sup>318</sup>

Confirmando essa análise, Mattoso,<sup>319</sup> para a Bahia do final do século XVIII, sugere que a maioria dos plantadores de fumo, no distrito de Cachoeira, era de rendeiros, criando uma espécie de tradição e um tecido social diferenciado nesta região. Isso significa alegar que o arrendamento era uma experiência compartilhada pelos fazendeiros do Recôncavo que se dedicavam à atividade fumageira. Teixeira e Andrada,<sup>320</sup> na compilação comemorativa *Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos*, indicaram que a produção agrícola naquela Freguesia se concentrava nas mãos de pequenos produtores, rendeiros ou proprietários de terras, constituindo uma cadeia de de-

317- Livro de Notas de Escrituras 1881-1888/N<sup>o</sup> Senhora dos Remédios. Arquivo Público de Feira de Santana.

318- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. GINZBURG, 1989. PESAVENTO, Sandra Jathay. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 179-189, jul./dez. 2004. REVEL, *op. cit.* THOMPSON, 1998.

319- MATTOSO, 1998, p. 463.

320- TEIXEIRA; ANDRADA, 1984.

pendência em torno do trabalho livre. Também não podem ser negligenciados os costumes dos lavradores de São Gonçalo dos Campos que utilizavam o braço escravo, associado ao trabalho de rendeiros, meeiros e diaristas, nos serviços da lavoura, tendo em vista o aumento da produção. Conforme registros, uma parcela da população da freguesia estava empregada na lavoura de fumo e subsistência através do trabalho livre, sendo presumível a participação de ex-escravos que se tornaram rendeiros, fato que pode ser contemplado nos assentamentos do Livro de Fogos da Freguesia (1835)<sup>321</sup>.

O processo de arrendamento em São Gonçalo abre um leque de questionamentos: um deles é o fato de apenas no ano de 1881 haver uma preocupação por parte de proprietários em fazer contratos legais. Outro ponto curioso é seguir a trajetória dos rendeiros, identificando suas origens e seus anseios. Além disso, questionar sobre a aspiração dos proprietários no que toca ao arrendamento de suas terras, interrogando, ainda, para quem o arrendamento serviu.

É admissível a possibilidade de ter crescido a demanda de rendeiros na Freguesia, depois de 1850, por causa do tráfico intraprovincial de escravos para a região sudeste do País. Embora nenhum assentamento testemunhe essa ocorrência, há indicativos de negociação nas procurações em que os senhores de escravos instituíam procuradores (muitas vezes negociantes) para intermediar a transação de compra e venda de seus escravos na própria freguesia, em Cachoeira, na capital da província ou no Rio de Janeiro. Neste contexto, os contratos poderiam beneficiar os rendeiros, que juntariam recursos para comprar suas terras e se tornarem lavradores independentes. O cultivo do fumo, por exemplo, abria possibilidade aos lavradores pobres, a agregados e outros homens e mulheres que viviam de favor em terras alheias de participar da economia de exportação.<sup>322</sup>

321 - Sobre estes assentamentos, trataremos no próximo capítulo.

322 - Entre os 551 lavradores da freguesia, em 1835, que empregavam a mão de obra cativa, a posse média era de 6,8 escravos. Mais da metade desses lavradores (55,9%) tinha menos de cinco cativos; um terço possuía apenas um ou dois escravos. Ver: NARDI, 1996. BARICKMAN, 2003. TEIXEIRA; ANDRADA, 1984.

Aliado a isso, os indivíduos egressos da escravidão, para sobreviver e sustentar a família, produziam suas roças, acumulando fortunas. Por outro lado, estes sujeitos permaneciam, direta ou indiretamente, à mercê dos donos das propriedades fundiárias. Obedeciam às condições dos contratos, pagavam pela locação com a força de trabalho, com parte da produção ou em espécie. Entretanto, as fontes cartoriais deixam velado se estes rendeiros teriam sido libertos, livres, escravos, com ou sem pequenas posses de terras. É possível deduzir algumas informações, especialmente pelos dados encontrados nos registros eclesiásticos e de batismo, no censo de 1872, os quais destacam uma população composta, sobretudo, por pardos, dando, assim, os contornos mais acentuados da sociedade. Já os registros civis de óbitos, de 1889, oferecem elementos a respeito da profissão dos indivíduos, sendo estes, na maioria dos casos, lavradores. Significando que, como advertiu Schwartz,<sup>323</sup> os proprietários de terras que arrendavam suas fazendas ou partes delas, se comparados aos proprietários de engenhos e fazendas de cana-de-açúcar, possuíam apenas um terço da metade dos escravos.

Este contexto pode ser relacionado aos estudos de Poppino,<sup>324</sup> que afirma que o município de Feira de Santana detinha um considerável número de “roceiros” que se encarregavam de realizar as diversas tarefas em suas propriedades ou em parcelas das fazendas locais no sistema de meação, atentando-se para o fato de que parte deles se constituía de ex-escravos. Em São Gonçalo, outras pesquisas<sup>325</sup> revelam que o cultivo do fumo estava associado à atuação dos escravos como mão de obra e produtores efetivos, além da participação de libertos e não possuidores de possessões que aparecem como rendeiros.

---

323 - Schwartz, 1998, p. 362.

324 - POPPINO, 1998, p. 61.

325 - TEIXEIRA; ANDRADA, 1984.



## Trajetórias entrecruzadas no pós-abolição

Na tentativa de contextualizar a primeira década do século XX, lanço mão da História oral, indagando aos moradores das regiões rurais de São Gonçalo dos Campos sobre o que ouviram de seus pais e avós a respeito das reminiscências da escravidão, suas experiências e seu trabalho na roça. Nos depoimentos, aventurei-me em captar as práticas que lembravam os antepassados, os significados de liberdade, as concepções de cidadania, as aspirações, a reelaboração do vivido e os projetos de vida retratados nos testemunhos.

Assim, para apreender alguns aspectos dos itinerários dos ex-escravos e de seus descendentes, recebi valiosas contribuições de antigos moradores das fazendas fumageiras de São Gonçalo dos Campos. Djanira Pinheiro de Queiroz, nascida em 1912, na fazenda Dendê, filha da ingênua (filha de uma escrava, nascida após a Lei do Ventre Livre) Teodora Francisca Gomes e do fazendeiro João Pinheiro de Queiroz; e Dona Diva Ramos da Silva, nascida em 1923, neta de Tibúrcio Barreiros, uns dos importantes fazendeiros de São Gonçalo dos Campos, e bisneta da escrava Maximiliana, foram algumas das informantes que participaram desta pesquisa. Esses depoimentos foram fundamentais para a constituição do presente estudo, não só porque os informantes ouviram os pais contarem suas experiências, mas por suas memórias estarem vinculadas às “vivências nas Fazendas”, ao “tempo dos avós ou pais” e ao “tempo dos escravos”. Outros relatos serão apresentados ao longo deste trabalho, os quais irão dar evidências às experiências de descendentes de escravizados na primeira década do século XX.

A partir dos fragmentos das memórias familiares e dos indícios dispersos em registros oficiais, escritos e de memorialistas, pude montar um quebra-cabeça referente à construção, preservação e ampliação dos laços de solidariedade e das redes familiares no pós-abo-

lição, percebendo que, como peça indissociável, o cotidiano da fazenda escravocrata, em parte, conservou-se após o fim do cativeiro. As trajetórias percorridas por ex-escravos e o diálogo com as memórias elaboradas por seus descendentes colocam em relevo diversas questões prementes na vida dos libertos em 13 de maio de 1888.

## A vida cotidiana

Através do conjunto das lembranças e fragmentos, é possível apreender, grosso modo, alguns aspectos materiais que caracterizam as fazendas fumageiras do começo do século XX; desse modo, temos as instalações – as dependências que faziam delas um conjunto complexo e autossuficiente –, não distantes do contexto relatado no primeiro capítulo deste estudo, a respeito dos anos de 1850 a 1890. As construções imponentes, em referência ao tempo aludido, exibem a “casa grande”, residência da família possuidora, como bem lembrou Djanira, um conjunto com a construção de adobe dobrado,<sup>326</sup> paredes largas, telhado forrado com madeira de amargoso e cedro, portas e janelas grandes e amplas, chão de tijolo, enormes salas e muitos quartos.

Os informantes recordam que a construção da casa grande diferenciava-se das moradias dos rendeiros: que eram de pau a pique, pequenas, cobertas de telhas de chão, sem tijolo, em geral, próximas às estradas e cercadas por roçados e algumas árvores frutíferas.<sup>327</sup> A fazenda Dendê, no interior da casa de morada, possuía uma capela familiar, com o oratório repleto de imagens de santos: Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Amparo, Senhor do Bonfim e Nossa Senhora das Candeias.<sup>328</sup> Sobre a relevância da

---

326 - A parede de adobe dobrado refere-se à construção com dois adobes na parede. Com base nos dados dos informantes, eram duas paredes em uma.

327 - Entrevistas com: Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011; Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011; e Teófilo Cazumbá, concedida em 23 de março de 2011.

328 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

capela nas fazendas, podemos acionar o que afirma Boaventura,<sup>329</sup> que “mais rigor teria de haver para a Capela particular, para o oratório apto para a missa, para os ofícios religiosos presididos pelo Padre, para os casamentos da família, para os batizados da casa”.

Dona Diva, residente na fazenda Paixão, revelou que os casamentos e batizados se realizavam na propriedade fundiária. O padre era convidado a celebrar as cerimônias naquele local.<sup>330</sup> Pela documentação eclesiástica, no período, aconteceram muitos casamentos e batismos; contudo, os registros não fazem menção a cerimônias nas fazendas. Como exemplo, tem-se o registro de batismo de Geraldo, branco, 2 meses, filho legítimo de Felipe Machado e Cecília Marques Machado – como padrinhos, constam Antônio Borges Falcão e Maria Amélia Magalhães Falcão –, batizado pelo padre coadjunto Anacleto da Rosa Valle, na Matriz da freguesia de São Gonçalo dos Campos, em 24 de janeiro de 1904.<sup>331</sup> Em outro registro, de 15 de março de 1903, o padre coadjunto Anacleto da Rosa Valle batiza, na capela das Mercês, Ricardo, pardo, com um mês de nascimento, filho legítimo de Antônio Borges Falcão e Antônia Maria de Jesus, sendo os padrinhos Horácio Marques de Cerqueira e Nossa Senhora das Mercês.<sup>332</sup> Embora não tenha localizado informações nos registros eclesiásticos que revelassem a realização dessas cerimônias nas fazendas, os testemunhos das consagrações religiosas, feitas naqueles locais, elucidam a vasta organização da vida social, abrangendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas e festas desenvolvidas dentro dos limites da capela.

Vistas em conjunto na propriedade, encontravam-se, adjacentes à casa grande, as instalações do fabrico de farinha e um galpão onde se armazenava o fumo, bem como, nas imediações, os campos

329 - BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 270.

330 - Entrevista com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

331 - Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana, BAHIA. Livro de Batismo n. 21 – 1903/1904.

332 - *Ibid.*

cultivados de fumo e mandioca, além dos pastos para a criação de gado vacum.<sup>333</sup> Por sua vez, a posição central e o aspecto da casa da família do proprietário, em contraste com as casas dos rendeiros, e a extensão das plantações agrícolas, confrontada aos roçados diminutos, estabeleciam como estava distribuído o poder social em princípios do século XX.

Contou Djanira que nas fazendas da região (Paixão, Pedrinhas, Moreira e Dendê), existiam muitas famílias de cor que residiam naquelas terras, vivendo da renda e do trabalho de aluguel. Como já foi abordado, era costume, em São Gonçalo, encontrar, nas fazendas fumageiras, rendeiros dedicados ao trabalho na roça. Os documentos cartoriais, lavrados em 1881, não destacam o tempo de permanência dos rendeiros na propriedade. De acordo com a tradição oral, os ascendentes de muitos rendeiros foram escravos do serviço da lavoura e, depois da abolição, continuaram desempenhando o trabalho da roça.

Sobre este aspecto, Djanira – pertencente à segunda geração dos proprietários de fazendas e, ao mesmo tempo, dos rendeiros, cuja infância se passou na fazenda Dendê, testemunhando as experiências de sua mãe como rendeira, escutando atentamente as narrativas sobre o tempo da escravidão e com base na sua história como filha de ex-escrava –, contou que a sua mãe

[...] morava em Bonfim de Feira, era filha de escrava, ela contava que fugiu de Bonfim de Feira, ainda novinha, chegou aqui novinha, sozinha, não tinha parente nenhum aqui na fazenda de meu pai, ela veio sozinha, novinha tinha os 12 a 15 anos nessa faixa aí. [...] aí essa foi... Teodora era preta, pretona, [...] ela falava aí que a mãe dela foi pega de dente de cachorro.<sup>334</sup>

Djanira, com 104 anos de idade à época da entrevista, guardava na memória lembranças do tempo passado sobre sua mãe, que, “escurinha”, havia fugido muitas vezes do jugo da escravidão,

333 - Entrevistas com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011; Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011; e Teófilo Cazumbá, concedida em 23 de março de 2011.

334 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

de uma fazenda em Bonfim de Feira e que teria sido recapturada “a dente de cachorro”.<sup>335</sup> Embora tenha sido uma expressão usada para designar as vivências das pessoas de origem indígena,<sup>336</sup> o seu uso se fez presente ao longo de muitas décadas para exprimir situações de homens, mulheres e crianças (africanas, negras, crioulas, cabras, pardas) escravizadas que resistiram à escravização. Tomada no contexto pós-abolição, a narrativa produz representações coletivas sobre a liberdade das ingênuas, libertas e ex-escravas e acerca da perseguição sofrida advinda dos “homens brancos”, representações essas que confrontam história e memória referidas à trajetória das mulheres e à tradição daquelas famílias. Por outro lado, a narrativa rememorada pela quarta geração de Teodora mostra um lado insólito da História do Recôncavo e, num quadro mais amplo, da Bahia.

Teodora, supostamente nascida no período posterior à Lei do Ventre Livre, continuou vivenciando as experiências de sua mãe, escravizada. Assim, no intuito de experienciar sua condição de livre, fugiu diversas vezes da fazenda Bonfim, sem êxito, pois por várias vezes fora encontrada. Neste sentido, sua fuga depois da abolição, como advertiu Fraga<sup>337</sup> referente às migrações dos ex-escravos no Recôncavo açucareiro, vislumbrava a liberdade. De igual modo, Exedito, terceira geração, guarda na memória a genealogia escrava. Lembrou-se das histórias contadas por sua mãe, Djanira, que afirmava ser neta de escravizada.<sup>338</sup>

No âmbito paternalista<sup>339</sup> do sistema produtivo escravista, os indivíduos e seus grupos familiares, denominados de rendeiros, estavam inseridos nas relações de poder estabelecidas com os proprie-

335 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de julho de 2016.

336 - OLIVEIRA, Jailma Nunes Viana de; VIEIRA, José Glebson. *Identidade Indígena, Memória E Territorialização: A Construção Do “Ser Índio” Na Comunidade Dos Caboclos De Açú/RN*. In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Asas Brasil, 2012. *Anais* [...]. Teresina, 2012.

337 - FRAGA, 2006.

338 - Entrevista com Exedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011; e Cleusa Machado de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011.

339 - THOMPSON, 1998.

tários de terras. Teodora e as mulheres rendeiras, como mostram as memórias familiares, não eram tão somente dependentes da vontade daqueles homens, nem meramente passivas. Observa-se que as práticas e os costumes, na relação de lida com a terra e no trabalho doméstico, embora antigos, são constantemente repensados e reformulados por meio de sua experiência. Muitas mulheres vão aparecer nas narrativas das famílias compartilhando essa situação no final do século XIX e início do XX, especialmente ao se tratar de mulheres de cor que acabaram de sair do jugo da escravidão.

As recordações que se reportam ao “tempo dos avôs ou pais” se prendem aos questionamentos de interesse deste livro. Todavia, entendo que a memória é fluida, sendo as temporalidades das lembranças dos assuntos que lhes contaram os pais e avós ligadas aos tempos vividos pelos informantes.<sup>340</sup> Assim, além de compreender a incidência de arrendamentos de terra em São Gonçalo dos Campos, é preciso pensar em como se desenvolveu este processo e a relação cotidiana desses sujeitos. Pois, as memórias contadas de geração em geração, como algo que contém, para a família, muitos significados, atendem aos critérios das irregularidades, descontinuidades e constâncias do mundo social e da própria memória, apresentando-se como nexos de uma tradição de comportamento em que as pessoas identificam os traços que os colocam em um núcleo específico, balizadas pela mesma identidade.<sup>341</sup>

É perceptível que os narradores aqui acionados enaltecem o grande número de escapadas cunhadas por Teodora, que foi pega “a dente de cachorro” em alguns episódios, indicando momentos posteriores à abolição, nos aspectos que norteavam a procura e a escolha de uma mulher de cor. Além disto, expressam muitos dos receios, agressões, conflitos e explorações que perpassavam estas relações nas diversas formas de ligação socioafetiva.

340- THOMPSON, 1992. RICOEUR, 2010. POLLAK, 1989. POLLAK, 1992. BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória: de senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. 341- LEVI, 2000.

Merecem menção, neste cenário, alguns indícios que apontam para a provável idade de Teodora. Um importante indicativo diz respeito ao nascimento de sua filha Djanira, em 1912, exatamente 41 anos depois da Lei do Ventre Livre, de 1871, e 24 anos após a abolição da escravatura, em 1888. Djanira foi sua terceira filha; antes dela vieram Astéria e Dionísia, cujos respectivos anos de nascimento não foram encontrados. Entretanto, observando atentamente a expectativa de vida das mulheres de cor, é possível sugerir que Teodora teria nascido nos anos posteriores a 1871,<sup>342</sup> evidência de que ela já era ingênua e, nesta condição social, poderia gozar de sua liberdade. Então, ocorrenos perguntar o porquê de ela tentar fugir da fazenda em que residia.

Em meio aos lapsos da memória,<sup>343</sup> Expedito, 76 anos, pardo, neto de Teodora, em seu depoimento, destaca que sua avó chegou na região de São Gonçalo dos Campos depois que fugiu de Bonfim de Feira, com aproximadamente “15 anos de idade, na virada do século XIX para o XX”.<sup>344</sup> As histórias recontadas por Cleusa,<sup>345</sup> 68 anos, parda, casada com Expedito, referem-se à fisionomia de Teodora, preta, baixa, magra, cabelos curtos amarrados com um lenço (torço, turbante) na cabeça, nariz largo, “a parte branca dos olhos era vermelha que mais parecia sangue”.<sup>346</sup> Cleusa afirmou ser a década de 1960 a data aproximada da morte de Teodora, que chegara à Fazenda Dendê no começo do século XX. Cleusa baseia-se nas lembranças que têm de sua sogra, calcadas na tradição de contar e recontar as histórias familiares sobre a chegada de Teodora à cidade de São Gonçalo, quando, na fazenda, tornou-se trabalhadora braçal na roça, cuidando da plantação e das atividades domésticas.

As significativas fugas, associadas à sua situação de rendeira, demonstram a presunção de liberdade e, igualmente, a reposição de

342 - Entrevista com Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011; e com Cleusa Machado de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011.

343 - THOMPSON, 1992. RICOEUR, 2010. POLLAK, 1989. POLLAK, 1992.

344 - Entrevista com Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011.

345 - Entrevista com Cleusa Machado de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011.

346 - *Ibid.*

mão de obra presente em São Gonçalo dos Campos depois da abolição da escravatura, o que traz à tona a tradição e os costumes arraigados no percurso dos sujeitos (homens, mulheres, jovens e crianças das mais diversas categorias sociais) no Recôncavo da Bahia.

É possível cruzar os relatos da tradição oral com as informações oriundas da pesquisa nos jornais da época que noticiavam as contínuas fugas de crianças ingênuas, chamando a atenção das autoridades para o elevado número delas nas ruas.<sup>347</sup> Semelhante contexto foi o comunicado enviado pelo Barão Moniz Aragão, presidente da Câmara Municipal da Villa de São Francisco do Conde, ao presidente da província da Bahia, Manuel do Nascimento Machado Portela, após a promulgação da Lei Áurea, documentando a quantidade de ingênuos nos engenhos e a adoção de estratégias dos senhores para recompor a mão de obra, incluindo entre eles aqueles que nasceram após a Lei do Ventre Livre.

[...] antes de terem noticia da definitiva apresentação do projecto da lei ao corpo legislativo quasi todos os proprietários deste termo havião manumitido incondicionalmente seus escravos ingênuos, na suposição de que desta maneira obstarão á retirada em massa das propriedades para a capital e poderião organizar novo trabalho. Me parece que gosão dos últimos proprietários o coronel José de Teive e Argolo e Tenente Coronel Vereador Constancio José de Queiroz, aliás reconhecidos pelo seu excellente espírito de caridade, e eu mesmo em sete de maio, aniversario natalício de um de meus filhos, assim procedi em relação á 346 individuos, sendo 203 escravos e 143 ingenuos, ainda existentes na três propriedades de engenhos denominadas Casarangongo, Maracangalha e Mataripe, onde já habitão considerável numero de antigos moradores e libertos anteriormente do meu cazal.<sup>348</sup>

Da citação, depreende-se o carácter multifacetado do Recôncavo açucareiro, fumageiro e de economia de subsistência. Igualmente, depreende-se que os esforços dos proprietários de terras

347 - APEB, Seção colonial-provincial, Presidente da Província 1881-1889, Governo da Câmara de São Francisco do Conde 1888, Maço 1436.

348 - *Ibid.*

para preservar seus interesses e autoridade sobre a população livre e recém-liberta intensificaram-se durante os anos 80 do século XIX e nas décadas posteriores à abolição. A “concessão” da alforria como estratégia de manutenção das relações de dependência foi destacada de modo pioneiro por Chalhoub, em sua obra *Visões da Liberdade*, e por Walter Fraga, ao apresentar as diferentes táticas dos ex-senhores e ex-escravos.<sup>349</sup>

Da conduta dos proprietários de terras, demonstra-se a preocupação com a conservação das hierarquias raciais e sociais, da mesma maneira com as relações entre antigos senhores e ex-escravos, rendeiros, meeiros, entre outros. Ademais, evidenciam-se os esforços dos senhores de engenhos na tentativa de impedir que o ex-escravizado pudesse viver sobre si, requerendo a proibição da vadiagem a fim de evitar a “desorganização do trabalho” e a falta crônica de mão de obra.<sup>350</sup>

Até 1888, as fazendas possuíam escravos; entretanto, aproximadamente 50% da força de trabalho era constituída de trabalhadores livres,<sup>351</sup> rendeiros. Os estudos sobre a economia fumageira para a primeira metade do século XX, bem como aconteceu no século XIX, indicam a predominância de rendeiros nas fazendas da cidade.<sup>352</sup> Os dados lançados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, na década de 1920, divulgaram que a maior parte dos plantadores de fumo era composta de lavradores sem recursos.<sup>353</sup> Os jornais que circularam em São Gonçalo dos Campos, em 1930, também atentam para o dado aludido. O jornal *A Verdade* publicou uma advertência direcionada aos produtores pelo Instituto Baiano do Fumo.

349- CHALHOUB, 1990. Para uma pesquisa mais recente sobre a utilização das alforrias como parte da estratégia para manutenção de prerrogativas senhoriais nos anos finais da escravidão, ver: POPINIGIS, Fabiane. *Maria Mina e as Disputas pelo Mercado de Trabalho em Desterro, Século XIX. Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 115-135, 2013. CHALHOUB, 2006. FRAGA, 2006.

350- FRAGA, 2006. CHALHOUB, 2006.

351- ARCHETTI, 1985, p. 11.

352- SILVA, 2001.

353- Consultar: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Aspectos da economia rural Brasileira*. Rio de Janeiro, 1922. p. 430-431.

[...] lavradores de fumo, em geral e em particular, aos pequenos proprietários, meeiros e rendeiro, que, a partir de Outubro corrente serão atendidos todos que inscreverem até essa data no registro do Instituto, e que desejarem serviços de análises de suas terras, aração mecânica, fornecimento de adubos e preços módicos e pequenos empréstimos, para aplicação direta na lavoura fumageira. [...].<sup>354</sup>

A advertência do Instituto Baiano do Fumo exprime traços relevantes; salienta, antes de tudo, a presença de meeiros e rendeiros como produtores, ao mesmo tempo em que frisa a autonomia no cultivo do fumo, não dependendo dos proprietários das terras para a aquisição dos serviços, materiais e empréstimos para a comercialização de seus produtos.

Os rendeiros habitavam em casas simples, plantando nos fundos das residências e trabalhando nas lavouras dos proprietários das terras em que moravam e tinham suas roças. Na fazenda Queimadas, igualmente, os indivíduos egressos da escravidão amalgamaram-se ao sistema, transformando-se em trabalhadores rendeiros depois da abolição. Dona Lina, 90 anos, lavradora, lembrou que trabalhando como rendeira produzia de 50 a 100 arrobas de fumo, além de plantar mandioca, feijão, batata e milho, itens que serviam para a subsistência da família. Ressalta que o trabalho era árduo, comparando-o ao dos escravos.<sup>355</sup> Dona Lina anuncia várias gerações de sua família trabalhando naquele domínio.

Neste campo, homens e mulheres rememoram, a partir de vestígios<sup>356</sup> memoriais, fatos que os mais velhos contavam sobre o “tempo dos avôs e dos pais”. Por conseguinte, as lembranças desses descendentes sinalizam a existência de laços criados ou estabelecidos pelas gerações anteriores que viveram na fazenda.

354 - Jornal *A Verdade*, ano 11, n. 53 – cidade de São Gonçalo dos Campos (Bahia), 15 de novembro de 1937. p. 3.

355 - Depoimento de Lina, concedido em 2008.

356 - LEVI, 2000. GINZBURG, 1989. LIMA, 2006.

Para manter a exploração dos libertos e rendeiros, os fazendeiros fizeram acordos, tornando aqueles trabalhadores em mão de obra disponível ao cultivo de fumo e mandioca. Assim, os ex-escravos prestavam serviços nas terras de seus antigos senhores e em troca receberiam concessões e favores, como, por exemplo, utilizar pequenos lotes de terras para fazerem seus roçados. Teófilo Cazumbá realça que seu sogro, Félix Ferreira, era rendeiro da fazenda Moreira, tendo em troca seis tarefas de terras para produzir suas roças de fumo, mandioca, batata, amendoim, feijão e milho.<sup>357</sup> Diva lembrou que nas fazendas de seu avô, Tibúrcio Alves Barreiros, os rendeiros podiam cultivar suas roças e criar seus animais em oito tarefas de terras.<sup>358</sup>

Em outras regiões do Recôncavo, conforme as circunstâncias com as quais os ex-senhores depararam-se, a solução encontrada para suprir a falta de mão de obra, depois da abolição, foi negociar condições para que os antigos escravos permanecessem nos engenhos. Afirmou Fraga<sup>359</sup> que, na ocasião, “a mobilização dos trabalhadores para o trabalho no eito exigia negociação permanente para conciliar as necessidades dos engenhos com as atividades alternativas dos ex-escravos e seus descendentes”.

Outros informantes, destacamos aqui seu Justiniano, afirmaram que, mesmo dispondo de grandes quantidades de terras desprovidas de produção agrícola, os proprietários só disponibilizavam pequenas extensões de terras para que os rendeiros produzissem suas roças de fumo, mandioca, feijão e milho. Djanira corroborou contando que sua mãe, Teodora, possuía uma pequena roça de mandioca e fumo na Fazenda Dendê. Maria José Ferreira Cazumbá recordou as histórias de sua mãe sobre as experiências de seus avós, rendeiros da fazenda Moreira, sublinhando que eles tinham diminutas rocinhas de mandioca e fumo, entre outros gêneros agrícolas. Também lim-

357 - Entrevista com Teófilo Cazumbá, concedida em 23 de março de 2011.

358 - Entrevista com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

359 - FRAGA, 2006, p. 236.

pavam os campos e cuidavam dos animais. Acrescentou, ainda, o trabalho nas roças do proprietário.<sup>360</sup>

Frisa Silva Lara<sup>361</sup> que, para muitos ex-escravizados, a liberdade significou manter condições de acesso à terra conquistada durante o cativeiro. Carolyn Fick,<sup>362</sup> a respeito do sul da província de Saint Domingue (Haiti), sugere que possuir terras era o mesmo que efetivar a liberdade; isto porque, sem terras era impraticável sustentar a família. Nota-se, portanto, que na sociedade de São Gonçalo dos Campos os ex-escravos usavam a terra vislumbrando a nova condição de livre.

Os afazeres da roça exigiam longas horas de serviço e uma boa quantidade de pessoas. Tarefa, geralmente, assumida pelo lavrador, pela sua esposa e pelos seus filhos. De maneira geral, o trabalho começava com a organização da terra para o cultivo, o que correspondia à capina, ao preparo das covas, à adubação, ao cuidado e à colheita. Parte do que era produzido podia ser vendida, a outra parte era colocada para secar, para ser dada aos porcos e às galinhas, e o “[...] Feijão, aquela saca de feijão que botava para comer em casa, feijão, aquela saca grande de esteira larga que fazia pra caber o feijão, tudo era saco pequeno”.<sup>363</sup>

Por intermédio do que alegam os informantes, não havia divisão de tarefas entre homens e mulheres na roça. Teodora, amásia de João Pinheiro, acompanhada dos filhos “bastardos”, trabalhava para o pai das crianças, amante e possuidor dos instrumentos de trabalho. Nas experiências de Dona Antonieta, as mulheres produziam suas pequenas roças de fumo, vendiam ao marido, ao pai, ou a outro parente por um valor abaixo do mercado.<sup>364</sup>

360 - Entrevista com Maria José Ferreira Cazumbá, concedida em 27 de março de 2011. Pertence à 4ª geração da família Cazumbá.

361 - LARA, Silva H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, 16, São Paulo, s. Ed., 1998. p. 28.

362 - FICK, Carolyn. Camponeses e soldados negros na revolução de Saint Domingue: reações iniciais à liberdade na Província do Sul (1793-1794). In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII à XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 225.

363 - Entrevista com Hortência, concedida em 2008.

364 - Entrevista com Antonieta, concedida em 2008.

A partir do conjunto de entrevistados, foi possível constatar, grosso modo, que alguns rendeiros viviam em meio às ameaças de expulsão caso não cumprissem os acordos feitos com o proprietário. Djanira advertiu que sua mãe contava que houve situações em que os fazendeiros colocaram os rendeiros no tronco como se fossem escravos.<sup>365</sup> Teófilo declarou que não ouvia seus sogros relatarem a existência de conflitos entre os rendeiros e o proprietário da fazenda Moreira. Todavia, era comum àqueles rendeiros serem ameaçados de expulsão, caso não cumprissem o dia estipulado para a renda, e trabalharem na fazenda nas diversas atividades agrícolas e no cuidado com os animais, ganhando o dia.<sup>366</sup> Outro ponto que merece destaque é o chamado “dia de renda”. Expedito lembrou que em seu tempo de criança ouvia velhos rendeiros dizerem que eram forçados a cumprir o dia de renda, que, geralmente, ocorria na terça-feira; nos outros dias eles trabalhavam de modo remunerado na própria fazenda.<sup>367</sup>

Segundo dona Diva, o dia de renda variava de acordo com os proprietários. Existiam aqueles que requeriam um dia semanal, e outros que requeriam dois ou três. Lembrou que as tarefas eram divididas, sendo que uns cuidavam dos animais, e outros da roça. Em suas lembranças, os rendeiros pagavam um dia de renda na fazenda e no resto da semana trabalhavam para o sustento da família na terra cedida para que nela plantassem. Recebiam oito tarefas de terras dos proprietários das fazendas para plantarem suas roças e criarem seus animais. Suas memórias trazem à tona as condições de exploração a que os rendeiros eram submetidos. Relata: “[...] eu alcancei assim, eu nasci, ainda alcancei a escravidão. Eles dizem que ainda hoje tem escravo. Eu alcancei a escravidão [...] porque era muito paupérrimo. O povo não vestia, não calçava. O que fazia era a conta de comer”.<sup>368</sup>

365 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

366 - A expressão *ganhar o dia* foi lembrada pelos entrevistados. Ela significa que os trabalhadores rendeiros trabalhavam durante alguns dias na semana para receber uma quantia e assim conseguir o sustento da família. Entrevista com Teófilo Cazumbá.

367 - Entrevista com Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011.

368 - Entrevista com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

Estes relatos sobrevivem à memória pessoal, expressam suas narrativas sobre “os acontecimentos vividos pessoalmente”, somados àqueles “vividos por tabela”, como assevera Pollak,<sup>369</sup> e que envolvem antepassados no cativeiro e a permanência das famílias naquelas terras. É esta a “memória subterrânea”<sup>370</sup> que se mantém silenciosa e que, porém, conserva contínuos os laços de identidade do grupo frente às profundas transformações advindas com o desenvolvimento sociodemográfico da região.

Explicou Diva que na fazenda do avô dela, Tibúrcio Alves Barreiros, os rendeiros davam mais de um dia de renda. Compreende-se, nesta narrativa, que as práticas do arrendamento variavam; contudo, o rendeiro se relacionava com o proprietário das terras em uma atitude de subordinação, devendo trabalhar em seus campos sob as suas ordens diretas. Eul-Soo Pang,<sup>371</sup> discorrendo sobre as relações de trabalho do liberto, no período entre 1875 e 1891, aponta que a maioria dos libertos trabalhava quatro dias para os antigos donos e três para eles próprios.

Ainda em sua narrativa, Diva rememorou as difíceis condições de sobrevivência em que os rendeiros permaneciam submetidos e o uso da terra para o plantio de gêneros agrícolas designados ao mantimento da família. Expedito recordou-se das condições de moradia dos rendeiros, relatando que no seu tempo de criança seus pais diziam que os rendeiros moravam em casas de taipas.<sup>372</sup> Com base nestas informações, não somente a “terra” era concedida aos rendeiros, mas também a autorização para a moradia e a produção de gêneros agrícolas. Esta percepção não difere do que consta nas escrituras de arrendamento feitas no século XIX, dez anos após a Lei do Ventre Livre, em 1881.

---

369- POLLAK, 1992, p. 201.

370- POLLAK, 1989, p. 3.

371- PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: IHGB, 1979. p. 55-56.

372- Entrevista com Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011.

Os proprietários utilizavam seus bens fundiários para estabelecerem, sob seus domínios, uma clientela de indivíduos sujeitados a laços de dependência. Em outros termos, procuravam reunir, graças ao patrimônio agrário, uma força social pelo número de “braços” à disposição. Ser rendeiro pressupunha estar ligado ao proprietário fundiário numa relação cujos sinônimos são o da residência e do trabalho, simultaneamente. Muitas vezes esta conexão alcançava laços familiares. Expedito, ao relatar o que seus pais lhe diziam a respeito do vínculo entre os rendeiros que moravam nas propriedades de João Pinheiro, ressalta que este proprietário possuía em seus domínios muitos rendeiros, pois a fazenda tinha 300 tarefas de terra, e que, ao se tornar viúvo, manteve relação afetiva com três rendeiras, com as quais ele somou quatro filhos.<sup>373</sup> Expedito realça que uma dessas mulheres foi a sua avó Teodora.

No depoimento de Expedito, observamos que a proximidade entre as mulheres rendeiras que executavam tarefas domésticas e serviços na lavoura e o proprietário foi importante para que ele constituísse, com elas, relações afetivas no período de sua viuvez. Essa experiência, portanto, difere da descrição feita pelo memorialista Gastão Sampaio, a respeito do grupo de rendeiros que habitava na comunidade Negros de São Joaquim, na Fazenda Paus Altos, distrito de Umburanas, em 1920. O memorialista descreve um grupo de parentes negros, calados, de estrutura baixa e forte, os quais moravam em casebres distantes das fazendas e só apareciam na propriedade nos dias determinados de renda, e em mais um ou dois em cumprimento às diárias que lhes eram exigidas.<sup>374</sup>

Teófilo rememorou as histórias contadas por seu sogro e relata que, além da produção para o sustento da família, o acréscimo no cultivo era destinado aos mercados locais. Nota-se que era comum,

373- Entrevista com Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011.

374- SAMPAIO, Gastão. *Feira de Santana e o Vale do Jacuípe*. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1982. p. 225.

entre os trabalhadores, o plantio de suas roças ser feito visando à subsistência da família, e o excedente da produção objetivando a venda nas feiras. Como bem sugeriu Fraga,<sup>375</sup> os libertos cultivavam suas roças, e tal experiência viabilizava a construção de um lugar de autonomia – as comercializações dos gêneros nas feiras livres legitimavam o arranjo conquistado com a abolição. Resultantes de heranças, os sujeitos firmaram um ambiente de tradição.

As referências às vendas aparecem nas falas de informantes como um momento básico na trajetória de seus ascendentes. Ir à venda era vislumbrar um novo espaço de relações sociais através da experiência da liberdade. Este ato revelava, ainda, condições de sobrevivência que não precisavam de novas sujeições. Djanira explicou que na região existiam muitas vendas, sendo parte delas de pequenos proprietários rurais, e outra dos fazendeiros que as utilizavam para vender mantimentos aos empregados e rendeiros,<sup>376</sup> mantendo uma clientela de dependentes. Isto permite afirmar que os encontros dos homens para beber cachaça no findar da jornada de trabalho aludem à posição de cidadãos livres. Chalhoub,<sup>377</sup> no seu estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro, no início do século XX, salientou que era corriqueiro, naquele contexto, depois de um dia da jornada de trabalho, ir ao botequim para tomar café e conversar. Não tão diferente do que observei Chalhoub,<sup>378</sup> verifiquei, através das memórias dos descendentes, no cotidiano dos lavradores pobres, no pós-abolição em São Gonçalo dos Campos, os encontros nas vendas para beber cachaça e conversar.

Para os ex-cativos, a liberdade esteve dotada de muitos significados, de múltiplas formas e sentidos socioculturais, como se movimentar sem a autorização dos ex-senhores, o fim dos castigos

---

375 - FRAGA, 2006, p. 173.

376 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

377 - CHALHOUB, 1990, p. 24.

378 - *Ibid.*

corporais e a escolha de como e por quanto tempo deveriam trabalhar.<sup>379</sup> Ser livre, para alguns libertos, como afirma Silva Lara,<sup>380</sup> parecia estar longe de simbolizar o ideal de “vender a força de trabalho em troca de um salário”.

Ao ser lançado na relação de trabalho livre, um ex-escravo, homem ou mulher, tinha opções restritas à economia agrícola. Portanto, o que as memórias revelam sobre a população de ex-escravos e seus descendentes parece ser um indicativo importante à compreensão dos vínculos naquela cidade de economia fumageira. Transformar a abolição em trabalho rendeiro, também denotava a tentativa de garantir a subsistência e uma menor incerteza frente ao futuro. No tocante à criação de animais, verificam-se práticas análogas ao plantio de gêneros agrícolas. A possibilidade de se abastecer com água e lenha, necessárias ao cozimento dos alimentos, e de utilizar a casa de farinha da propriedade, contra o pagamento de 20% do produto, completava o conjunto de meios de que cada grupo (de rendeiros e arrendatários) dispunha para assegurar sua subsistência.

Além dos trabalhos de renda e ganho, era costume<sup>381</sup> os rendeiros servirem em adjutórios em períodos de plantações, fazendo as covas onde seriam plantados o fumo e a mandioca. Teófilo declarou que o trabalho no eito era efetuado pelos rendeiros da fazenda e organizado por pequenos proprietários vizinhos e, ainda, rendeiros das fazendas da circunvizinhança. Entretanto, essas ofertas de mão de obra de homens e mulheres eram incertas e inconstantes, pois a maior quantidade de trabalhadores no adjutório só era obtida quando os fazendeiros ofereciam, além da aguardente, a alimentação após o dia de trabalho.

---

379- FRAGA, 2006.

380- LARA, 1998, p. 25-38. São estudos sobre as acepções da liberdade após a abolição: CASTRO, *Das cores do silêncio*. GRADEN, *From Slavery to Freedom*. FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 9-36, mar./ago. 1988. SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991. FRAGA, *op. cit.* 381- Sobre o “Costume”, ver: THOMPSON, 1998, p. 16-17.

Nas memórias do referido entrevistado, surgem as recordações de homens e mulheres que se dedicavam a cavar e semear. Em dias de adjutórios, formavam um grande grupo de pretos que faziam as covas onde seriam plantadas as sementes. Os trabalhadores cantavam a chamada “cantiga de boiada”, alcunhada “Boi Roubado” ou “Corte”:

Acorda meu vaqueiro acorda  
Quando o galo canta  
A galinha rompendo a aurora  
Quando os pássaro se alevanta  
Meu vaqueiro é quatro hora  
Oiê é quatro hora...

Direrê ...rerê ...diô  
Fala moleque baiano  
Quando eu falo assim  
Quitorno fala  
As muié quase me mata  
Direrê ...rerê ...diô<sup>382</sup>

Vistas em conjunto, as práticas de adjutório, ou de ajuda mútua, na região, possibilitavam aos rendeiros o cumprimento das atividades na roça, além de se constituírem num motivo a mais para a interação entre eles, reforçando os laços de compadrio, de parentesco e de amizade.

Assim sendo, é possível afirmar que o espaço do trabalho na roça, bem como na venda, propiciava, frequentemente, o estabelecimento de relações sociais variadas entre o grupo analisado. Novamente, é necessário atentar para a função do costume dentro das relações sociais constituídas entre os rendeiros.<sup>383</sup> As práticas de adjutório e os encontros nas vendas não eram apenas os ambientes onde se exercia o trabalho na roça, nem onde os homens iam para beber cachaça, comprar e/ou vender; eram local de lazer, de confraternização, símbolo de liberdade, mesmo que em meio às dificuldades enfrentadas no trabalho duro da lavoura. O clima de des-

382 - Adjutório denominado: “Boi Roubado” ou “Corte”. In: SAMPAIO, 1982, p. 225.

383 - THOMPSON, 1998, p. 14-15.

contração, na associação entre trabalho e maneiras de ajuda mútua vigentes na região, era pautado em combinação com a bebida, a música e a comida.<sup>384</sup>

Assim, “ao afirmarem sua nova condição, os libertos defrontavam-se com os limites materiais e simbólicos oriundos da velha ordem escravista”.<sup>385</sup> Mesmo sem transformar a ordem estabelecida, a abolição abalou as bases das relações cotidianas, até mesmo das familiares, e de alguns conflitos em que tais indivíduos estavam envolvidos.

### **Alguns conflitos na região**

É necessário, ainda, apontar que as experiências de luta dos ex-escravos e dos descendentes que permaneceram nas atividades agrícolas apresentam momentos de tensões. Infelizmente, não encontrei um processo-crime em documentos consultados do início do século XX, em São Gonçalo dos Campos, com pistas para analisar os conflitos do cotidiano naquele município. No entanto, através de fontes encontradas no CEDOC, em Feira de Santana, capelas e distritos, que, por vezes, pertenceram a São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana, entremostam-se para tal cotidiano.

Temos, em meio à documentação, a experiência de Maria Bernardina Francisca, de mais ou menos 48 anos, de cor preta, solteira, lavradora, analfabeta, natural e residente em Terra Dura.<sup>386</sup> Em 12 de março de 1909, ela prestou uma queixa contra Cirilo Teixeira de Carvalho, de 60 anos, solteiro, lavrador, natural e habitante no Distrito de Humildes,<sup>387</sup> ao Subdelegado de Polícia em exercício, em Feira de Santana, Virgílio Ferreira de Caldas. Relevante mencionar

---

384 - *Ibid.*, p. 271.

385 - FRAGA, 2006, p. 128.

386 - Esta região também pode estar relacionada a São Gonçalo dos Campos.

387 - Região pertencente a São Gonçalo dos Campos até 1858, quando a capela de Humildes foi desmembrada, passando para Feira de Santana. Contudo, até os dias atuais, existem divergências a respeito da localização do distrito, com permanente contrato entre as localidades.

que este evento elucida a história de distintos sujeitos na conjuntura social em foco. Nesta queixa, observei aspectos da vida de mulheres pobres, especialmente entre pequenos proprietários e trabalhadores rurais. No depoimento, transcrito pelo escrivão, Maria Bernardina Francisca relata que:

[...] segunda-feira ao oito do corrente mês indo pisar umas manivas [mandiocas] e não podendo continuar por acha-se doente deixou de pisar, chegando nesta ocasião o dono de casa Cirillo Teixeira de Carvalho, mandando ela respondente continuar pisar as manivas, dizendo ela respondente que não podia continuar a pisar por achar-se doente, este dizendo que ela tinha manhas apoderou-se de uma vara indo contra ela respondente lhe fazendo os ferimentos constantes do corpo de delito, [...]”.<sup>388</sup>

Seguindo os indícios retirados do depoimento, o casal de amásios tinha uma filha que acudiu Maria Bernardina Francisca. As pistas deixadas na fonte tornam possível sugerir que este casal era de rendeiros. Mesmo se tratando de trabalho na lavoura, os depoentes não fazem menção de que eles possuíssem terras, apenas pontua que a renda e o sustento da família eram obtidos por meio do trabalho na roça, especificamente no cultivo de mandioca. Portanto, conclui-se que mulher e marido desempenhavam atividades na roça, sendo “o pisar maniva” uma das tarefas realizadas por Maria Bernardina.

Outros aspectos da vida em família podem ser vistos no processo de Maria do Espírito Santo, de aproximadamente 30 anos, casada e moradora em Terra Dura. Neste documento, o escrivão situa a localidade como pertencente ao distrito de São José, de 12 de janeiro de 1904.<sup>389</sup> Maria do Espírito Santo prestou queixa contra seu vizinho, Mauricio Martins da Silva, por ele ter partido o seu braço

388- Sumário Crime. A Justiça Pública por seu Promotor (Autor), Cyrillo Teixeira Carvalho (Réu). Feira de Santana – CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1909. E. 02, Cx. 51, Doc. 854. fls. 7-8.

389- Denúncia. A Justiça pública por seu Promotor (Autor), Mauricio Martins da Silva (Réu). Feira de Santana – CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1904.

direito na ocasião em que esta saiu em socorro de seu filho de seis anos de idade, por ter este ido tanger os porcos de Mauricio, os quais haviam entrado na roça de Maria do Espírito Santo.<sup>390</sup> Segundo a testemunha, Antônio Florêncio Morais, “deu-se esse facto, achando-se ausente seu marido pelo que andava em procura de meios para a subsistência e de sua família”.<sup>391</sup> Neste depoimento, nota-se que a rotina de Maria e do seu marido, igualmente à de outros sujeitos na primeira década do século XX, era preenchida pelo trabalho na roça da família, bem como havia a tentativa de complementar a sobrevivência familiar com a realização de trabalhos em outras condições.

As duas situações, acesso à roça de subsistência e a posição de pequenos lavradores, certamente marcavam as diferenciações entre os indivíduos na primeira metade do século XX. Em São Gonçalo dos Campos, uma ação foi perpetrada por Rita Gonçalves Cazumbá, Joana Cardozo Cazumbá e Gonçalo Cardozo Cazumbá em desacordo a Francisco Lourenço de Almeida e sua mulher, D. Angélica de Almeida, em 2 de fevereiro de 1895. Na ocasião, alegaram que os enunciados invadiram suas terras e derrubaram as matas; por esta razão, solicitavam o embargo das obras e uma indenização pelos danos provocados.<sup>392</sup> O documento possui 62 páginas, que serão contempladas no próximo capítulo; contudo, observa-se, de imediato, que os conflitos na região se fizeram presentes entre os diversos sujeitos, no caso ora explanado, entre uma ex-escrava e seus filhos e um proprietário de fazenda.

Outras situações em regiões variadas do Recôncavo demonstram que os ex-escravos e seus descendentes lutaram contra as tentativas dos ex-senhores em forçá-los a reviver condições de vida e de trabalho do cativo. Eles solicitaram, em seu favor, a justi-

---

390 - Denúncia. A Justiça pública por seu Promotor (Autor), Mauricio Martins da Silva (Réu). Feira de Santana – CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1904.

391 - *Ibid.*

392 - Pedido de Embargo, 2 de fevereiro de 1895, Arquivo Cível e Crime do Fórum João Mendes, São Gonçalo dos Campos.

ça, contaram com aliados, fizeram com que as notícias de violências ecoassem nos jornais, requereram o auxílio da força policial e recusaram-se, terminantemente, a trabalhar sem remuneração.<sup>393</sup>

Vários comportamentos e ações de libertos eram marcados pelo desafio à autoridade ex-senhorial. Suas atitudes, muitas vezes, caminharam no sentido de destruir qualquer autoridade real ou simbólica de que o ex-senhor tentasse ainda dispor.<sup>394</sup> Em São Gonçalo dos Campos, o significado da liberdade referia-se necessariamente a adquirir posses de terras. Os ex-cativos lutaram para contrair suas terras, submetendo-se, até mesmo, ao trabalho rendeiro.

Na acepção de Reis,<sup>395</sup> alguns libertos de 13 de maio optaram por abandonar as fazendas do interior e seguir para a cidade de Salvador. Muitos decidiram desfrutar a liberdade longe do ambiente em que viveram sob o domínio do senhor. Fraga,<sup>396</sup> também, aponta para o intenso movimento de libertos em busca de novas possibilidades de subsistência, a exemplo do que ocorreu em diversas regiões das Américas, no pós-abolição, com as disputas em torno do acesso à terra. Para alguns libertos, o trabalho gratuito durante o período da escravidão lhes dava direito, ao menos, a uma parte das propriedades dos ex-senhores.

Fraga<sup>397</sup> postula que, logo após a abolição da escravatura, ex-escravos que habitavam nas fazendas do Recôncavo baiano seguiram para outros locais à procura de espaços que apartassem os laços de categoria escrava e permitissem evidenciar a condição de liberdade. Assim, “[...] de variadas e criativas maneiras buscaram modificar o rumo de suas vidas em meio à imprevisibilidade e aos

393 - BACELAR, Jeferson. O negro em Salvador: os atalhos raciais, *Revista de História*, n. 129, p. 53-65, 1993. MACHADO, Maria Helena. Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e o modo de vida camponês na província de São Paulo do século XIX, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, p. 43-72, 1993. FRAGA, 2006.

394 - FONER, 1988, p. 19.

395 - REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição, *Afro-Ásia*, n. 24, p. 199-242, 2000.

396 - FONER, *op. cit.*, p. 25.

397 - FRAGA, 2006.

limites impostos por uma sociedade que continuou assentada sobre profundas desigualdades sócio-raciais.”.<sup>398</sup>

Enquanto para os ex-senhores a extinção do cativo não deveria implicar mudança nas antigas hierarquias sociais, para os ex-escravos as escolhas e opções adotadas eram exercidas buscando a distância das experiências de servidão. Assumindo comportamentos vistos como de desafio e “desobediência”, alguns ex-escravizados demonstraram que a liberdade deveria vir acompanhada do fim das hierarquias vivenciadas no cativo.<sup>399</sup> Os pesquisadores<sup>400</sup> sobre a pós abolição advertem que as experiências envolvendo trabalho, festa, terra, gênero e animais, no período imediatamente posterior à abolição, são apenas pequenos indícios da procura dos libertos pela liberdade que o 13 de maio engendrou.

É compreensível, nestas situações, o desenvolvimento, por parte dos libertos, de formas próprias de organização social, produtiva, religiosa e outras configurações de manifestação cultural que passaram a funcionar como símbolos característicos da etnicidade que comportam. O trabalho e as diversas relações que mantinham com a sociedade envolvente são próprios das circunstâncias enfrentadas por estes indivíduos ao longo de sua história – até mesmo nas afinidades construídas pelos sujeitos.

### **Família: ex-escravos e descendentes**

As narrativas dos descendentes de rendeiros e fazendeiros, de São Gonçalo dos Campos, computam experiências pessoais de rendeiras em laços afetivos com os coronéis, então proprietários das terras em que estas trabalhadoras habitavam. Por sua vez, “essas histórias pessoais, além de relevantes em sua singularidade, servem para melhor perceber experiências coletivas e iluminar contextos e processos

---

398 - *Ibid.*, p. 26.

399 - *Ibid.*, p. 200.

400 - Sobre o assunto ler: FRAGA, 2006. CHALHOUB, 1990.

históricos mais amplos e complexos”.<sup>401</sup> Por outro lado, essas trajetórias de vida devem ser articuladas às relações travadas no seio da sociedade pós-abolição, para que todo este contexto seja compreendido.

Assim, a situação de concubinato foi narrada pelos descendentes de rendeiras/as ou escravos/as, como relatou Djanira a respeito da experiência de Teodora – solteira, com vínculos que lembram o cativo, comprometeu-se ao proprietário da fazenda como concubina depois que este ficou viúvo –, transferida a outras rendeiras.

O próprio João Pinheiro teve outras amásias de cor além de Teodora.

Teve filho com as três mulheres. Com Teodora, teve eu, Astera, Manoel, Dionisia e Arnaldo [...]. Com a outra que chamava Joana, teve Nozinho, Teca, Neca, não tô lembrado quem foi o outro, acho que foram esses. E com a outra chamada Candinha, mãe de Vitalino, Pedro Gomes, Altino e Julinda. Vovó teve 12 filhos bastardos e 1 do casal, Hermílio, foi o mais velho de todos e o legítimo.<sup>402</sup>

As análises sobre essas trajetórias não devem ser simplistas. Supostamente, as relações afetivas entre os proprietários de uma dada fazenda e suas rendeiras asseguravam para elas condições que permitiam a realização de redes de solidariedades, através do parentesco, para orientar suas vivências, como ocorria com os escravos no século XIX.<sup>403</sup> Esses percursos indicam a acumulação de uma série de práticas mantidas e partilhadas no período da escravização e que, durante as décadas iniciais da construção das novas relações sociais de liberdade, ajudaram a criar um chão de experiências econômicas, políticas, culturais e sociais de famílias descendentes de cativos.

A imagem de Djanira Pinheiro de Queiroz, na figura 4, salienta seus traços raciais. Nascida em 5 de maio de 1912, num domingo, apenas 24 anos após a abolição, mulher na condição de cor, filha

401 - REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 316.

402 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

403 - MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

natural de João Barreiros e Teodora, rendeira e natural de Bonfim de Feira, Djanira narrou para seus filhos e netos, ao longo de um século, 1912 a 2016, as histórias que ouvira de sua mãe, misturadas às suas lembranças de infância, vivenciadas nas relações de seus ascendentes; nas reminiscências do período da escravidão refletidas nos caminhos empreendidos pelos rendeiros; no amasiamento de seus pais; nas experiências contadas pela mãe; nas recordações do genitor, um coronel que se comportava mantendo a tradição de seus ascendentes do século XIX; e, por fim, no trato desigual entre os filhos das amásias rendeiras e o filho daquela com quem tivera uma relação legitimada pela igreja católica.<sup>404</sup>

Figura 4 – Djanira Pinheiro de Queiroz.



Fonte: Maria Cristina Machado de Carvalho. Fotografia de Djanira Pinheiro de Queiroz. Foto tirada em 12 de maio de 2012, no aniversário do seu centenário.

As narrativas de Diva, igualmente, podem lançar luz sobre alguns aspectos relevantes acerca das vivências do trabalho e dos laços sociais construídos no tempo posterior à liberdade do cativo. Mulheres pobres, trabalhadoras e negras de São Gonçalo dos Campos, no final do século XIX e começo do século XX, comparti-

404 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de julho de 2016.

lhavam a experiência comum de ocupar um lugar social subalterno. Estavam empenhadas nos trabalhos agrícolas tais como os homens; entretanto, elas vivenciavam situações rotineiras determinadas pela relação de gênero, experiências facilitadas pelos laços instituídos nos vínculos domésticos entre a mulher de cor e o proprietário da fazenda. É provável que esse envolvimento entre o senhor e essas mulheres fosse facilitado pela condição de descendentes de escravas. Porém, cabe interrogar as evidências nesse contexto para trazer à tona alguns contornos desconhecidos a partir das preocupações de diferentes gerações, como advertiu Thompson.<sup>405</sup> Ou seja, entender o sentido que aqueles indivíduos davam às relações constituídas no dia a dia das fazendas fumageiras. Seguindo essa lógica, os vínculos desenvolvidos entre Teodora e João Pinheiro (proprietário da fazenda Dendê) podem ser apreendidos como maneiras de mobilidade social em São Gonçalo dos Campos, bem como podemos atribuir outras acepções a tais vínculos, relacionando-os com um mecanismo de constituição e reprodução da desigualdade no seio da família, nas questões raciais e nas repartições das heranças.

A visão de Dona Diva é bastante crítica no que concerne ao seu conhecimento a respeito das mulheres rendeiras na produção de fumo e nas outras atividades desenvolvidas na roça. Além do trabalho desempenhado como de costume, muitas se tornavam amásias dos proprietários das fazendas em que eram rendeiras. Dona Diva expôs que Tibúrcio foi acometido por uma doença sexual e que o médico o orientou a ter relações sexuais com meninas negras virgens para curar a enfermidade. Sendo assim, Tibúrcio passou a se envolver sexualmente com as filhas de ex-escravizadas de sua fazenda e das fazendas de seus parentes, circunstâncias vivenciadas por sua avó, em tenra idade. Freyre,<sup>406</sup> relata que as negras virgens, entre 12

---

405- THOMPSON, 1998.

406- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.



É no ambiente da fazenda que se encontram os homens brancos amasiando-se ou apenas mantendo relações sexuais com muitas mulheres negras, gerando filhos considerados ilegítimos. Deste modo, a informante evoca lembranças a respeito das relações instituídas por seu avô Tibúrcio Alves Barreiros<sup>408</sup> (Figura 6), nascido em 14 de abril de 1855,<sup>409</sup> negociante, proprietário de grandes extensões latifundiárias em São Gonçalo dos Campos e conselheiro da Câmara na Primeira República, entre 1897 e 1930.<sup>410</sup>

Tibúrcio aparece em diferentes períodos da história. Nasceu em 1855, ano ulterior ao tráfico transatlântico de escravos e à promulgação da Lei de Terras; vê serem estabelecidas a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário e, por fim, a abolição da escravatura. Nos anos subsequentes à Proclamação da República, Tibúrcio surge como conselheiro da Câmara e como um grande proprietário latifundiário na cidade, com consideráveis números de rebanhos em suas propriedades.<sup>411</sup>

Figura 6 – Fotografia de Tibúrcio Alves Barreiros.



Fonte: Diva Ramos da Silva.

408 - Entrevista com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

409 - Data encontrada na lápide do cemitério de São Gonçalo dos Campos.

410 - TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 81.

411 - Entrevista com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012. TEIXEIRA; ANDRADA, *op. cit.*, p. 81. Certidão de Terras de 1903, Arquivo do Fórum João Mendes; lápide no cemitério de São Gonçalo dos Campos.

Embora não conste nos documentos consultados a cor do fazendeiro, percebe-se, por meio da imagem acima, que Tibúrcio Alves Barreiros é um homem mestiço. Provavelmente ascendeu socialmente, tornando-se um grande proprietário rural e um representante político local. Pertinente frisar, que ele possuía grandes extensões de terras, sendo que uma das suas fazendas, a de nome Cruz, fazia fronteira com terras da família Cazumbá.

Diva relatou que Tibúrcio teve muitas amásias negras e que sua avó Maria foi uma delas.

Aí tinha minha avó que era sobrinha de Bibina. Filha da escrava deles. E ele passou a criar casado com minha avó dentro de casa. Bem novinha, de tão novinha que ela não gostava que eu chamasse de vó, me botou para chamar madrinha, tinha desprezo que eu chamasse vovó. E era moderna, era jovem. Aí quando a esposa dele viu, minha avó tava de barriga. Era tão moderna, ela gostava tanto da minha avó que ela não quis dar castigo, chamou a empregada. Bota essa negra no carro aí pra puxar. A mãe da minha avó foi quem recebeu o castigo. É, deu castigo a mãe, não deu castigo a minha avó. Aí ele arranjou outra e casou a minha avó.<sup>412</sup>

A história que Diva descreveu sobre a trajetória de sua avó, Maria, ingênua, filha da escrava do irmão de Tibúrcio, Maximiliana, simultaneamente, revela que as mulheres egressas da escravidão eram mais submissas do que os homens aos proprietários dos domínios fundiários em que residiam e trabalhavam. Das experiências afetivas que mantinham com os homens brancos, geravam frutos que as deixavam ainda mais aprisionadas àqueles limites territoriais. Pode-se observar, ainda, que tais mulheres poderiam se beneficiar usando esses amasiamentos para obter a posse de terras pelo quinhão que recebiam por causa dos filhos ilegítimos que tinham com os proprietários.

No que se refere a um contexto em que o homem assumia o papel de provedor e que as mulheres saíam da casa paterna “para

412- Entrevista com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

se casar” e para “seguir seu esposo”, o coronel Tibúrcio Barreiros formava os casamentos das mulheres – com quem tivera relação sexual – com homens que, também, habitavam em suas terras como rendeiros.<sup>413</sup> A informante não disse se todas as mulheres tiveram filhos com Tibúrcio, mas ressaltou que seu avô teve muitos filhos naturais com mulheres negras. Diva Ramos da Silva cede, de seu arquivo pessoal, o registro fotográfico (Figura 7) de duas filhas ilegítimas e uma nora de Tibúrcio.

Na foto abaixo, Augusta é a mestiça, à direita, filha não reconhecida de Tibúrcio com a rendeira Bibina; ao centro, encontra-se outra filha ilegítima, Augustinha, com a rendeira e filha de escrava Maria; e, à esquerda, Chiquinha Barreiros, esposa de Marcelino, filho de Teodora, rendeira, e filho ilegítimo de Tibúrcio.

Figura 7 – Parentes de Tibúrcio Alves Barreiros.



Fonte: Diva Ramos da Silva. Fotografia de D. Diva Ramos da Silva, nascida em 1923, neta de Tibúrcio Alves Barreiros. Do lado esquerdo, Chiquinha; e do lado direito, Augusta. Fotografia tirada aproximadamente entre os anos de 1940 e 1960.

Ao que parece, muitas mulheres não conseguiram escapar das garras desse latifundiário. Porém, conta Diva que uma família de ren-

---

<sup>413</sup> - *Ibid.*

deiros que morava em uma das fazendas do seu avô fugiu das terras depois que ele constatou a presença das jovens filhas do rendeiro.<sup>414</sup>

Importante pontuar, que mesmo estando subordinadas aos proprietários de terras, aos pais, maridos e irmãos mais velhos, essas mulheres exerciam papéis que, muitas vezes, estavam longe do confinamento ao ambiente doméstico – casos relatados nas experiências acima. Entretanto, viviam sob incertezas e receios de que passo dar e em que direção. Assim, o fato de terem tecido relações próximas aos proprietários pode simbolizar estratégias que imprimiram marcas sociais suficientes para enfraquecer ou modificar os laços de dominação aos quais sua família estava submetida, como lembra Giovanni Levi.<sup>415</sup>

[...] a participação de cada um na história social não pode ser avaliada somente com base em resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais [...] grupos e pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las.

Finalmente, esse contexto expressava como os jogos simbólicos e materiais eram manipulados pelos indivíduos numa sociedade que os distribuía de modo desigual.

Na ocasião da partilha da herança, cada filho/a das rendeiras recebeu 75 tarefas de terras, exceto Marcelino, por não ter sido reconhecido.<sup>416</sup> Já os filhos das rendeiras de João Pinheiro – Djanira, Astera, Manoel, Dionisia e Arnaldo (filhos de Teodora); Nozinho, Teca e Nena (filhos de Joana); e Vitalino, Pedro Gomes, Altino e Julinda (filhos de Candinha) – receberam, cada um, oito tarefas de terras; o filho legítimo do proprietário, Hermínio Pinheiro de Queiroz, recebeu

414 - Entrevista com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

415 - LEVI, 2000, p. 45.

416 - Entrevista com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

uma fazenda com aproximadamente 300 tarefas de terra. O filho de Joana, Diomedes – com Manoelzinho Martins, mestiço –, não recebeu herança de João Pinheiro.<sup>417</sup> Portanto, a partir dos jogos “limitados”, essas rendeiras construíram seu lugar na trama social.

A título de ilustração, aprofundi a pesquisa para saber a respeito dos casamentos registrados nos documentos eclesiásticos: nas certidões entre o período de 1891 e 1910 não consta a cor dos indivíduos nubentes. Por esse motivo, busquei nas certidões de óbito e de batismo os registros de uniões estáveis e reconhecimento de paternidade nas diversas camadas sociais.

No exame dos dados do ano de 1903, observei que, entre os batismos efetuados, 20% dos registros eram de mães solteiras.<sup>418</sup> Os pais são nomeados em 80% dos registros; notam-se crianças pretas e pardas legítimas. Com isso, suponho que os ex-escravos formaram famílias e comunidades com parentes e/ou amigos próximos em torno da propriedade em que eram rendeiros. Os relatos orais evidenciam, por seu turno, que os rendeiros da fazenda Dendê possuíam família e algumas redes sociais.<sup>419</sup>

De acordo com a pesquisa sobre registro civil, feita por Ana Lugão Rios,<sup>420</sup> na Paraíba do Sul, parte dos libertos conseguiu se estabilizar em pequenas propriedades por meio de compra, de arrendamentos ou de trabalhos de meação. Não disponho de dados a respeito da instabilidade econômica das famílias de libertos em São Gonçalo dos Campos; posso, contudo, conjecturar que, no período do pós-abolição, o arrendamento tornou-se uma das alternativas de sobrevivência da população de libertos e de seus descendentes.

417 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

418 - Livro de Batismo de 1903 a 1904. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

419 - Entrevista com Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de março de 2011.

420 - RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. Principalmente o capítulo 3.

Conforme observou Rios<sup>421</sup> para a Paraíba do Sul, em São Gonçalo dos Campos a família nuclear completa e extensa existiu entre pretos e pardos desde meados do século XIX. Também é lícito supor, que nos últimos anos da escravidão, em São Gonçalo, existiu um considerável número de cativos e de pretos livres, homens e mulheres, que, provavelmente, colaboraram para a afirmação familiar no pós-abolição.

Entre os anos de 1900 e 1915, os registros eclesiásticos de batismo revelam que o número de crianças registradas como legítimas foi maior do que o de crianças registradas como naturais. Como foi encontrado por Rios,<sup>422</sup> entre 1889 e 1920 na Paraíba do Sul, numa perspectiva comparatista, os registros de batismo de crianças pardas e pretas, em São Gonçalo dos Campos, insinuam a presença de famílias nucleares e ampliadas no período anterior a 1920.

O acesso à terra contribuiu para a formação das famílias ao longo das primeiras décadas do século XX; apesar disso, não descarto outros elementos, como a tradição de libertos e escravos casarem-se no período do cativo. Neste sentido, retornarei a apreciação para o período de 1835 e 1882 a fim de compreender como se constituíam as famílias de libertos e escravizados.

Usei, para analisar a sociedade, a *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*.<sup>423</sup> Esses registros são ricos em informações sobre as famílias, a idade, o estado civil, a cor, a naturalidade e a condição social daqueles moradores; porém, eles não foram datados, e, se foram, os danos aos documentos destruíram partes importantes dos dados. Segundo Barickman,<sup>424</sup> o documento referido acima foi o recenseamento feito, em 1835, pelas paróquias, sob a responsabilidade do padre Vicente Ferreira Gomes. Os dados contidos no livros são apresentados na tabela abaixo:

---

421 - *Ibid.*

422 - *Ibid.*

423 - BAHIA. APEB, *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*. Maço 5683, S/D.

424 - BARICKMAN, 2003.

Quadro 1 - Composição social da Freguesia de São Gonçalo dos Campos em 1835

Nº de Fogos e Moradores	Capela da Matriz	Capela de Santa Luzia	Capela de Afligidos	Capela de Mercês	Capela de Humildes
Livres	2.721	2.476	1.041	1.040	988
Escravos	1.932	438	1.296	598	177
Libertos	144	191	13	48	139
Fogos	662	584	400	239	246

Fonte: BAHIA. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

Nas primeiras páginas do livro encontra-se um mapa contendo dados gerais da população, como exposto no quadro acima. Neste mapa observa-se que em 1835 a Freguesia estava dividida em cinco capelas/povoações: Matriz, Santa Luzia, Afligidos, Mercês, Humildes. Na figura de número 8, tem-se parte do livro que apresenta a relação de número de fogos e moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira.

Figura 8 – Livro da Relação do Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira.

Fonte: Maria Cristina Machado de Carvalho. Foto tirada do Livro da Relação do Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira em junho de 2013.<sup>425</sup>

425- BAHIA. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

O documento aludido apresenta dados que demonstram que a freguesia de São Gonçalo dos Campos continha uma diversidade social. No caso, os recenseadores registraram a presença de lavradores como chefes dos fogos, escravos, domésticos e agregados que poderiam ser uma mesma categoria, isto é, aqueles que lidavam com a produção fumageira, manipulando direta ou indiretamente a terra. As informações coletadas indicaram também, o estado civil dos moradores, a cor, a idade e a condição social.

Para fins de elucidação, no período de 1835 a 1870 já existia uma diversidade social na freguesia. O registro de fogos e moradores da freguesia de São Gonçalo dos Campos atesta isso ao apresentar, por exemplo, Maria do Espírito Santo, 60 anos de idade, parda, viúva, lavradora, liberta, com seus dois filhos: Plácito, 20 anos de idade, pardo, solteiro; e Maria, 28 anos de idade, parda, solteira. Embora o registro não mencione a profissão destas pessoas, é plausível supor que fossem lavradores; detinham três escravos: Ilias, 60 anos de idade, preto, solteiro; João, 50 anos, preto, africano; Maria, 16 anos, preta, solteira; e como agregada, Maria Andrade, 90 anos, preta, solteira e liberta.<sup>426</sup> Além de serem libertos, possuíam em suas dependências uma liberta que era sua agregada.

Entre os domésticos, encontrei brancos, portugueses e sujeitos de variadas faixas etárias, como é o caso de Antônio Joaquim do Nascimento, de 70 anos de idade, casado, português naturalizado, lavrador e doméstico. De igual modo, deparei-me com Antônio, branco, solteiro, de três anos de idade. Os proprietários que declararam possuir escravos apresentaram uma quantidade que variou entre 1 e 66 cativos, a exemplo de José Ribeiro de Oliveira, branco, 73 anos, lavrador, casado com Ana Joaquina de São José, branca, 39 anos, com oito filhos, proprietários de 66 escravizados. Consta, entre a população deste fogo, um agregado: Fabio, preto, solteiro, 80 anos, não sabemos se liberto ou não. Provavelmente, José Ribeiro de Oliveira

---

<sup>426</sup>- *Ibid.*, p. 16.

era o detentor de uma das maiores riquezas da freguesia e proprietário de uma grande quantidade de escravos, o que possibilitava uma diversidade de famílias de cativos.

Outros casos podem ser citados, como o de Manoel Borges Falcão, branco, 70 anos, lavrador, casado com Maria Josefa, branca, 60 anos de idade; o casal mantinha 29 escravos. Antônio José de Oliveira, branco, 43 anos, lavrador, casado com Maria Josefa, branca, 38 anos, com seus filhos: José, branco, 15 anos; Maria, branca, 14 anos; Joana, branca, 13 anos; Manoel, branco, 10 anos; Emília, branca, 5 anos; e Joaquim, branco, 6 anos. O casal possuía 15 cativos. José Borges Falcão, branco, 40 anos, lavrador, casado com Ana Maria, branca, 40 anos, com seus 6 filhos, eram proprietários de 9 escravos.<sup>427</sup>

Havia casos de famílias sem escravos, como o de Joana Machado, preta, solteira, 25 anos, costureira, e seu filho Manoel, preto, solteiro, 9 anos.<sup>428</sup> A partir desses dados, nota-se a diversificada formação social nesta região, uma vez que os registros, no livro analisado, apresentam uma variedade de formação familiar, sendo que, no tocante aos escravos, a maioria dos enlances acontecia entre escravidos do mesmo proprietário; entretanto, não descarto a suposição de que havia casamentos entre cativos de senhores diferentes.

As evidências assinalam que os libertos alcançaram autonomia econômica, como foi o caso de Luís Alves Souto, pardo, 45 anos, lavrador, liberto, casado com Angélica Maria, parda, com 33 anos. O casal de libertos tinha quatro filhos e 43 escravos; aparecem registrados como habitantes do fogo: Luís, pardo, solteiro, 12 anos, liberto, e Profílio, pardo, solteiro, 10 anos, liberto.<sup>429</sup> Assim como esta, inúmeras experiências de libertos, como proprietários rurais, foram exibidas no censo.

Outro exemplo é o de Basílio Alves, cabra, 60 anos, lavrador, liberto, casado com Ana Francisca, preta, 50 anos, liberta; ambos

---

427 - BAHIA. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

428 - *Ibid.*

429 - *Ibid.*

eram proprietários de 10 escravos, tendo ainda, entre a população do fogo, um liberto chamado Simplício, pardo, solteiro, de 25 anos, e Inácio Alves, cabra, solteiro, 70 anos de idade, agregados. Estevão J. Cerqueira, pardo, 50 anos, lavrador, liberto, casado com Francisca Xavier de Oliveira, parda, 45 anos, liberta. O casal tornou-se proprietário de 23 cativos; um destes foi Luísa, parda, 50 anos, solteira, liberta, designada como doméstica, ou mesmo agregada, com seus 6 filhos.<sup>430</sup> Essas experiências indicam que escravos e libertos, no século XIX, puderam, em alguma medida, cultivar laços familiares e manter redes sociais formuladas no tempo de cativo; indicam também, que os libertos, depois que adquiriam a liberdade, tornavam-se agregados nos fogos de seus antigos proprietários ou de outros indivíduos.

Nos inventários entre 1862 e 1882, deparei-me com vários casos de mulheres descritas como mães solteiras. Todavia, é possível que essas mães solteiras vivessem em uniões consensuais estáveis e que as informações registradas apenas abrangessem a finalidade de certificar a genealogia dos filhos das escravas, como consta no inventário de Maria Carolina do Amor Divino, 1869-1974; Vitória, cabrinha de quatro anos mais ou menos, e Juveniano, cabrinha de mais de um ano de idade, filhos da escrava Joana, crioula, de boa idade, do serviço da lavoura,<sup>431</sup> que seguiriam a linha materna, sendo também cativos. Segundo Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna,<sup>432</sup> “ao longo da história brasileira, houve predomínio maciço, entre os cativos, do intercuro sexual não legitimado, vale dizer: parcela ínfima das uniões a envolver pelo menos um parceiro escravo via-se sacramentada pela Igreja [...]”.

Outro exemplo nesse âmbito é o de Teodora, mulatinha, filha da escrava Maria, crioula, velha, que sofria de hemorroidas; filha e

---

430- *Ibid.*

431- Inventário de Maria Carolina do Amor Divino, 1869-1974. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198.

432- COSTA, Iraci del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. “Vila Rica”: nota sobre o casamento de escravos (1727-1826), *Revista África*, São Paulo, Centro de Estudos Africanos USP, n. 4, p. 105-109, 1981.

mãe escravas de Maria Jerônima, 1829-1862.<sup>433</sup> Ainda temos Geralda, preta, de 17 anos, e Manoel, preto, de 13 anos, solteiros, filhos da escrava Luisa, 36 anos, solteira, todos do serviço da lavoura, no valor de dois contos de réis.<sup>434</sup> Verifiquei, ainda, um exemplo raro de acontecer, em que foi declarada a filiação pelo pai e não pela mãe – o mulatinho sem nome, filho do escravo Manoel.<sup>435</sup> Possivelmente a explicação para este fato resida no falecimento da mãe e, por esta razão, a criação do garoto tenha ficado sob o encargo do pai.

No censo de 1872, entre os escravos havia 551 do sexo masculino, casados, e 137 do sexo feminino.<sup>436</sup> Pelo sexo, observa-se que a maioria dos cativos se casava com libertas; talvez o casamento se efetivasse assim como forma de proteger os futuros filhos, uma vez que ser filho de pai escravo com mãe liberta já significava estar sob o signo da liberdade. Porém, mãe escrava e pai livre determinavam o nascimento sob o jugo do cativo.

Os documentos não sinalizam casamento entre forros, provavelmente porque a situação financeira não permitia tal realização. Apesar disso, não implica afirmar que eles não constituíram laços familiares, relações afetivas estáveis e duradouras, mas que os escravos e alforriados instituíram solidariedades para além do parentesco, no sentido de orientarem sua vida.<sup>437</sup> Como bem adverte Caçilda Machado,<sup>438</sup> o casamento e o compadrio foram “atos sociais estratégicos” para arregimentar mão de obra, o que parece suceder nas relações sociais estabelecidas nas últimas décadas da escravidão e no pós-abolição na sociedade de São Gonçalo dos Campos.

---

433- Inventário de Maria Jerônima de Trindade, 1829-1862. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

434- Escritura de doação em causa dote de Joaquim Pedreira Daltro e sua mulher, Anna Joaquina da Trindade, 1877. BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro do Tabelação n. 1. p. 2.

435- Inventário de Maria Jerônima de Trindade, 1829-1862. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

436- Censo de 1872.

437- MATTOSO, 1988.

438- MACHADO, Caçilda. “Casamento & compadrio”. Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX (São José dos Pinhais – PR). In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2004, Caxambu. Caxambu, 2004.

Tais relações demonstram que, mesmo depois de conquistar a liberdade, libertos mantinham laços familiares com sujeitos presos à estrutura escravista. De acordo com Slenes,<sup>439</sup> o casamento, para os escravos, significava um ganho maior no controle sobre o espaço da moradia, determinando, dessa maneira, uma melhora na qualidade de vida, o que pode ser sugerido para os libertos da região em foco. Estudos recentes propõem uma análise da família cativa e liberta levando em consideração que:

[...] Pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança escrava, vários indivíduos criavam ou estreitavam laços que, nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança. A mãe e o pai da “cria” (como aparecem nas fontes) viam reafirmando o propósito comum de juntarem suas forças de modo a melhor viver a vida possível. Ambos arrumavam um compadre e, muitas vezes, uma comadre. E, talvez, cunhados, cunhadas, sogros e sogras. E se a criança, o que não era fácil, sobrevivesse até a idade de procriar, muito mais alargada ainda seria essa rede de laços de solidariedade e aliança. Parece óbvio que a criação de laços parentais fosse desejo de todos os escravos. [...].<sup>440</sup>

Os dados referentes a São Gonçalo dos Campos não permitem uma elaborada análise da questão ora discutida, pois as fontes são dispersas. Mas, a partir do que foi encontrado, pode perceber a presença da família escrava e, conseqüentemente, a de libertos, o que pode sugerir a facilitação da permanência e do convívio de gerações na mesma fazenda na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX.

Todavia, a presença de informações sobre o casamento entre escravos, nos inventários, não é comum. Com frequência, encontrei escravas avaliadas com seus filhos e sem a denominação de seus respectivos maridos. Da mesma forma, notei este contexto no inventário de João Coelho de Almeida, ano de 1882, cuja presença do escravo

439- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 150.

440- FLORENTINO, Manolo; GÔES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 173-174.

Alexandre, preto, 70 anos, casado com Joaquina, preta, 60 anos, com a qual teve 8 filhos, não faz menção à paternidade de Alexandre. Os filhos são: Sabina, crioula, 25 anos; Brígida, crioula, 22 anos; Joana, crioula, 21 anos; Tomazia, crioula, 20 anos; Feliciano, crioulo, 13 anos; Saturnina, crioula, 7 anos; Ovídio, crioulo, 5 anos; e Trajano, crioulo, 1 ano, todos do serviço da lavoura.<sup>441</sup> Observei, também, que o inventariante não cita os ingênuos, nascidos depois da Lei do Ventre Livre (Tabela 2).

Tabela 2 – Taxa de natalidade dos escravos da Fazenda de João Coelho de Almeida em 28 de abril de 1882.

Matrícula	Nome	Cor	Idade	Filiação	Tipo de Trabalho
149	Alexandre	Crioulo	60	Desconhecida	Qualquer um
750	Joaquina	Crioula	50	Desconhecida	Qualquer um
751	José	Crioulo	23	Desconhecida	Qualquer um
752	Jorge	Crioulo	24	Desconhecida	Qualquer um
753	Feliciano	Crioulo	13	Legítimo Joaquina	Qualquer um
754	Ovídio	Crioulo	5	Legítimo Sabina	Qualquer um
755	Trajano	Crioulo	1	Legítimo Joaquina	Qualquer um
756	Sabina	Crioulo	25	Filha legítima de Joaquina	Qualquer um
757	Brígida	Crioula	22	Filha legítima de Joaquina	Qualquer um
758	Tomazia	Crioula	20	Filha legítima de Joaquina	Qualquer um
759	Joana	Crioula	21	Filha legítima de Joaquina	Qualquer um
760	Saturnina	Crioula	7	Filha legítima de Joaquina	Qualquer um
761	Eduarda	Crioula	6	Filha legítima de Joaquina	Qualquer um

Fonte: Inventário de João Coelho de Almeida, 1882. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

441 - Inventário de João Coelho de Almeida, 1882. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

Pela análise da matrícula dos cativos, é provável que as relações entre eles e a “permanência” na comunidade escrava resultaram em diversas gerações dessas famílias que fizeram aumentar o número de escravizados do proprietário – como Timóteo, cabra, sete anos, ingênuo; Faustino, cabra, sete anos, ingênuo; e Isidoro, cabra, sete anos, ingênuo, todos filhos de Brígida, que, por sua vez, era filha da escrava Joaquina. E Clementina, preta, sete anos, ingênuo; Inês, preta, sete anos, ingênuo; e Fortunata, três anos – filhas da escrava Tomazia, que, por seu turno, era filha de Joaquina.<sup>442</sup> Nesta propriedade identifiquei três gerações de cativos, mas apenas um registro de casamento.

A formação de famílias negras e as relações sociais compostas pelos escravos e libertos devem ser consideradas mediante as experiências compartilhadas em relação ao trabalho, aos laços afetivos, ao casamento, à moradia e a outros aspectos que marcaram intensamente suas vivências no contexto escravista. Como bem argumenta Almeida,<sup>443</sup> “os cativos circulavam entre as roças, sítios, fazendas, povoados, arraiais e a vila onde compravam e vendiam produtos para seus senhores, lavavam roupas no rio e participavam de batuques, sorrateiramente, durante a calada da noite, em outras roças”.

Os indivíduos Alexandre e Joaquina se casaram, tiveram filhos e netos e assim houve uma elevação no número de braços para trabalhar no momento posterior ao Tráfico Atlântico ou mesmo subsequente à Lei do Ventre Livre. Talvez o fator econômico favorecesse a existência dessas famílias, possibilitando ao proprietário gozar de “estabilidade econômica” suficiente para não se desfazer dos cativos, principalmente das famílias, e, com isso, manter uma reprodução natural.<sup>444</sup>

A situação encontrada na Fazenda Sobrado, a qual envolve Egídio Lopes de Almeida, 1869-1871, revela o escravo Pedro, crioulinha, de 1 ano mais ou menos, e Joana, cabrinha, 5 anos mais ou

442 - Inventário de João Coelho de Almeida, 1882. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

443 - ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. 204 f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. p. 32.

444 - BARICKMAN, 2003.

menos – ambos filhos de Juliana, crioula, do serviço da lavoura, 35 anos mais ou menos –, e merece realce pela declaração do escrivão:

Joana, cabrinha filha da mesma Juliana com idade de 5 anos mais ou menos que avaliamos em 330,00 réis a qual foi dada em quinhão ao pai comum Egídio, na partilha pelo juízo de órfãos de Cachoeira de conformidade da dita escritura, fazendo esta Joana, parte da produção dos filhos da mesma Juliana pertencendo este valor ao casal 350.000 réis.<sup>445</sup>

A citação acima apresenta um fato importante na sociedade escravista do final do século XIX: a natalidade das escravas. Fato curioso, haja vista a sociedade atravessar momentos finais da escravidão. As informações aludidas expressam, nestes moldes, a preocupação dos senhores em manter a escravatura através do índice de natalidade de suas cativas.

A busca pela estabilidade, pela autonomia e pela possibilidade de ampliação familiar estava ligada às condições de trabalho empregadas na terra. No que se refere aos anos ulteriores à abolição, de 1888 a 1910, de modo um tanto interessante, a presença de padrinhos nos registros batismais permite afirmar que o ato de batizar representava uma prática que formava laços de compadrio. Como exemplo, podemos citar a família Borges Falcão, de São Gonçalo, que batizou muitas crianças de cor no período de 1903 a 1915.<sup>446</sup> Em 25 de julho de 1903, Salustiano Borges Falcão e Tomazia Moreira batizaram Odília, parda, de quatro meses, filha natural de Maria Helena. Em 26 de setembro de 1903, Alcino Borges Falcão e Maria Borges Falcão batizaram Maria, parda, de seis meses, filha legítima de Eduardo Manoel Reys e Maria Ozina do Espírito Santo.<sup>447</sup>

Nestes batismos há uma lógica nas escolhas dos padrinhos: supostamente as iniciativas foram decisivas para construir arranjos so-

445 - Inventário de Egídio Lopes de Almeida, 1869-1871. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

446 - Livro de Batismo de 1903 e 1904; 1913 e 1915. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

447 - Livro de Batismo de 1903 a 1904. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

ciais, uma vez que, nas questões testamentárias, os afilhados, geralmente, recebiam seu quinhão, como ocorreu com João José Pedreira de Cerqueira, filho natural de Manoel Pedreira de Cerqueira e Maria Angélica de Jesus. Em seu testamento, deixou para seu afilhado, Manoel Inácio Pedreira, um quinhão de terras na fazenda Sobrado. Para a afilhada Sergia, filha de Manoelina Pedreira, 300 mil réis. Para as sobrinhas Sabrina Pedreira e Joana Pedreira, filhas de seu finado irmão Felipe Pedreira Cerqueira, 300 mil réis. Para os filhos de seu compadre Manoel Mariano de Freitas – Virgínia, Ascelina, Maria Clementina e Severiano –, a quantia de 200 mil réis. Para a afilhada Maria, filha de Alberto Alves Ferreira, o valor de 100 mil réis. Para a afilhada Maria Gerturdes, escrava de sua mãe, deixou a quantia de 200 mil réis.<sup>448</sup>

Tudo leva a crer que João José Pedreira de Cerqueira não era um grande proprietário fundiário, já que o testamento não incluía extensas propriedades, casa, bens de raiz, gado e móveis, apenas um quinhão de terra e uma quantia em dinheiro. Levando em conta o testamento de João, é possível sugerir que outros proprietários fundiários também distribuíram quantias dos seus bens entre seus afilhados.

A família Cazumbá batizou muitas crianças no período correspondente. Aos 7 dias de junho de 1903, Marcolino Cazumbá e Benivuta Machado da Silva batizaram Gregório, sete meses, filho natural de Lourença Maria da Silva.<sup>449</sup> Encontrei a certidão de Guimar, nascido em 2 de setembro de 1914, filho legítimo de Clarinho José dos Santos e de Teófila Madalena dos Santos, batizado por Luiz Cardozo Cazumbá e Clementina Pereira.<sup>450</sup> No tocante ao batismo de crianças da família Cazumbá, nada foi apurado entre os registros. Esse fato denota que nem todas as crianças eram batizadas na época em foco.

A constituição desses laços afetivos e de apadrinhamento, no início do século XX, permanece seguindo a tradição social construída no período escravocrata. Relevante sublinhar, que tal tradição teve

---

448- Testamento de João José Pedreira de Cerqueira, 1887. BAHIA, Arquivo Público do Estado da Bahia, Provincial.

449- Livro de Batismo de 1903 a 1904. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

450- Livro de Batismo de 1913 a 1915. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

sua parcela de contribuição para que muitos indivíduos egressos da escravidão continuassem em contextos muito parecidos aos que viviam anteriormente à abolição. Contrariando as permanências, ampliou-se a interação entre os sujeitos, ligando-os por laços de família, parentesco, relacionamentos afetivos e comunitários, o que acabou por legar situações complexas e extraordinárias. As diversas tramas socioafetivas nas quais os sujeitos de cor estavam inseridos, sobretudo as de compadrio, através de conexões espirituais instituídas no ato do batismo, uniam definitivamente o batizando e seus padrinhos, e estes aos pais da criança, sendo tais laços levados para fora do âmbito da Igreja, infiltrando-se na vida social dos envolvidos.<sup>451</sup>

Portanto, a conjuntura acima exhibe alguns pontos que ligavam as experiências dos indivíduos anteriores e posteriores à abolição. Tais indivíduos aparecem envoltos em uma complexidade de relações: escravos, ex-escravos, rendeiros, livres, libertos, pequenos produtores, compradores, vendedores, proprietários, realizando hipotecas, comprando alforrias, bem como na condição de pai, mãe, filho, sobrinho, tio, avó, padrinho, afilhado, compadre, e, ainda, como réu, testemunha, vítima; tudo isto em contextos sociais diversos.

Assim, as transformações ocorridas nos últimos anos do século XIX, especialmente a abolição da escravidão, fazem estes sujeitos se deslocarem para múltiplas direções. Alguns residindo e cultivando terras de seus antigos senhores, como trabalhadores rendeiros/amásias/filhos – nessas novas vivências formam ou mantêm suas famílias. Vários abandonam as fazendas em que eram cativos; outros constroem laços afetivos com escravas, reconhecem filhos, compram terras, tornam-se pequenos proprietários, produtores de fumo e de gêneros de subsistência. Por fim, viúvas e filhos lutam judicialmente para manter a posse de suas propriedades.

---

451- GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. SCHWARTZ, Stuart. B. Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia. In: SCHWARTZ, 2001.

É sob esta perspectiva que analisei a compra de terras, na última década da escravidão e posterior à abolição, pela família Cazumbá. Tal compra não é um fato isolado na Freguesia de São Gonçalo dos Campos no final do século XIX. Contudo, o caso de João Cardozo Cazumbá encerra em si as grandes linhas deste trabalho, que tem como objetivo analisar e discutir bens, terras, produção agrícola, demografia e mão de obra escrava e livre.



## Os Cazumbá no pós-abolição

A partir de 1874 aparece no contexto dos documentos cartoriais o nome de João Cardozo Cazumbá, o ancestral da família que levaria sucessivas gerações a este sobrenome. Não encontrei dados a respeito do seu nascimento ou da sua chegada à Freguesia; no entanto, conforme certidão de óbito, de 1891, com 64 anos,<sup>452</sup> é possível julgar que ele tenha vindo ao mundo em 1827, na primeira metade do século XIX, período recheado de mudanças e conflitos no Recôncavo<sup>453</sup> e de preocupações acerca de ameaças de quilombos entre os senhores escravagistas da Freguesia.<sup>454</sup> Proprietário de terras, plantou, colheu e comercializou seus produtos, fumo e farinha, deixando para seus herdeiros as terras que havia adquirido mediante compras.

Daí começa uma série de fatos que sucede sua aparência nos registros oficiais. Confessou no registro de perfilhação, de 9 de abril de 1888, que, com Rita Gonçalves de Oliveira, escrava de Antônio Gonçalves de Oliveira, manteve laços afetivos e por isto tiveram oito filhos, reconhecendo-os como legítimos herdeiros: Marcolino, Gonzalo, Vicente, Francisco, Manuel, Joanna, Joaquina e Claudina.<sup>455</sup> Neste documento, foi declarado ao escrivão do tabelionato, Hermógenes Pedreira Daltro, seu estado civil, solteiro, diferentemente do que revelam a certidão de óbito<sup>456</sup> e a procuração feita pela viúva Rita Gonçalves de Oliveira, em 1891,<sup>457</sup> constituindo Honório Alves Pereira como seu procurador para representar as avaliações, aceitá-las

---

452 - Certidão de óbito.

453 - SILVA; REIS, 1996.

454 - CARVALHO, Maria Cristina Machado de. Os discursos das autoridades escravistas nos documentos do século XIX. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. II SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS – SEF: FEIRA DE SANTANA. 2007, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: Quarteto, 2007. p. 343-350.

455 - Perfilhação de João Cardozo Cazumbá, 1888. BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro do Tabelionato n. 8 (1887 a 1891). p. 29.

456 - BAHIA, Livros de Óbito/1891. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

457 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro de n. 9. p. 43.

e impugná-las no inventário amigável em judicial dos bens deixados pelo seu falecido marido, João Cardozo Cazumbá.

Os laços afetivos de João Cazumbá com Rita Gonçalves entroncam-se na condição social daqueles indivíduos no regime escravocrata, haja vista que o nascimento era determinado pelo ventre materno: filho de pai escravo com mãe liberta designava liberdade; porém, mãe escrava e pai livre definiam o nascimento sob o jugo do cativo.<sup>458</sup> Essas relações demonstram que os laços familiares “prendiam” os libertos à estrutura escravista. Se um homem livre nutria vínculos afetivos com uma mulher escrava é porque ele se mantinha por perto daquela relação, possivelmente residindo fora da senzala, quiçá até continuando a servir ao senhor em troca de abrigo e proteção, ou mesmo trabalhando próximo à fazenda em que era escrava.

Observando de maneira detalhada aquele espaço, é possível perceber como as relações foram construídas. Antônio Gonçalves de Oliveira (proprietário de Rita), em 1857, declarou, no primeiro registro, possuir terras na Fazenda Terra Dura, adquiridas por trocas com José d’Oliveira Borges e sua esposa, Maria Bernardina, além da fazenda denominada Candéal, a qual comprou do Tenente Antônio José de Oliveira e sua esposa, Luiza. Sem distinção das propriedades, aponta os limites: ao Sul, com terras de outra fazenda do mesmo possuidor; Norte, com terras da fazenda Cruz, pertencente à Elena Maria da Cruz, viúva de Antônio Lourenço; Leste, à estrada real

---

458- MATTOSO, 1990. SLENES, 1999. SLENES, Robert. Lares negros, olhares brancos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, mar./ago. 1988. SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio/ago. 1987. SCHWARTZ, 1988. MOTTA, José Flávio. Família Escrava: uma incursão pela historiografia. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 104-159, jun. 1988. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas no século XIX. *Revista da USP*, n. 28, p. 175-193, dez. 1995/fev. 1996. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. 130 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

que vem da cidade de Cachoeira para Feira de Santana dos Olhos d'Água; e pelo poente, com as fazendas até o Rio Jacuípe.<sup>459</sup>

Em outro registro, Antônio Gonçalves informou que possuía terras na fazenda Tabuleiro do Gandú, as quais ele herdou do finado José Ferreira de Coutto e sua mulher, cujas demarcações são: pelo nascente, através da estrada Real que liga Cachoeira à Vila de Feira de Santana dos Olhos d'Água; pelo sul, com terras da fazenda Paixão, de João Ferreira da Cruz; pelo Norte, com terras da fazenda Terra Dura, do mesmo possuidor, isto é, Antônio Gonçalves; pelo poente, com terras da fazenda Tabuleiro, que foi de João Borges Falcão e pertencente (1857-1859) ao genro Manoel Joaquim de Oliveira; com fundos até o Rio Jacuípe.<sup>460</sup>

Em outro registro, Antônio Gonçalves afirma possuir terras num lugar denominado entrada para o Beco do Carangueijo, que vem do largo da Quitanda, no Arraial de São Gonçalo; tem-nas por herança de seus pais, Manoel Gonçalves de Coutto e sua mulher, sendo doadas a eles pelo finado Manoel Borges Falcão e sua mulher, Maria Anunciação Borges, demarcadas pelo Norte, com as casas do Tenente Antônio José de Oliveira; pelo nascente, com terras de Antônio Joaquim Correia da Silveira e Souza; pelo poente, com propriedades que foram do finado Capitão Luís Martins Soutto; e pelo Sul, com os fundos para terras foreiras.<sup>461</sup>

No quarto registro encontrado, Antônio Gonçalves de Oliveira declarou possuir quatro braças de terras no arraial da Freguesia, na Avenida São Benedito, onde tem edificadas suas casas. Quanto à aquisição destas terras, duas braças foram através de compras feitas a Manoel Gabriel Cerqueira e sua mulher; as outras duas braças, a Anna, viúva de Pedro Pereira da Silva Daltro. As demarcações são:

459- BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro n. 4807 (1857-1863).

460- BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro n. 4807 (1857-1863).

461- *Ibid.*

pelo Norte, confrontando com as casas do finado José Alves d'Oliveira, pertencente a seus herdeiros; pelo nascente, com o sobrado de João Cerqueira d'Oliveira; pelo poente, com terras da Irmandade de São Benedito; e pelo Sul, com o valado da fazenda dos herdeiros do finado Alferes João de Macedo Peixoto.<sup>462</sup>

Geograficamente descritas, nota-se que as terras compradas por João Cardozo Cazumbá se situam no mesmo local onde se encontram as terras de Antônio Gonçalves de Oliveira, o que deixa subtendidas a proximidade e a construção de laços afetivos com a escrava de Antônio. Constata-se, por conseguinte, que a escravidão não impedira aqueles sujeitos de estabelecerem famílias, amizades, “fios da vida”,<sup>463</sup> inserindo-se nas redes sociais e de solidariedades.

Outro ponto de investigação refere-se à origem de João Cazumbá. Se esta palavra é oriunda do banto, como foi visto no primeiro capítulo, é relevante compreender que as práticas desenvolvidas por esses sujeitos remontam à tradição constituída na África. Como foi averiguado por Slenes,<sup>464</sup> entre os escravos de origem banto, nos finais do século XVIII até 1850, no sudeste do Brasil, conservaram-se as heranças culturais provenientes da África Central, especialmente Angola, Congo e Carolina do Sul, entre os *ovimbundu*, *bakongo* e os *mbundu*.

Slenes<sup>465</sup> adverte que os escravos de ascendência banto construía laços matrimoniais que viabilizavam recriar rituais tradicionais de matriz africana – como a família/linhagem –, os quais garantiam um presente vivido à luz do passado, proporcionando-lhes tecer pro-

---

462 - *Ibid.*

463 - PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: Trajetórias de escravos libertos no Alto Sertão da Bahia: Rio de Contas e Caetité (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

464 - Slenes, com base nos estudos demográficos, relê os relatos dos viajantes do século XIX sobre o Sudeste e mostra, através do olhar branco, a vida sexual e familiar patológica dos escravos, mas também de um lar negro. A compreensão do lar negro passa, nos relatos analisados pelo autor, por uma visão mais aprofundada do encontro entre a herança cultural africana e a experiência do cativo. Ver: SLENES, Robert. *O lar e a roça na vida escrava*. In: SLENES, 1999.

465 - *Ibid.*

jetos de vida, aperfeiçoar a visão de economia moral e aglutinar sua comunidade, abrindo esperanças para um futuro digno. Ademais, gravavam questões materiais pertinentes à produção de manufatura doméstica, do trabalho nos dias de folga, da conquista de direitos e de produção de uma pequena poupança, solidificando, nestes termos, a determinação coletiva de colocar limites à exploração senhorial.

Assevera Slenes,<sup>466</sup> portanto, que as experiências em torno do lar e da roça despontam o cotidiano à luz de sua herança cultural e, mais importante ainda, possibilitam condições para (re)criar uma cultura e uma identidade próprias à família e à roça, simbolizando a continuidade da linhagem do grupo e de suas origens num ancestral fundador. A partir desses elementos, duas interpretações podem ser traçadas. A primeira diz respeito à possibilidade de João Cardozo ter sido escravo (de origem banto – assunto que carece de maiores investigações) em algumas das fazendas do entorno, ambiente onde conheceu Rita no seu tempo de cativo e com ela manteve laços afetivos expressivos de experiências matriciais africanas para a constituição familiar. A segunda opção, que sugere o caminho desenhado por um homem livre, rendeiro, residente em uma das fazendas de Antônio Gonçalves de Oliveira, ou em outras próximas, lidando na roça de fumo, e conheceu Rita, com quem estabeleceu ligações amorosas, gerando oito filhos.

Os debates sobre essa relação estimulam muitas reflexões, oferecendo uma série de teses, pois, ao mesmo tempo em que seus fios de vida estão entrelaçados com o cativo, ele compra o escravo “João, preto, de idade de 19 anos, mais ou menos, solteiro, serviços da lavoura” das mãos de Dona Anna Joaquina Ferreira de Cerqueira, em 1885, pelo preço de 350 mil réis.<sup>467</sup>

Esse quadro, em que a identidade de João Cazumbá se encontra entroncada em conexões afetivas com uma escrava e em que

---

466 - *Ibid.*

467 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro do Tabelionato n. 4. p. 74.

ele é dono de um cativo, exibe uma dinâmica costumeira entre os libertos. É possível encontrar, na primeira metade do século XIX, naquela freguesia, famílias de libertos proprietários de terras e escravos. Este exemplo foi mostrado no capítulo anterior por meio da diversidade de relações mantidas pelos indivíduos e grupos sociais que transitavam no espaço das fazendas fumageiras da região. A aquisição de cativos destaca a mobilidade e a inserção social de um liberto, ou mesmo de uma pessoa de cor que viveu em São Gonçalo dos Campos durante o século XIX, tendo sido alforriado ou libertado do jugo da escravidão, que se transformou em senhor de escravos. É possível alegar ainda, que as aquisições feitas por João Cardozo Cazumbá tenham sido facilitadas pelo cultivo de gêneros de subsistência e de pequenos animais domésticos voltados para o complemento alimentar – tarefas costumeiras entre os escravizados e libertos –, sendo o excedente vendido aos senhores ou nas feiras semanais,<sup>468</sup> contexto exibido em capítulos antecedentes, o que gerava um pequeno lucro financeiro e viabilizava a compra de possessões fundiárias e de mão de obra escravizada.

Dessa maneira, a produção fumageira e dos gêneros de subsistência ajuda a compreender a inclusão de indivíduos de cor no palco marcado pela vivência da servidão e a sobrevivência nas relações de liberdade durante e após a abolição. Estes sujeitos construíram e reelaboraram, ao longo do tempo, todo um modo de vida e de conhecimento coletivo em torno da produção agrícola, que se compôs como elemento aglutinador de suas experiências cotidianas, de sua cultura e de suas histórias de vida, como é possível observar no depoimento, situado abaixo, de Seu Teófilo Cazumbá, terceira geração, ao relatar o trabalho de ascendentes na roça.

[...] A vida na roça, o que meu pai dizia? Ah, eles capinavam, plantavam fumo, plantavam mandioca, feijão, milho, batata, faziam farinha, mexiam, vendiam, faziam beiju. Eles iam para roça bem cedo, acordava de ma-

468 - FRAGA, 2006, p. 43. CHALHOUB, 1990. SCHWARTZ, 2001, p. 99. BARICKMAN, 2003. POPPINO, 1998.

drugada. Cava a cova, depois que o fumo tava saindo o olho, capava. Quando tava no tempo certo de cortar, ia para cortar. Todos os filhos ajudavam, ele dizia pra gente que ele e os irmãos trabalhavam assim com o pai deles. Todos iam para a roça trabalhar. É trabalho! Na casa de farinha com o rodo: vai pra lá, vai pra lá, vem pra cá, vem pra cá, até farinha torrar [...].

Este trecho do testemunho de Teófilo Cazumbá se refere a uma rotina intensa de trabalho na roça, sobretudo nos momentos em que se davam o cultivo do fumo e a produção de farinha. Sua memória aponta para um passado de lembranças das histórias ora contadas por seu pai, ora de suas vivências de infância. Estas práticas costumeiras subentendidas em seu depoimento, dirigidas à produção fumageira, insinuam a relação tradicional da família com a roça. Observa-se, em sua fala, que o cotidiano de trabalho entre a linhagem era uma experiência transmitida de geração a geração. Silva<sup>469</sup> expõe que os informantes em sua pesquisa rememoram a família Cazumbá entre as diversas relações de seu dia a dia nas atividades na roça, vivências adquiridas pelo costume, passadas entre as gerações.

Independentemente de qual tenha sido a condição social de João Cardozo Cazumbá, as pistas, alusivas aos seus descendentes, filhos de uma escrava, exibem uma identidade marcada pela experiência do cativo. Igualmente, os traços raciais, bem lembrados pelos contemporâneos da segunda e terceira geração, distinguem-no naquele contexto social:

[...] Os negros Cazumbá eram todos arrumados... eu casei com Mathias Cazumbá, o pai dele era Manoel Cazumbá. Meu sogro mesmo tinha fazenda, gado, porco, galinhas, terras [...] Naquele tempo, Cazumbá andava de linho branco, sapato branco no pé, como doutores... Acabou-se os Cazumbá mais velhos, jogaram tudo fora, acabou-se tudo...<sup>470</sup>

Eu era garoto, tinha mais ou menos quinze anos de idade, lembro de quando Dona Lélia passava na rua, era

469- SILVA, 2011.

470- Entrevista com Maria da Invenção Cazumbá, 78 anos, concedida em 27 de fevereiro de 2011, realizada por: José Bento Rosa da Silva e Jacimara Souza Santana. In: *ibid.*

uma atração, todo mundo admirava. Era muito bonita, tinha uma altivez... Era muito respeitada, era uma negra, mas muito respeitada. Tinha uma chácara nas proximidades de onde hoje é o estádio de futebol [...]. Os Cazumbá sempre foram pessoas muito consideradas em São Gonçalo: bancários, advogados, professores. Tinha uma escola de alfabetização na rua São Benedito que era dos Cazumbá. Quando eu fui secretário de Educação, tinha muitos professores Cazumbá.<sup>471</sup>

Nas narrativas, os informantes destacam racialmente os Cazumbá, salientando a sua condição de cor e a posição social de proeminência material e simbólica que ocupavam na cidade. Deste modo, escapam das memórias e dos documentos cartoriais os movimentos sociais da segunda e terceira geração desta família, possibilitando o vislumbamento do espaço em que viviam.

### **Segunda e terceira geração dos Cazumbá**

Em 5 de fevereiro de 1891 morreu João Cardozo Cazumbá, com 64 anos de idade, de moléstia interna.<sup>472</sup> Na ocasião, a esposa, Rita Gonçalves Oliveira, como cabeça, constituiu Honório Alves Pereira seu procurador para representá-la na repartição dos bens. O ato de partilha de 18 de março de 1891 anexa um pedido de embargo contra a invasão de suas terras pelos vizinhos (será discutido adiante), informa o nome dos herdeiros, o valor total dos bens e a quantia destinada a Rita Gonçalvez Cazumbá, Gonçalo Cardozo Cazumbá e Joana Cardozo Cazumbá, partes interessadas no processo de embargo.

O valor dos bens deixados por João Cazumbá foi de 5.800,00 (cinco contos e oitocentos mil réis). A viúva recebeu a quantia de 2.760.634 (dois contos e setecentos e sessenta mil e seiscentos e trinta e quatro mil réis), a outra parte foi dividida igualmente entre os

---

471 - Edivaldo da Silva Daltro, 69 anos, professor aposentado, hoje é proprietário de uma papelaria. Foi Secretário de Educação de São Gonçalo dos Campos. É um pesquisador sobre a História de São Gonçalo, sobretudo com relação ao padroeiro, São Gonçalo do Amarante. In: SILVA, 2011.

472 - BAHIA, Livros de Óbito/1891. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

oito filhos. Ficando a meação distribuída da seguinte maneira: recebeu a viúva 300,00 réis pela casa de morada da fazenda Cruz, avaliada em 400,00 réis; 375.938 réis nas terras da fazenda, avaliada em 700,00 réis. Também recebeu os acessórios da fazenda – uma prensa de enfardar fumo e um carro mensurado em 50 mil réis cada; as cercas do valado da fazenda, por 60 mil réis; oito bois de carro, avaliados em 300 mil réis; um sobradinho, situado na Vila de São Gonçalo, por 250 mil réis. Recebeu, ainda, 894.694 réis nas terras da fazenda Vargem, avaliadas em 1.794.00 réis; cercas e valados desta fazenda, por 200 mil réis; e 178.124 réis por direito titular.<sup>473</sup>

Gonçalo Cardozo Cazumbá recebeu 234.602 réis nas terras da fazenda Cruz, avaliadas em 300 mil réis, e três bois, no valor de 90 mil réis. Já Joana Cardozo Cazumbá ficou com 100 mil réis na casa de morar, da fazenda Cruz, avaliada em 400 mil réis; 100 mil nas terras da mesma fazenda, avaliadas em 700 mil réis; três bois, por 90 mil réis; e 34.602 réis da cabeça do casal.<sup>474</sup> Os demais filhos não estão abrangidos neste documento. Infelizmente, esta exclusão deixa uma lacuna para ser preenchida por meio de comparações e suposições. Sendo assim, pode ser sugerido que os demais filhos receberam partes iguais, entre si, das terras da fazenda Cruz e Vargem, dos acessórios, do gado e das benfeitorias.

Portanto, através dos dados descritos acima, nota-se que a família fazia parte dos pequenos proprietários de terras de São Gonçalo dos Campos. Observa-se, como já mencionado, a relação com a terra, a produção de fumo, mandioca e a criação de bois, comum entre os possuidores desta região. Contudo, a singularidade e a complexidade desta experiência residem nos caminhos sinuosos que a família em questão trilhou e no alcance da liberdade por meio da compra de terras, diferentemente daqueles que continuaram submetidos às relações de rendeiros nas fazendas em que foram escravos.

473- Ato de Partilha de João Cardozo Cazumbá, 1891, Arquivo do Fórum João Mendes, São Gonçalo dos Campos.

474- *Ibid.*

A peculiaridade dos Cazumbá talvez se traduza não na condição que traziam por causa da escravidão, que lhes era comum, mas, sim, por continuarem nas proximidades da fazenda em que a mãe era cativa, relacionando-se com o antigo senhor e mantendo ligações com uma parcela dos anteriores donos de terras e escravos, agora, na conjuntura da liberdade, outrora alcançada pela segunda geração. Isto é constatado na assinatura de Antônio Gonçalves de Oliveira (nome do senhor de Rita Gonçalves de Oliveira), representando Claudiana Cardozo Cazumbá, na partilha, por ela não saber ler nem escrever.

Outros proprietários de terras, provavelmente brancos, assinaram a rogo para a viúva e para os filhos de João Cardozo Cazumbá. A rogo de Rita assinou Onorório Alves Pereira; de Joaquina Cazumbá, José Joaquim de Oliveira; de Francisco Cazumbá, assinou Manoel Ferreira de Oliveira; de Gonçalo Cazumbá, Galdino Gonçalves de Oliveira; de Vicente Cazumbá, Cândido Gonçalves de Oliveira; de Joana Cazumbá, José Ferreira de Oliveira; e de Manoel Cazumbá, Joaquina Ferreira de Oliveira. Marcolino Cazumbá assinou por si mesmo.<sup>475</sup> Por intermédio dos sobrenomes é possível identificar esses sujeitos em outros momentos cruzando experiências com a família. Manoel Ferreira de Cerqueira, por exemplo, comprou a fazenda com João, e Ana Joaquina Ferreira de Cerqueira lhe vendeu o escravo. É admissível que os demais tenham algum parentesco com Antônio Gonçalves, uma vez que trazem o mesmo sobrenome. Em outros termos, tais arranjos simbolizam o prestígio social conquistado pelo tronco da família e que continua sendo acionado por seus descendentes ao estabelecerem contatos com a sociedade.

Assim, no dia 2 de fevereiro de 1895, Rita Gonçalves Cazumbá, Gonçalo Cardozo Cazumbá e Joana Cardozo Cazumbá solicitaram ao Juiz Preparador, Doutor Manoel Bernardos Calmon, através do advogado Cristóvão Teles Barreto, que embargasse a invasão das

---

475- Ato de Partilha de João Cardozo Cazumbá, 1891, Arquivo do Fórum João Mendes, São Gonçalo dos Campos.

terras, feita pelo vizinho Francisco Lourenço de Almeida e pela sua mulher, D. Angélica de Almeida, derrubando as matas da Fazenda Terra Dura. Também solicitaram que o casal lhes indenizasse com dois contos e quinhentos mil réis em decorrência dos estragos causados.<sup>476</sup>

Alegaram que seus terrenos eram melhores, por isso o casal os estava invadindo. Declararam que as terras foram herdadas do marido e do pai, por ocasião da morte; todavia, possuíam, mediante compra, 33 braças e meia de terras, em 30 de maio de 1874, a dona Maria Joaquina Silva, viúva de Antônio José da Silva, pela quantia de 300 mil réis. Destacaram que os limites estavam bem demarcados: a nascente era fronteira à estrada Real; ao Sul, fazia limite com as terras de Antônio Gonçalves de Oliveira; ao poente, com o Rio Jacuípe; e ao Norte, com terras de Helena Maria da Cruz,<sup>477</sup> não havendo dúvida no tocante às suas possessões.

O juiz solicitou ao oficial de justiça, Saturnino de Couto Ferraz, que entregasse a intimação ao casal a fim de embargar a invasão e, ao mesmo tempo, tê-lo na audiência no dia 15 de fevereiro de 1895, para um acordo entre as partes. Na entrega do ofício, o oficial pôde observar a obra e declarou que “encontrou na fazenda Cruz uma porção das terras roçadas na extensão de cinco tarefas, mais ou menos, frente com medidas com mesmo comprimento”.

Embora tenha recebido o ofício, Francisco não compareceu à audiência. Rita, Gonçalo e Joana comprovaram que eram possuidores das terras, incluindo ao processo o ato de partilha, bem como utilizaram testemunhas: Estevão Alves Brandão, 40 anos de idade, morador da freguesia; José Menezes Borges, 41 anos de idade, solteiro, natural e morador do termo; Manoel Clementino Bispo, 30 anos, solteiro, lavrador, natural e morador do termo; Anselmo Bispo, 65 anos, viúvo, lavrador, natural de Conceição da Feira, morador de São Gonçalo dos

476 - Termo de Embargo, Rita Gonçalves Cazumbá, Joana Cardozo Cazumbá e Gonçalo Cardozo Cazumbá, 1895, Arquivo do Fórum João Mendes, São Gonçalo dos Campos.

477 - *Ibid.*

Campos; Francisco Machado Cerqueira, 55 anos, solteiro, lavrador, nascido e morador na freguesia; Policarpo Ferreira de Sant'Anna, 33 anos, casado, lavrador, natural e morador desta vila.

As testemunhas declararam que a família Cazumbá era possuidora das terras e que a aquisição se deu através das compras realizadas por João Cazumbá. Acrescentaram que Francisco Ferreira de Almeida (conhecido como Francisco Lourenço) não só invadiu as terras pertencentes aos Cazumbá como desobedeceu às ordens judiciais de embargo às obras feitas pelos operários do casal. Reforçando, Policarpo afirmou que ele morava no sítio denominado Rancho do Salgado, o qual fazia parte da fazenda Cruz e, portanto, é testemunha de que Francisco Lourenço continuou com as obras no roçado, mesmo depois dos três embargos.

No dia 19 de fevereiro, foi certificado, pelo oficial de justiça Gil Raimundo de Menezes, que Francisco Lourenço, sua mulher e seu rendeiro Raimundo de Tal estavam cientes de tudo. Depois de todas as comprovações, era certo que a família ganharia a causa judicial, restando a Francisco pagar a quantia pertinente aos danos causados, como as despesas com os autos – engano. Francisco Lourenço respondeu o inquérito declarando que estava enfermo, sendo este o motivo de não ter conhecimento a respeito das intimações judiciais. Afirmou que se chamava Francisco Ferreira de Almeida e não Francisco Lourenço de Almeida, sendo esta, alega ele, a segunda razão pela qual não compareceu às audiências. Argumenta, ainda, que na cidade não possuía advogado, e por isso desejava fazer sua própria defesa.

Na defesa, Francisco contesta a posse das terras pela família. Afiança que João Cardozo Cazumbá comprou uma pequena parte das terras, e, portanto, as possessões declaradas pela viúva e pelos filhos não são reais. Afirma que na folha três do processo vê-se uma escritura constando a compra de trinta e três braças e meia das terras por João Cazumbá, restando 17 braças pertencentes aos her-

deiros da vendedora D. Maria Joaquina. Assevera que este restante não pertence aos Cazumbá, e que não houve demarcações dos limites nas ditas terras e matas concernentes à fazenda Terra Dura e à fazenda Cruz. Francisco constituiu sua defesa sem expor qualquer prova que evidenciasse a veracidade de sua argumentação. Neste contexto de acusação e defesa, aparece, anexo ao ato de embargo, um documento a rogo de Rita e seus filhos desistindo do processo. Não é sabido se este documento é verdadeiro; tudo indica que tal documento foi manipulado por Francisco Lourenço.

Rita, Joana e Gonçalo Cazumbá reabrem o processo esclarecendo que o termo de desistência não foi assinado por pessoas a pedido deles, sobretudo porque não constava, entre os assinantes, o filho e irmão, respectivamente, Marcolino Cardozo Cazumbá, em quem confiavam e quem sempre assinava seus documentos. Constam no termo de desistência as assinaturas a rogo de Rita Cazumbá por Firmino Borges Falcão; de Gonçalo Cazumbá, por Felipe Borges Falcão; e de Joana Cazumbá, por José Pedreira de Cerqueira. Depois desta alegação, retornei aos demais documentos para verificar se era um costume aqueles sujeitos assinarem a rogo para a família. No próprio auto, notei que não constavam assinaturas dos Falcão nos documentos anteriores. Sem provas suficientes, o processo foi reaberto e conduzido à comarca de Cachoeira. No entanto, a família Cazumbá perdeu a causa, restando pagar todas as despesas do processo.

Um aspecto curioso relacionado à família escolhida é o fato de que, nas trajetórias de seus membros, ao longo de gerações, constatam-se diversos movimentos ligados a terras naquela comunidade. Após a geração de João Cardozo Cazumbá, os descendentes que permaneceram na fazenda Cruz passaram por diversos conflitos para assegurar a posse dela. Houve até acordo para que as disputas e a invasão de territórios cessassem. Nesse aspecto, a família protagonista deste estudo parece abarcar – em suas experiências

cotidianas – diferentes fluxos sociais em torno da propriedade de terras, dando outro sentido à ideia de liberdade. Infelizmente, a falta de documentos não permite rastrear as múltiplas relações dos sujeitos; apesar disso, seguirei reconstruindo a atuação dos filhos de Cazumbá na obtenção de terras nos anos finais do século XIX até 1920.

Conforme registros cartoriais, a segunda geração continuou comprando terras próximas ou dentro dos limites das propriedades adquiridas por João Cardozo Cazumbá. Como exemplo disso, têm-se as compras feitas por Marcolino Cardozo Cazumbá: em 27 de abril de 1892, ele comprou de Francisco Pedro da Silva, casado com Joanna Maria de Jesus, uma casa localizada na Rua Conde d’Eu, número 12, coberta de telhas, com uma porta, duas janelas na frente e duas braças e meia de frente e dez de fundo, em terreno parceiro,<sup>478</sup> pertencendo a Antônio de Figueiredo Mascarenhas, pela quantia de 300\$000 réis.<sup>479</sup> Apesar de a construção ser sofisticada, diferenciando-se das moradias mais simples, a casa não fora estabelecida em terreno próprio, mas de um terceiro possuidor.

Três anos depois, em 12 de julho de 1895, Vicente Cardozo Cazumbá comprou uma posse de terras de lavoura, com casa de morar, na fazenda Cruz pela quantia de 300 mil réis, de Apolinário Julião Ferreira e sua mulher, Elisbana Mendes Ferreira.<sup>480</sup> De acordo com a descrição no registro, as terras possuíam:

[...] setenta e cinco braças de largura, e o comprimento principiando do vallado da fazenda Cruz até o riacho do “Acu” onde se acha o rumo e por outro lado, dividindo-se com as terras da fazenda “Cruz”, vendem a dita posse de terras com a casa de morar.<sup>481</sup>

Por certo, os filhos queriam aumentar suas posses com novas aquisições de terras. Para além da vida nas lavouras de fumo, de

478 - O terreno parceiro era aquele que não era vendido, apenas a casa.

479 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro n. 11. p. 53-54.

480 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro n. 9. p. 74-75.

481 - *Ibid.*

gêneros de subsistência e da criação de gado, havia uma heterogeneidade de ações que davam significados às relações sociais para o desencadeamento da liberdade. Mesmo a sociedade clássica, em que floresceu uma diversidade de propriedades rurais – com a presença de pequenos lavradores, rendeiros, meeiros, agentes egressos da escravidão –, impunha aos libertos, em 1888, e a seus descendentes, laços de dependência com os antigos possuidores locais. Consequentemente, a compra de propriedades fundiárias representava liberdade, autonomia no estabelecer de novos modos de vida e ritmos de trabalho, descanso, cultura e ética familiar e soberania da unidade doméstica.<sup>482</sup>

O próprio fato de João Cardozo Cazumbá ter acumulado um cabedal suficiente para adquirir terras, além de ter reconhecido os filhos que tivera com uma escrava, e de Rita ter adotado o sobrenome Cazumbá, feito procuração e inventariado os bens deixados pelo marido constituem elementos de excepcionalidade no que diz respeito aos demais que ali viviam. Se não se trata de uma situação incomum, tampouco era generalizada entre os ex-escravos e descendentes da região.

Os descendentes prosseguiram adquirindo terras. No ano de 1896, Manoel Cardozo Cazumbá – lavrador, também filho de João Cardozo Cazumbá com Rita Alves Gonçalves – comprou, de Venceslai Pereira de Sena, um sítio denominado Cruz, com terras próprias para lavoura, casa e benfeitorias, pela quantia de 530\$000 réis. O terreno se dividia pela frente com a Estrada Real da Feira de Sant'Anna e, pelo fundo, com a Estrada de Ferro da Cachoeira a Feira; por um lado, fazia limite com o corredor divisório das terras de Chico Lourenço e com os herdeiros de Cazumbá, e, pelo outro lado, com as terras de Vicente Cazumbá.<sup>483</sup> Neste registro, de maneira literal, verifica-se a proximidade entre os terrenos da família. Na descrição, as terras do sítio Cruz fazem divisão com as terras dos herdeiros Cazumbá.

482- FRAGA, 2006. RIOS; MATTOS, 2005. MATTOS, 2005. RIOS; MATTOS, 2007.

483- BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 13. p. 18.

Continuando a análise, é possível ter uma melhor compreensão do valor da terra para os membros da família. Era importante a obtenção de posses fundiárias, mesmo que não possuíssem recursos materiais para isto. O caso de Manuel Cazumbá, descrito no parágrafo acima, é um exemplo neste cenário. Manuel aparece comprando o sítio Cruz; o destaque, porém, é que ele não possuía dinheiro para pagar a quantia, hipotecando o referido sítio pelo valor de 448\$000 réis, a Francisco José Pedreira, negociante e proprietário fundiário. O empréstimo foi firmado pelo prazo de um ano; vencendo o prazo, entraria o juro de 1% ao mês até total reembolso.<sup>484</sup>

As compras das terras constituíam uma ocorrência entre os descendentes de João Cazumbá. Assim como os fazendeiros, lavradores e negociantes abastados da cidade, eles, ao mesmo tempo, incorporavam, ao patrimônio, os utensílios que faziam parte das fazendas fumageiras, tais como armazéns, casas de farinha, acessórios, benfeitorias, entre outros. Ainda mantinham, em suas propriedades, rendeiros, utilizando-os como mão de obra livre nas diversas atividades agrícolas. Igualmente, realizavam o trabalho familiar do pequeno lavrador, presente em meio à multiplicidade das camadas sociais ligadas à terra, exceto a dos possuidores de grandes propriedades.

Assim, em 20 de março de 1898, Manoel Cardozo Cazumbá comprou uma casa no lugar chamado Cruz, no valor de 600\$000 réis, de Francisco Ferreira de Almeida e sua mulher, Angélica Gomes Almeida. Esta casa, que estava situada nos terrenos dos herdeiros do finado João Cardozo Cazumbá, tinha cinco portas e duas janelas.<sup>485</sup> Impressionante é o valor da casa no terreno foreiro; em virtude da quantidade de portas, parece tratar de um imóvel grande. Outro ponto que merece questionamento é a presença do casal como morador em uma casa situada no terreno pertencente a João Cazumbá. Será que era um casal de rendeiros ou pequenos proprietários? Recorren-

---

484 - *Ibid.*, p. 19.

485 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 15. p. 28-29.

do aos registros anteriores, observa-se a existência de proprietários de casas em terrenos foreiros.

A escritura contém dados que informam que o terreno onde a casa fora edificada era de lavoura. Mesmo empreendida em uma hipoteca feita ao cidadão Joaquim de Oliveira Torres, em 4 de março de 1895, parte da dívida já havia sido paga, pagamento equivalente ao valor da casa, ao hipotecário.<sup>486</sup> A representação dos Cazumbá como família de proprietários, entretanto, não aniquilou os conflitos, como aconteceu com os demais possuidores, a exemplo do Ato de Embargo contra Francisco Lourenço aqui analisado. Soma-se a este o acordo a respeito das demarcações e limites das terras das fazendas Cruz e Terra Dura, em 05 de setembro de 1903.

Odilon Borges Falcão, proprietário da Fazenda Cruz, com Manoel Ferreira de Cerqueira e sua mulher, Maria Joaquina; Rita Cazumbá, Gonçalo Cazumbá e Joana Cazumbá, proprietários da fazenda Terra Dura; Tibúrcio Alves Barreiros e sua mulher, Dona Maria Guilhermina Barreiros, proprietários da fazenda Cruz, lavraram escritura delimitando as divisas de suas terras. Do documento, depreende-se que os Cazumbá fizeram concerto perdendo parte da lagoa Tanquinho e do acesso ao Rio Jacuípe.<sup>487</sup>

Verificam-se, abaixo, os traçados da planta original das fazendas e das demarcações em litígio.

Figura 9 – Planta feita pelo engenheiro Manoel Accioli Ferreira da Silva.



Fonte: Termo de demarcações e limites das terras das fazendas Cruz e Terra Dura.

486 - *Ibid.*, p. 28-29.

487 - Termo de demarcações e limites das terras das fazendas Cruz e Terra Dura, 1903. Arquivo Cartorial do Fórum Ministro João Mendes.

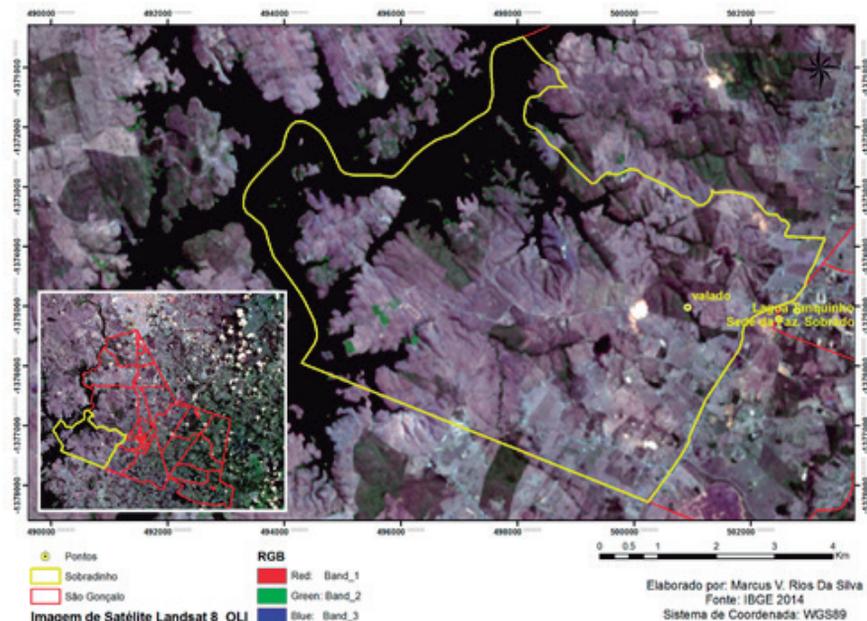
No termo, consta que, a partir daquela escritura, os limites das fazendas Cruz, Terra Dura e Cazumbá seriam os seguintes:

[...] partindo do corredor entre os dois valados pertencente a Odilon e os herdeiros de Cazumbá e segue rumo 70° NO até outro marco de pedra e mede 187 m. Dali seguindo com os mesmos 77° NO e pelo corredor outro marco de pedra, ficando a direção do rumo que mede mais 180.00 m. Continuando o referido rumo 74° NO e acompanhando e respeitando os valados chega a uma cerca de arame pertencente a Odilon, medindo 229.00m. Processeguindo na mesma direção marginais a dita cerca até o marco de uma pedra medindo 864.00 m. Neste ponto existe uma lagoa denominada Tanquinho, cujas margens está colocado o último marco. Ai pertencentes aos herdeiros confinantes, acordaram fazendo o desvio Este 7°. Em obediência a este acordo segue até as margens do Rio Jacuípe, medindo mais 4.540m.

Aqui entram alguns questionamentos: quais motivos levaram esses proprietários a produzirem uma escritura assinalando os limites das propriedades? Por que as terras dos descendentes dos Cazumbá eram disputadas pelos vizinhos? Por que aceitaram outras demarcações e não as antigas? Retomo, a partir da reconstrução e análise dos indícios até aqui apurados, a constatação de que estes personagens estavam inseridos em complexas relações, especialmente com a terra. Sua genealogia – escrava, proprietária de terras e de escravos e demais sujeitos históricos egressos do cativeiro – distinguia a identidade social da família, fazendo-a participante ora das experiências dos donos de terras, ora das relações com outros descendentes de cativos residentes em São Gonçalo.

A partir dos dados contidos nos documentos e da representação cartográfica de São Gonçalo, criei um mapa na tentativa de melhor sublinhar as demarcações e os limites das fazendas Cruz, Terra Dura e dos Cazumbá antes e depois do acordo. Tal mapa pode ser verificado a seguir.

Mapa 4 – Mapa das demarcações das fazendas Cruzes, Terra Dura e Cazumbá.



Fonte: USGS. Serviço Geológico do Governo dos Estados Unidos. Disponível em: <http://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso em: 3 jun. 2014.

Vivenciando experiências dos donos de terras, Vicente Carodozo Cazumbá, casado com Teodora Lima Cazumbá, em 16 de julho de 1904, assinou a escritura de hipoteca da quantia de 1:700\$000 réis ao “cidadão” Francisco José Pedreira. Como garantia, foram dadas as terras, casas e benfeitorias dos sítios de lavoura denominados “Canto Escuro” e “Alambique”, situados na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, estando a divisa das terras situada, pela nascente, com terrenos de João Ferreira do Nascimento; poente, com terrenos da Fazenda Alambique, de Gregório de “Val”;<sup>488</sup> ao Sul, com terras dos sítios alcunhados Gravatá; e norte com terrenos da Fazenda designada “Piayi”.<sup>489</sup> Conforme salienta Ginzburg,<sup>490</sup> a microanálise é um

488- Não tenho certeza se era este o sobrenome, pois o documento não trazia uma grafia clara e legível.

489- BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 20. p. 57.

490- GINZBURG, 1989.

poderoso método para revelar coisas que o pesquisador com outro olhar não teria identificado. Deste modo, os sinais na escritura de hipoteca possibilitam sugerir que os descendentes de João Cazumbá, nos primeiros anos do século XX, teriam ampliado significativamente suas possessões, a exemplo dos sítios Canto Escuro e Alambique.

Igualmente, a Fazenda Terra Dura,<sup>491</sup> localizada na Cruz, foi comprada em 17 de junho de 1905 por Gonçalo Cardozo Cazumbá, de Carolino Magalhães. Os registros indicam que esta propriedade territorial estava situada perto das terras já acordadas quanto às demarcações e aos limites dois anos antes. Observem que os seus limites são os mesmos descritos no Termo de demarcações e limites das terras das fazendas Cruz e Terra Dura, em 1903: pelo poente, com terras do Coronel Tibúrcio Alves Barreiros; pelo Sul, através dos terrenos da Fazenda Terra Dura, de Manoel Ferreira de Oliveira; e ao Norte, divide-se com terrenos de Odilon Borges Falcão.<sup>492</sup> No registro consta, ainda, que no terreno havia uma casa pertencente a José Alves Barreiros.

Os indícios averiguados me conduziram a outro nome pertencente à família Cazumbá: Luiz Cardozo Cazumbá, negociante e residente em São Gonçalo dos Campos, que, em 17 de maio de 1910, comprou uma casa na Rua Vigário Galdino Borges, de dona Inez Amerina de Mattos, lavradora e moradora de Santo Amaro.<sup>493</sup> A casa de número 28 estava arruinada, com uma porta e duas janelas de frente em terreno foreiro,<sup>494</sup> e já havia sido comprada de Pedro Domingos de Castro.

A respeito da ascendência de Luiz Cardozo Cazumbá, não é possível precisar se ele pertence à segunda ou à terceira geração. Luiz aparece nas primeiras décadas do século XX como um dos homens abastados e negociante de fumo de São Gonçalo dos Campos. Em 28 de abril de 1914,<sup>495</sup> compra outra casa, uma de número 4, com uma porta e três janelas de frente, desta vez na Rua da Alegria. O

491 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 21. p. 98-99.

492 - *Ibid.*, p. 98-99.

493 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 24. p. 83.

494 - O terreno não pertence ao dono da casa.

495 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 27. p. 53.

imóvel estava em estado de aniquilamento e foi vendido pela proprietária, Dona Maria Joaquina Ferreira de Cerqueira, pelo valor de 500.000 mil réis. A compra foi feita pelo representante e procurador Coronel Juventino Peixoto Lacerda, negociante, representante político e residente em São Gonçalo dos Campos.<sup>496</sup> Neste documento, Luiz Cardozo Cazumbá declara morar na capital do estado.

Em outro livro, de 1916, há registro de que Luiz Cardozo Cazumbá comprou uma casa na Rua Capitão Antônio Carlos, nº 9, edificada em terreno próprio sobre esteios e coberta de telhas, com três portas de frente e armação para negócio, pela quantia de 1:600\$000 réis. Os vendedores foram o cirurgião dentista Luiz Pessoa da Silva e sua mulher, dona Benildes Pedreira Pessoa da Silva, representados pelo procurador Coronel Juventino Peixoto Lacerda.<sup>497</sup>

Apesar de ser um bom acumulador de bens e estar entre os proprietários do município, eu não esperava encontrar Luiz Cardozo Cazumbá no jornal *O Campesinato* – que circulava em São Gonçalo na década de 1920 – entre as figuras das indústrias fumageiras, especificamente na firma Pedreira da Silva & Comp<sup>a</sup><sup>498</sup>, para exposição mundial de fumo, em Londres. O colunista, em 1º de abril de 1921, expunha que “Tambem vae concorrer com diversos produtos para a mesma exposição o nosso amigo capitão Luiz Cardozo Cazumbá”.<sup>499</sup> Ele participou da diretoria do clube de futebol “Sport Club Nacional”, como tesoureiro.<sup>500</sup> Além disso, foi parabenizado por criar uma Escola Noturna Gratuita para alfabetização de adultos, com aulas das 19h às 21h, em sua residência.<sup>501</sup>

---

496 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 27. p. 53. Ver também: TEIXEIRA; ANDRADA, 1984, p. 81.

497 - BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes, Livro 28. p. 38.

498 - Grafia que consta na fonte, não consegui encontrar documentos com a grafia completa.

499 - *O Campesinato*, Folha semanal e independente. Ano 2, nº 67. p. 4. 01/04/1921. Diretor e proprietário Alberto Gonçalves. Redação e oficinas Rua 13 de maio, nº 5.

500 - *O Campesinato*, Folha semanal e independente. Ano 2, nº 69. p. 3-5. 15/04/1921. Diretor e proprietário Alberto Gonçalves. Redação e oficinas Rua 13 de maio, nº 5.

501 - *O Campesinato*, Folha semanal e independente. Ano 2, nº 69. p. 6. 15/04/1921. Diretor e proprietário Alberto Gonçalves. Redação e oficinas Rua 13 de maio, nº 5.

Ainda no jornal aludido, Luiz Cardozo Cazumbá surge como proprietário de uma casa na Rua 13 de maio, e possuidor no mercado municipal de algum ramo de indústria e profissões, sendo cobrado, a partir destes imóveis, os impostos municipal e estadual, respectivamente.<sup>502</sup> Portanto, Luiz Cazumbá não foi apenas um proprietário de terras, mas um “ilustre conterrâneo” responsável por ações socioculturais e políticas em São Gonçalo dos Campos.

Infelizmente, os indícios cessaram e, por isso, não foi possível seguir os laços afetivos e matrimoniais construídos pela família Cazumbá. Por meio do depoimento de Teófilo Cazumbá, notei que eles preferiram estabelecer vínculos entre pessoas próximas ou parentes. Como foi o caso de Nel (Manoel) Cazumbá, casado com “Maria Cerqueira Cazumbá, filha de Gonçalo Cazumbá e de sua mulher, Maroca<sup>503</sup>”. O casal teve outros filhos: João Cazumbá, Celino Cazumbá e Manoel Cazumbá. Já o seu pai, Manoel, era filho de Silvano Cazumbá e Justina Cazumbá<sup>504</sup> e irmão de Nelson, Antônio e Geraldo Cazumbá. Assim, nas reminiscências, Maria Cazumbá aparece como filha de Gonçalo, terceira geração. Já sobre Silvano Cazumbá, não foram rememorados os ancestrais; contudo, o informante declarou que ambos eram primos.

Maria de Lourdes Cazumbá, escritã do Cartório do Fórum Ministro João Mendes, São Gonçalo dos Campos, Bahia, faz parte da quarta geração: é neta de Gonçalo Cardozo Cazumbá. Morava na Rua São Benedito, localização de uma das propriedades adquiridas pelos seus antepassados. Identifica-se, também, o destaque social da família, uma vez que parte desta geração ocupa cargos de notoriedade em São Gonçalo dos Campos e em outras cidades da Bahia – conforme lembrou José Cazumbá, irmão de Lourdes e comissário de menor de São Gonçalo.<sup>505</sup>

502 - *O Campesinato*, Folha semanal e independente. Ano 2, nº 72. p. 4. 06/05/1921. Diretor e proprietário Alberto Gonçalves. Redação e oficinas Rua 13 de maio, nº 5.

503 - Entrevista com Teófilo Cazumbá, concedida em 23 de março de 2011.

504 - *Ibid.*

505 - José Cazumbá, Comissário de Menores. Entrevista concedida em 12 de abril de 2008.

Cruzando a memória com os dados contidos no inventário de 1946, do inventariante Manoel Sobrinho Cazumbá e demais filhos, foi possível seguir as relações afetivas de Gonçalo Cardozo Cazumbá. Gonçalo teve 10 filhos naturais, reconhecidos entre 1915 e 1917: Manoel, Silvino, João, Carolina, Demétrio, Cecília, Plácida, Joanna, Maria e Lucinda. Declararam que Gonçalo morreu em 09 de agosto de 1945, com 91 anos de idade.<sup>506</sup>

Na imagem abaixo (Figura 10), observa-se a sexta geração da família Cazumbá.

Figura 10 – Josenilda Cazumbá e Jucileide Cazumbá.



Fonte: Jucileide Cazumbá. Foto cedida em 2011. Sexta geração, moradoras da Fazenda Pedrinhas.

Elas são descendentes de Gonçalo Cardozo Cazumbá, netas de Teófilo Cazumbá, um dos informantes nesta pesquisa. Nota-se a identidade negra das meninas, bem como seu destaque social, an-

506 - Inventário de Gonçalo Cardozo Cazumbá. 1946. Arquivos Cartoriais. Fórum Ministro João Mendes. São Gonçalo dos Campos.

gariado pela luta da família nas compras (e manutenção) de terras e através do trabalho na roça. As fontes escritas e as narrativas da família e da população da cidade ressaltam essas experiências em torno da produção fumageira e da economia de subsistência.

Mais uma imagem a seguir (Figura 11): esta representa a sexta e sétima geração da família e os laços afetivos constituídos por ela. Na imagem, vemos Wilson Cazumbá, casado com Leani Cazumbá, que também aparece na foto, e seu filho, João Miguel Cazumbá.

Figura 11 – Wilson Cazumbá, Leani Cazumbá e o filho João Miguel Cazumbá.



Fonte: Leani Cazumbá. Sexta e sétima geração, moradores da Fazenda Cruz.

Merecem menção os elementos não lembrados pela memória;<sup>507</sup> o cruzamento com outras pistas realça aspectos das ligações afetivas da segunda geração da família. Observa-se que Gonçalo teve dez filhos, que só foram reconhecidos anos depois do nascimento, e que não estabeleceu laço matrimonial. Outro relevante indício neste cenário é o da idade com que faleceu, 91 anos, isto é, teria nascido em 1855, em plena sociedade escravocrata. Entretanto, como faltam informações, contenho-me aqui, pois são necessárias maiores investigações.

---

507 - POLLAK, 1989.

## Considerações finais

A partir do estudo dos objetos materiais descritos em inventários, da segunda metade do século XIX e das narrativas orais das primeiras décadas do século XX, mantidas e transmitidas pelos descendentes de escravos, foi possível averiguar relações sociais, escolhas, costumes, bens materiais, população, economia, vida cotidiana dos moradores da freguesia e modificações das relações de trabalho escravo/livre, além de discutir experiências da família Cazumbá.

Os Campos da Cachoeira – palco de produção fumageira, de gênero de subsistência e de criação de gado –, desde o século XVII, estavam formados por uma diversidade de propriedades fundiárias, com uma população composta de pessoas livres, senhores, escravizados, lavradores de fumo, pequenos, médios e grandes proprietários e rendeiros.

A diversidade social e a produção de fumo, ao mesmo tempo em que favoreceram a manutenção dos proprietários fundiários, abriram portas para que despossuídos acumulassem recursos financeiros suficientes para a aquisição de bens, no caso a terra. Assim, as dessemelhantes riquezas imprimiram um estilo de vida entre os que detinham maiores extensões territoriais e mais sofisticadas, havendo, entre os bens comuns às diferentes categorias sociais, objetos como vestuário, móveis, imagens de santos, utensílios domésticos e joias.

Portanto, a análise sobre a família Cazumbá e sobre outros indivíduos de cor possibilita uma melhor compreensão da experiência de vida, de trabalho, de acesso à terra e do significado da liberdade conferido por eles. Dessas trajetórias, pontua-se que a terra foi um “elemento essencial” à sobrevivência destes sujeitos, sendo que a tradição, o costume e a Lei de 1850 foram empecilhos enfrentados por muitos para o acesso ao bem mencionado.

Desse modo, na segunda metade do XIX, com o sistema escravista em franco declínio, pequenos proprietários “adaptavam o

uso da terra e as práticas agrícolas não só às exigências de lavouras específicas [...], mas também às condições locais e à expansão do mercado interno”.<sup>508</sup> Como exemplo nesse âmbito, as dificuldades em gerar o sustento da família fizeram os indivíduos cultivarem, com seus antigos senhores, relações de sujeição, permanecendo nas fazendas – nas quais antes eram escravos – como lavradores livres.

Os indivíduos de cor estabeleceram relações em torno das atividades fumageiras de beneficiamento, preparação do fumo e das diversas experiências entre os sujeitos sem posse de terras e proprietários no Recôncavo. A pesquisa revelou a continuidade de um tipo de organização social nas fazendas, na primeira década do século XX, que, de maneira geral, envolvia a relação entre proprietário e rendeiro, prosseguindo a terra como o principal bem patrimonial e um importante meio de produção. Nas fazendas, os sujeitos em foco exerciam todas as atividades ligadas à roça fumageira e de subsistência; eram rendeiros, mas faziam também trabalhos de ganho e meação ou, ainda, vendiam a safra da produção na vila da Freguesia.

Portanto, constata-se que a sobrevivência dos descendentes de escravos nas propriedades fumageiras de São Gonçalo dos Campos, assim como para os de outras regiões do Brasil, não foi fácil. Além dos desmandos dos donos de fazendas e da lida diária, precisavam driblar outros problemas, não menos relevantes, em seu cotidiano, como a alimentação e a moradia. Para isso, tornaram-se submissos ao trabalho rendeiro em propriedades fumageiras, a partir do qual garantiam a autossubsistência.

As alterações deste painel foram ocorrendo ao longo do tempo por intermédio das estratégias utilizadas por homens e mulheres da região, como foi visto nos jogos das mulheres rendeiras para continuarem a adquirir posses de terras, nas compras de propriedades e na grande representatividade social da família Cazumbá, nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX.

---

508 - BARICKMAN, 2003, p. 31.

Para a família Cazumbá, ter acesso às terras, fazendo roças nas fazendas vizinhas, por mais que garantisse a liberdade, não a configurava literalmente. Para estas pessoas, a experiência de liberdade denotava a compra de terras e o trabalho nelas. Sendo assim, João Cardozo Cazumbá e seus descendentes, a partir de 1874, até 1920, adquiriram parte expressiva das fazendas Cruz e Terra Dura.

Por fim, deve ser levado em consideração que “essas vidas também participavam, à sua maneira, da grande história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa”.<sup>509</sup> Por esta razão, essas trajetórias devem ser articuladas com o todo da sociedade, para que as relações sociais e os significados de liberdade sejam abrangidos de forma mais refinada.

Diante dessa situação, os indivíduos de cor podiam optar por poucas possibilidades de subsistência. Nos casos aqui estudados, podiam se tornar rendeiros das fazendas fumageiras e, com excepcionalidade, acumular dinheiro para comprar terras. Entretanto, as histórias e memórias destes sujeitos precisam ser mais bem exploradas do ponto de vista histórico, o que permitiria esclarecer alguns aspectos pertinentes às lutas enfrentadas por eles e às suas múltiplas relações firmadas para vislumbrar a liberdade e ascender socialmente.

---

509- REVEL, 1998, p. 47.



## Referências

### Fontes orais

Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 1947. Entrevista concedida em 25 de março de 2011.

Diva Ramos da Silva, nascida em 1923. Entrevista concedida em 7 de outubro de 2012.

Djanira Pinheiro de Queiroz, nascida em 1912. Entrevista concedida em 21 de março de 2011.

Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 1940. Entrevista concedida em 25 de março de 2011.

José Cazumbá, Comissário de Menores. Entrevista concedida em 12 de abril de 2008.

Justiniano Ferreira, nascido em 1932. Entrevista concedida em 21 de março de 2011.

Maria de Lourdes Cazumbá. Entrevista concedida em 16 de maio de 2012.

Maria José Ferreira Cazumbá, nascida em 1960. Entrevista concedida em 27 de março de 2011.

Teófilo Cazumbá, nascido em 1932. Entrevista concedida em 23 de março de 2011.

Antonieta. Entrevista concedida em 2008.

Hortência. Entrevista concedida em 2008.

Lina. Entrevista concedida em 2008.

## Fontes escritas

Arquivo Cartorial, Fórum Filinto Bastos, Feira de Santana, Escritura pública de compra e venda, Vila de Feira, 23/set./1865 – fls. 183v-184 v.

Arquivo Cartorial, Fórum Filinto Bastos, Feira de Santana, Escritura pública de compra e venda, Vila da Feira, 25/set/1865- fls. 186v-187 v.

Arquivo Cartorial, Fórum Filinto Bastos, Feira de Santana, Registros Cartoriais: escritura pública de compra e venda; Vila da Feira, 25/set/1865 - fls. 186 v -187 v.

Arquivo da Casa do Sertão/UEFS.

BAHIA, Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana, BAHIA. Livro de Batismo n. 21 – 1903/1904.

BAHIA, Arquivo do Fórum Ministro João Mendes. Livro de Notas de Escrituras 1870/1917. São Gonçalo dos Campos.

BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 198 e 218.

BAHIA, Livros de Batismo de 1903 e 1904; 1913 e 1915. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

BAHIA, Livros de Óbito de 1890 a 1905. Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana.

BAHIA. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Recenseamento do Brasil de 1872*. Bahia.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Aspectos da economia rural Brasileira*. Rio de Janeiro, 1922.

Correspondência – Juízes – Feira de Santana – 1843 – 1847. Of. 02.03.1843 – Maço, 2373 – Arquivo Público do Estado da Bahia.

Correspondência – Juízes de Feira de Santana – Of. 29.01.1848 – Maço 2373. Arquivo Público do Estado da Bahia.

Correspondência – Polícia – 1828-1849, maço 3113 – Arquivo Público do Estado da Bahia.

Correspondência – Polícia – Of. 09.04.1848 – maço 6383 – Arquivo Público do Estado da Bahia.

Correspondência – Polícia – Of. 17.04.1848 – maço 6383 – Arquivo Público do Estado da Bahia.

Jornal *A Verdade*, ano 11. 1937 – cidade de São Gonçalo dos Campos (Bahia).

Jornal *Folha do Norte*, 1939. Arquivo da Casa do Sertão/UEFS. Feira de Santana.

Jornal *Folha do Norte*, 1940. Arquivo da Casa do Sertão/UEFS. Feira de Santana.

Jornal *Folha do Norte*, 1948. Arquivo da Casa do Sertão/UEFS. Feira de Santana.

Jornal *O Campesino*, Folha semanal e independente. Ano 2. 1921. Diretor e proprietário Alberto Gonçalves. Redação e oficinas Rua 13 de maio, nº 5. de São Gonçalo dos Campos (Bahia).

Jornal *Vide Vida Feirense* 1942 – Livro I, Miscelânea| Monsenhor Renato Galvão. Arquivo da Casa do Sertão/UEFS. Feira de Santana.

Lápides do Cemitério Municipal de São Gonçalo dos Campos

Livro de Notas de Escrituras/Nossa Senhora dos Remédios, 1881. Arquivo Público de Feira de Santana.

Livro de Óbito – Itapororocas – Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana.

Livro I, Miscelânea| Monsenhor Renato Galvão, p. 382. Arquivo da Casa do Sertão/UEFS.

Registro de Povoação do Distrito da Vila de Santa Anna, e da mesma Freguesia, 1822.

Registro Eclesiástico de Terras de São Gonçalo dos Campos. Ano 1857-1863. Monsenhor Renato Galvão. Arquivo da Casa do Sertão/UEFS. Feira de Santana.

Rol de fazendas de fumo de Cachoeira. Livro de Rol de Fazendas do final do século XVIII. Arquivo Público Municipal de Cachoeira.

SAMPAIO, Gastão. *Feira de Santana e o Vale do Jacuípe*. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1982

Sumário Crime. A Justiça Pública por seu Promotor (Autor), Cyrillo Teixeira Carvalho (Réu). Feira de Santana – CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1909. E. 02, Cx. 51, Doc. 854. fls. 7-8; 1904. E. 01, Cx. 26, Doc. 478. fls. 21-v. 22, fls. 22. v - 24.

*Vide Vida Feirense 4/04/1942* – Livro I, Miscelânea| Monsenhor Renato Galvão, p. 382. Arquivo da Casa do Sertão/UEFS.

## Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. São Luís: IPES, 1983.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. 204 f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ALVES, Isaías de Almeida. *Matas do Sertão de Baixo*. Bahia: Reper, 1967.

ANDRADE, José Maria. *A Bahia no século XIX: os escravos na sociedade baiana*. São Paulo: Editora Corrupio, 1988.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1948.

ARCHETTI, Eduardo P. Presentación. In: CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985. In: LOPES, 2004.

AZEVEDO, Aroldo de. Regiões e paisagens do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo; SANTOS, Milton (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Jorge Amado/Academia de Letras da Bahia/Universidade Federal da Bahia, 1998.

BACELAR, Jeferson. O negro em Salvador: os atalhos raciais, *Revista de História*, v. 129, p. 53-65, 1993.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo: A Casa da Torre de Garcia D'Ávila*. Rio de Janeiro: Civil. Brasileira, 2000.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTH, Frederik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras, de Frederik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória: de senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BORBA, Silva Fraga. *Industrialização e exportação de fumo na Bahia*. 328 f. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos sobre o poder simbólico e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. Fac-similar, s. c. p., 1925.
- CAMPOS, Sabino. *Lucas o demônio negro*. Romance folclórico baiano. Rio de Janeiro. 1957.
- CAPELATO, Maria Helena. O Controle e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 55-75, set. 1991/ago. 1992.
- CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CARVALHO, Maria Cristina Machado de. *Comunidades Negras Rurais e Memórias de Quilombos*. 70 f. 2008. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.
- CARVALHO, Maria Cristina Machado de. Os discursos das autoridades escravistas nos documentos do século XIX. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. II SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS – SEF: FEIRA DE SANTANA. 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Quarteto, 2007. p. 343-350.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília V. da. *Da senzala à Colônia*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

COSTA, Iraci del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. "Vila Rica": nota sobre o casamento de escravos (1727-1826), *Revista África*, São Paulo, Centro de Estudos Africanos USP, n. 4, p. 105-109, 1981.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 7-16, jun./dez. 2009.

FICK, Carolyn. Camponeses e soldados negros na revolução de Saint Domingue: reações iniciais à liberdade na Província do Sul (1793-1794). In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII à XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 9-36, mar./ago. 1988.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-*

1888. 168 f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

LARA, Silva H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, n. 16, São Paulo, 1998.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. Contratos, preços e possibilidades: arrendamentos e mercantilização da terra na fronteira sul do Brasil, segunda metade do século XIX. *Topoi*, Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 43-59, jan./jun. 2012. Disponível em: [www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/topoi17/topoi\\_17\\_-\\_artigo3\\_-\\_sistemas\\_agr%C3%A1rios\\_na.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi17/topoi_17_-_artigo3_-_sistemas_agr%C3%A1rios_na.pdf). Acesso em: 28 jan. 2013.

LEPETIT, Bernad. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LESSA, Luciana Falcão. *Senhoras Do Cajado: Um Estudo Sobre A Irmandade Da Boa Morte De São Gonçalo Dos Campos*. 188 f. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2005.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Record, 2006.

LIMA, Zélia de. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira; estudos sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana*. 1807-1849. 275 f. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

LODY, Raul. *Cazumbá*. Máscara e drama no boi do Maranhão. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1999.

LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial, Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial, *Revista MNEME*, v. 5, n. 12, out./nov. 2004. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em: 21 abr. 2012.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MACHADO, Cacilda. “Casamento & compadrio”. Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX. (São José dos Pinhais – PR). In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2004, Caxambu. Caxambu, 2004.

MACHADO, Maria Helena. Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e o modo de vida camponês na província de São Paulo do século XIX, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, p. 43-72, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ed. Abril, 1979.

MARQUEZE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador (1760-1808)*. 386 f. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MATOS, Elisene Castro. *Cazumba: Etnografia de um personagem do bumba-meu-boi*. 142 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, n. 68, p. 104-111, dez. jan. fev. 2005/2006.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX*. Itinerários de uma Historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATTOSO, Katia. *Ser Escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORAIS FILHO, Melo. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), 2002.

MOTTA, José Flávio. Família Escrava: uma incursão pela historiografia. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 104-159, jun. 1988.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. *Viver por si: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista* (Feira de Santana, 1850-1888). 199 f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 435 f. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *“Canções da cidade amanhecendo”*: memórias urbanas, silêncios e esquecimentos, Feira de Santana, 1920-1960. 298 f. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Jailma Nunes Viana de; VIEIRA, José Glebson. *Identidade Indígena, Memória E Territorialização: A Construção Do “Ser Índio” Na Comunidade Dos Caboclos de Açú/RN*. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 2012. *Anais [...]*. Teresina, 2012.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas no século XIX*. *Revista da USP*, n. 28, p. 175-193, dez. 1995/fev. 1996.

OLIVEIRA, Tiago Teixeira. *Santo Antonio do Rio Fundo: breve história de um engenho*. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2011. Disponível em: [www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1296687356\\_ARQUIVO\\_RIOFUNDOPARAPOSEMOC.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1296687356_ARQUIVO_RIOFUNDOPARAPOSEMOC.pdf). Acesso em: 15 mar. 2012.

OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-1888*. v. 1. Salvador: Bigraf, 1996.

PANG, Eul-soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: IHGB, 1979.

PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

PARÉS, Luís Nicolau. O Processo de Crioulização no Recôncavo (1750-1880). *Revista Afro-Ásia*, n. 33, p. 87-132, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jathay. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 179-189, jul./dez. 2004.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: Trajetórias de escravos libertos no Alto Sertão da Bahia: Rio de Contas e Caetité (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989.

POPINIGIS, Fabiane. Maria Mina e as Disputas pelo Mercado de Trabalho em Desterro, Século XIX. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 115-135, 2013.

POPPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.

PORTO, Costa. *Estudo Sobre o Sistema Sesmarial*. Recife: UFPE, 1965.

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. 130 f. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, João José. A tradição rebelde II: revoltas escravas na Bahia independente. In: REIS, João José. *Rebeliões Escravas no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição, *Afro-Ásia*, n. 24, p. 199-242, 2000.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnica nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

RIBEIRO, Ellen. *Abastecimento de farinha da cidade do Salvador: aspectos históricos*. 181 f. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Martins Fontes, 2010.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro 1 – Contos Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTANA, Charles D'Almeida. *Fartura e Ventura Camponesas: trabalho, cotidiano em migrações*. Bahia. 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. *Diversões e civilidade na "Princesa do Sertão" (1919-1946)*. 162 f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SCHWARTZ, Stuart. B. Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia. *In: SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Edusc, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SILVA, Ana Paula de Albuquerque. *Produção fumageira: fazendas e lavradores no Recôncavo da Bahia 1774-1830*. 121 f. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

SILVA, Eduardo; REIS João José (org.). *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia. *In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp, 2002.

SILVA, Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, José Bento da. "Cazumbá: História e memória no Recôncavo Baiano (1888-1950)". In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo, 2011. p. 3. Disponível em: [www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300871748\\_ARQUIVO\\_CazumbaartigoparaAnpuh.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300871748_ARQUIVO_CazumbaartigoparaAnpuh.pdf). Acesso em: 12 fev. 2013.

SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Efeitos da Lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Narciso Amâncio. *Decadência Fumageira*: São Gonçalo dos Campos. 1951-1976. 53 f. 2001. Monografia (Especialização em História da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2001.

SLENES, Robert W. "Histórias do cafundó". In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó – A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio/ago. 1987.

SLENES, Robert. Lares negros, olhares brancos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, mar./ago. 1988.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SONNEVILLE, Jacques Jules. *Os lavradores de fumo*: Sapeaçu-BA. 1850-1940. 1982. (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. *Revista Universitária Rural*: Série Ciências Humanas. Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan./jul., 2007.

TEIXEIRA, Marli Geralda; ANDRADA, Maria José (org.). *Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos*. São Gonçalo dos Campos. Ed. Comemorativa do 1º centenário do município, 1984.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum* – Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado* – História Oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798*. 272 f. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VANSINA, Jan. A África Equatorial e Angola: migrações e o surgimento dos primeiros estados. In: *História Geral da África IV*. África do século XII ao século XVI. São Paulo: Ática/UNESCO, 1988.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: o tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. v. 1. Bahia. Itapuã. 1969.

VIOTTI, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

## Sobre a autora



Maria Cristina Machado de Carvalho

Doutora em História Social, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Licenciada em História pela Universidade Federal de Feira de Santana. Atualmente está ampliando sua pesquisa sobre as experiências da escravidão, especificamente a escravização de crianças na Freguesia de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira, século XIX.

O livro em apresentação é oriundo da dissertação de mestrado da autora, Maria Cristina Carvalho Machado. Resulta de pesquisa historiográfica sobre um tema pouco investigado, qual seja, a trajetória de famílias negras no pré e pós abolição baiano.

A autora enfoca este tema desde a sua graduação, quando iniciou como bolsista de Iniciação Científica no CEDOC-UEFS, a pesquisa sobre os Cazumbá, família negra em São Gonçalo dos Campos, região de intenso uso da mão de africanos escravizados e seus descendentes, como aliás o Recôncavo Baiano.

A destacar a sólida pesquisa, com um leque diversificado de fontes, que inclui documentação arquivística civil – inventários, testamentos, registros de propriedades, assentamento de batismo, óbitos e casamentos - e memória coletiva desta família, como suas imagens fotográficas de época, e atuais, além dos depoimentos colhidos pela autora, na perspectiva das memórias partilhadas entre gerações.

Dra. Ione Celeste de Jesus Sousa

ISBN 978-65-87743-05-9



9 7 8 6 5 8 7 7 4 3 0 5 9